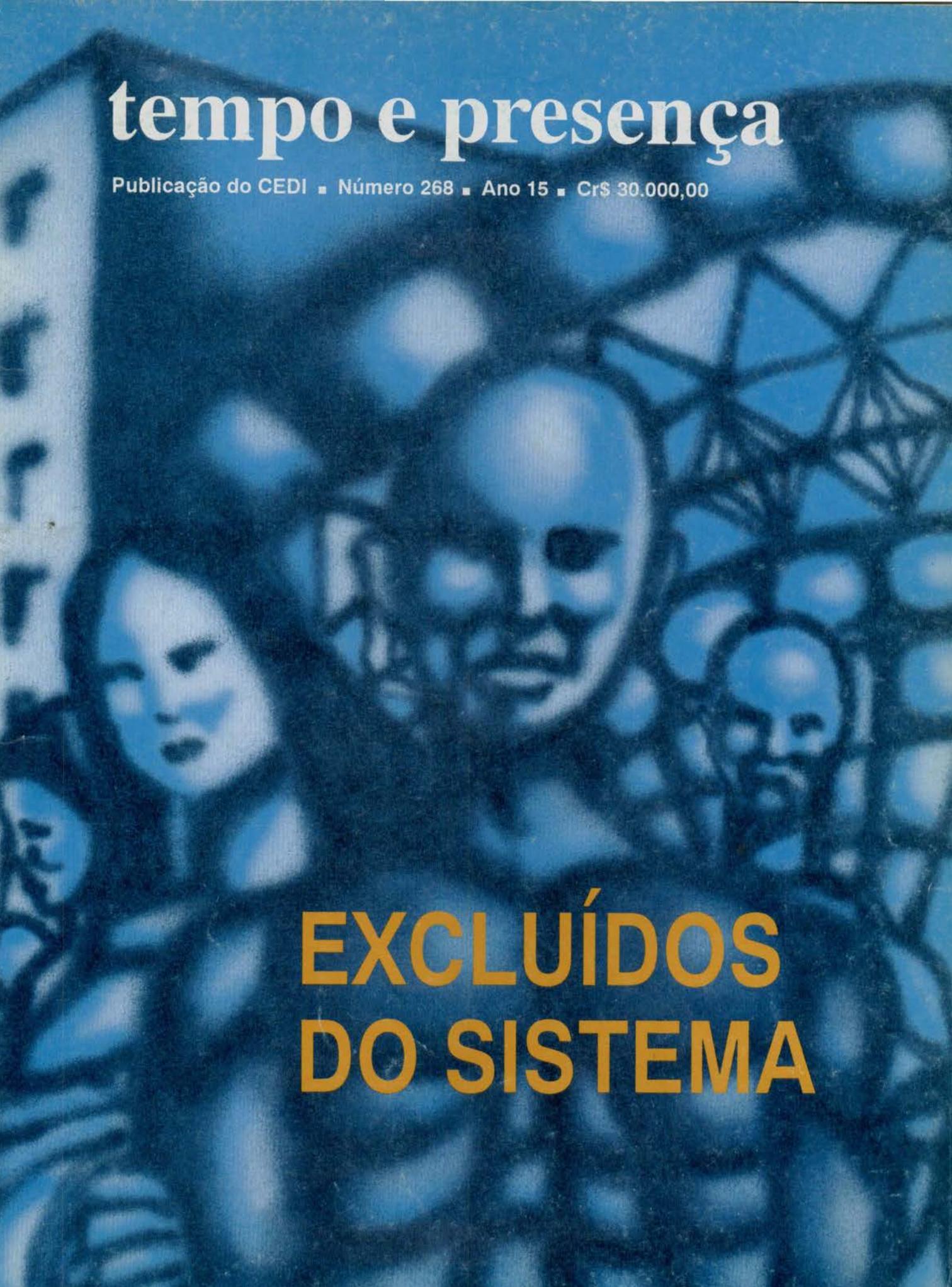


# tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 268 ■ Ano 15 ■ Cr\$ 30.000,00



**EXCLUÍDOS  
DO SISTEMA**

# SOBREVIVÊNCIA DA DIGNIDADE

*Hoje é um vento de tristeza e de desencorajamento que sopra sobre a sociedade, amanhã, pelo contrário, será um sopro de alegre confiança que virá aliviar os corações.*  
Durkheim, 1897

*Ao expurgar grande parcela da população de qualquer possibilidade de inserção no sistema econômico; ao ignorar a sorte dos excluídos; ao renunciar à criação de um consenso democrático básico na satisfação das necessidades de todos, a política neoliberal, com seu máximo e único critério da competitividade nos mercados, não está solucionando os problemas do desenvolvimento. Mais do que isso, aprofunda cada vez mais a crise social acelerada na chamada década perdida dos anos de 1980.*

*Vivemos hoje sob a égide da cultura da desesperança. O sistema capitalista, com o seu conjunto próprio de valores, nos conduz a uma ideologia do sacrifício. Miséria, violência, ganância, luta pelo poder econômico vêm marcando a existência das pessoas e reduzindo os sonhos. O que*

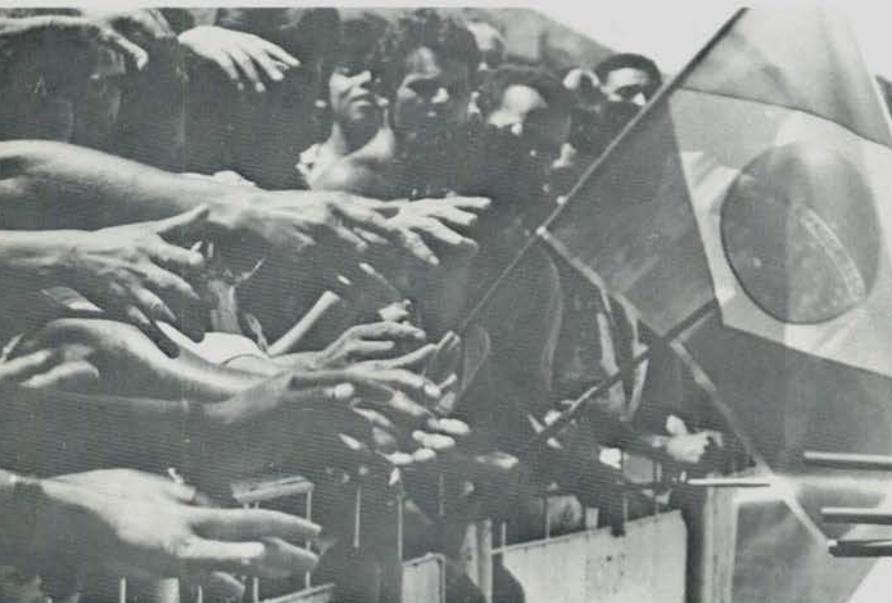
*predomina hoje é uma atitude considerada pós-moderna, ou seja, a tentação de cada um voltar-se para si próprio, ao seu pequeno mundo do cotidiano, abandonando os grandes ideais do campo político e social.*

*É preciso ousar para encontrar saídas. Com esta edição, TEMPO E PRESENÇA procura refletir de forma ampla os fundamentos e as conseqüências do atual sistema econômico mundial. Num primeiro momento aborda o princípio da exclusão, a partir da lógica internacional do mercado. Em seguida, faz uma análise do tecido social brasileiro, em que os 10% mais pobres da população detêm apenas 0,8% da riqueza nacional, enquanto os 10% mais ricos detêm 48,7%.*

*É diante deste crescente abismo entre ricos e pobres que se passa a refletir sobre situações diversas vivenciadas por parcelas da população condenadas à exclusão: violência, crimes, trabalho escravo, abandono, presídios, prostituição, etc.*

*Finalmente, como o momento requer um sentido de urgência para alterar o processo, mudar as regras do jogo e encarar a história sob outra ótica, reafirma-se a credibilidade na resistência histórica dos excluídos, a qual, ao longo de muitas décadas, vem sendo demonstrada por meio de práticas de sobrevivência e da tentativa de manter a dignidade de vida.*

*Urge a superação de um visão pessimista e de sacrifício da história e dos seres humanos, como também de uma visão otimista que não consegue enxergar os limites na luta pela construção de um mundo mais humano e mais igualitário. O desafio é assumir a história e reconstruir a esperança. A história humana adquire o verdadeiro sentido nessa causa, uma luta sem certezas, a não ser a de que vale a pena lutar.*



Ricardo Funari / Imagens da Terra

## ÍNDICE

### Neoliberalismo

- 5 ARAZÃO DO SISTEMA:  
O PRINCÍPIO DE EXCLUSÃO  
Julio de Santa Ana

- 9 ESTRANHAS INVERSÕES  
DO MERCADO  
Jung Mo Sung

### Excluídos

- 12 TEMPO DE MUDANÇA E DIREITOS  
Rafael Soares de Oliveira

- 15 PANORAMA E GRAVIDADE  
DA POBREZA  
Plínio Arruda Sampaio

### Violência

- 18 A INTERNALIZAÇÃO  
DA VIOLÊNCIA  
Ana Maria Quiroga F. Neto

- 22 O RITUAL DAS PEQUENAS  
JUSTIÇAS  
Éle Semog

### Trabalho escravo

- 24 CAPITALISMO, ESCRAVIDÃO  
E A ILUSÃO DO TRABALHO LIVRE  
Neide Esterci

### Superexploração

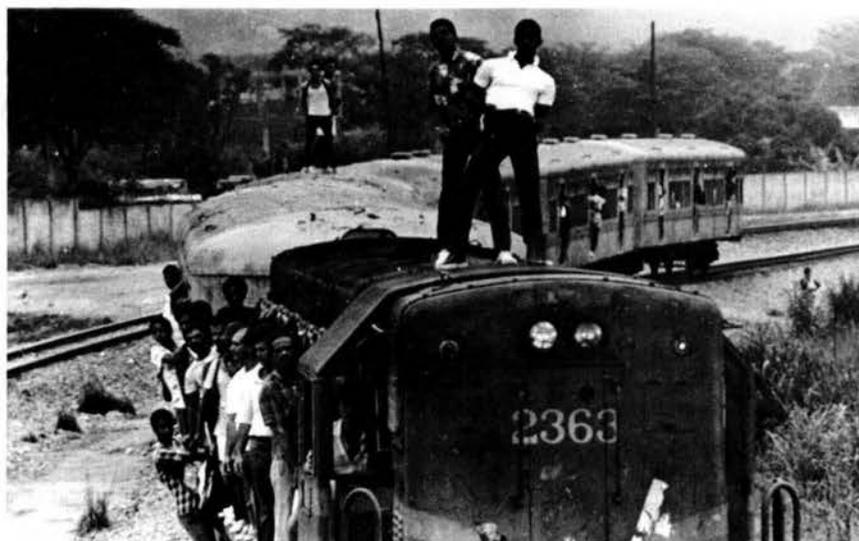
- 27 RETRATO DO BRASIL  
CANAVIEIRO: MODERNIZAÇÃO  
E TRABALHO ESCRAVO  
José Roberto P. Novaes  
Angela Schwencker

### Prostituição

- 30 A MULHER DELINQUENTE,  
A PROSTITUTA E A MULHER  
NORMAL  
Gabriela Silva Leite

### Criança

- 33 DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE  
José Donisete Pinheiro Oliveira



J R Ripper / Imagens da Terra

O transporte coletivo — um atentado à dignidade da vida

### Presídios

- 36 O PERIGO DA PRIVATIZAÇÃO  
DOS PRESÍDIOS  
Maria Thereza Rocha de Assis  
Moura

### Esperança

- 39 PROSCRIÇÃO: A RADICALIDADE  
EVANGÉLICA  
Paulo Cezar Loureiro Botas
- 42 O DINAMISMO TRANSFORMADOR  
DOS EXCLUÍDOS  
Luiz Alberto Gómez de Souza

### América Latina

- 44 NEOLIBERALISMO: CAMINHO  
SEM VOLTA?  
O NOVO PROJETO ESTATAL  
DA BOLÍVIA  
María Amparo Lasso

### Rubem Alves

- 46 A DOENÇA SEM CURA

### Pela vida

- 48 AÇÃO DA CIDADANIA  
CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA  
Mauro Morelli

### Bíblia hoje

- 49 AI! COMO?  
Rosângela Soares de Oliveira

### Resenha

- 51 HERANÇA PROTESTANTE  
E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO  
Paulo Roberto Garcia

**PROSCRITOS** — A lógica do sistema neoliberal é perversa e excludente. O novo ídolo — o mercado livre — exige sacrifícios e cria vítimas. Para se compreender a nova ordem econômica mundial, os antigos conceitos políticos e econômicos são insuficientes. Novas perspectivas de análise são apresentadas de forma aprofundada e questionadora. Páginas 5 a 14

**BRASIL MAIS POBRE** — As últimas estatísticas divulgadas pelo governo brasileiro mostram que, nos últimos dez anos, o País ficou mais pobre, o número de miseráveis aumentou e os ricos ficaram mais poderosos. Esta dramática situação é, em parte, reflexo da aplicação do neoliberalismo no Brasil. Páginas 15 a 17

### ESCRAVOS, VIOLÊNCIA, PRESÍDIOS —

A existência de trabalho escravo no Brasil, nos dias atuais, é um dos fortes indicadores da manutenção de um tipo de relação de trabalho que se julgava ultrapassada. O aumento da violência em nossa sociedade está questionando a todos. Levanta-se agora a tese da privatização dos presídios, proposta, pelo menos, temerária. Uma série de artigos mostra, por meio de situações concretas, o perigoso esgarçamento do tecido social brasileiro. Páginas 24 a 38

**SINAIS DE ESPERANÇA** — Apesar da crueza da atual situação e da dialética maldita do sistema econômico, há sinais de esperança de se reverter a conjuntura em que vivemos. A dinâmica da proscrição e a força dos excluídos são fecundos indicadores de que é possível sonhar com novos dias. Páginas 39 a 43

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

## tempo e presença

Revista bimestral do CEDI  
Março / abril de 1993  
Ano 15 - nº 268

### CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (021) 224-6713  
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983  
01238-001 São Paulo SP  
Telefone (011) 825-5544  
Fax (011) 825-7861

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão  
Emir Sader

José Oscar Beozzo  
Heloísa de Souza Martins  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Márcio Santilli  
Márcia Pontes Sposito  
Milton Schwantes  
Paulo Schilling  
Regina Reyes Novaes  
Rubem Alves

EDITOR  
Jethier Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Paulo Roberto Salles Garcia  
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES  
Rafael Soares de Oliveira  
Maria Cecília Iório  
Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE  
Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO  
Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR  
Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA  
Calicut

PRODUÇÃO GRÁFICA  
Supernova

FOTOLITO DA CAPA  
Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO  
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso  
Cr\$ 30.000,00

Assinatura anual  
Cr\$ 150.000,00

Assinatura de apoio  
Cr\$ 200.000,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Quero parabenizar os responsáveis pela TEMPO E PRESENÇA, que para mim é de grande utilidade, além de me proporcionar conhecimento sobre diversos assuntos, esclarecer dúvidas, utilizo no trabalho que realizo com adolescentes, jovens e adultos.

Aproveito os bons artigos editados porque traz sempre temas atuais e abordados de forma crítica e profunda.

É uma revista que se preocupa com a realidade deste país, que passa por violentas transformações sociais, econômicas e políticas. Espero que continue a nos informar, e que através das informações possamos tomar conhecimento da realidade que vivemos e trabalhar para que as transformações ocorram no sentido do bem estar da humanidade.

José Eustáquio de Paiva  
São Paulo/SP

O ideal da construção de uma nova sociedade precisa ser renovado a cada dia. Necessita de aconchego, energia e perspectiva. Uma boa fonte impulsiona e anima a caminhada de quem luta e está forjando um novo amanhecer. A revista

TEMPO E PRESENÇA vem sendo ao longo de seus 15 anos uma importante fonte aos caminhantes. Tenham certeza que as revistas terão um excelente proveito. E os vossos ideais serão multiplicados e compartilhados por muitos.

Edgar Jorge Kolling  
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra — Porto Alegre/RS

TEMPO E PRESENÇA vem contribuir e preencher mais um espaço para a formação intelectual, política e cultural do cidadão brasileiro. Resido na Amazônia Legal e desde que li essa revista, que me foi emprestada por um amigo, gostei e passei a adquirir outros números.

Dinaldo Costa  
Macapá/AP

Quero agradecer a equipe da TEMPO E PRESENÇA a oportunidade que tive de conhecer muitas coisas interessantes do nosso país, seria bom se todos tomassem conhecimento e que pudessem ajudar as paróquias e as comunidades.

Adelmar Guerra de Brito  
Mortugaba/BA

Com satisfação eu renovo a minha assinatura de TEMPO E PRESENÇA, porque acho que tem ajudado muito no trabalho, na escola, no CEBI, nas CEBs e nos movimentos populares. Os temas são atuais e dinâmicos e fico feliz da importância que a mesma tem na nossa sociedade. Parabéns ao CEDI e a todos que direta ou indiretamente contribuem para o crescimento da revista.

Maria de Fátima Souza Dias  
Paranaíba/MS

Informo que já recebi a revista no.267 - Moradia e Cidadania. Como as anteriores, está ótima e tem sido bastante útil para meu trabalho. Espero, continuar recebendo regularmente.

Maria Albany  
Maringá/PR

Agradecemos o gentil envio da TEMPO E PRESENÇA que, como sempre, apresenta artigos muito bem elaborados, com temas de comum interesse a todas as nações da América Latina e do mundo inteiro, que estão atentos ao acontecer eclesial.

Bispo Rolando Villena  
La Paz/Bolívia

## LEIA E ASSINE

# TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 150.000,00  
Assinatura de apoio Cr\$ 200.000,00  
Exterior US\$ 50,00  
Número avulso Cr\$ 20.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição  
Rua Santo Amaro, 129  
CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Av. Higienópolis, 983 CEP 01238-001 São Paulo SP





## A RAZÃO DO SISTEMA: O PRINCÍPIO DE EXCLUSÃO

Julio de Santa Ana

*O argumento da lógica do mercado como fator de união dos povos do mundo não corresponde à realidade dos fatos. O mercado é um agente selecionador, excludente, que permite aos que controlam o sistema perceber quem pode ou não participar dele*

A ideologia dominante, ao mesmo tempo que proclama “o fim da história”, também afirma enfaticamente que ao chegarmos ao fim deste século teremos entrado definitivamente numa época de “economia mundial”. Isso significa que, pela primeira vez na história, os processos de produção, distribuição de bens, circulação de mercadorias e consumo de todas as regiões do planeta se inter-relacionam estreitamente. O que, por sua vez, significa que participamos não só de um úni-

co mercado mundial, como também que este vem a ser total. Os executivos das companhias transnacionais se vangloriam de que conseguem derrubar, pelo dinamismo de suas transações comerciais, as barreiras que separavam os seres humanos: nações, culturas, etnias, etc. Segundo essa argumentação, ao triunfar a lógica do mercado unem-se os povos do mundo. Ou seja, estamos unidos no mercado e pelo mercado. “A mão invisível” que dirige o mercado é considerada como a razão histórica.

Os meios de informação se encarregam de difundir *urbi et orbi* este evangelho mercantil da riqueza. Até o papa fez eco desse evangelho em sua encíclica *Centesimus Annus*, publicada há pouco menos de dois anos! Contudo, as afirmações da ideologia dominante não correspondem à realidade dos fatos. Na verdade, o mercado não é um agente de inclusão, mas de exclusão. Isto se deve principalmente a duas razões. A primeira se relaciona com o fato de que o mercado moderno é expressão da cultura ocidental moderna,

## AMÉRICA LATINA: DESEMPREGO URBANO

Taxas médias anuais

	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Argentina	4,6	6,1	5,6	5,9	6,3	7,6	7,5	6,5	6,9
Bolívia	6,9	5,8	7,0	7,2	11,6	10,2	9,5	7,0	6,8
BRASIL	7,1	5,3	3,6	3,7	3,8	3,3	4,3	4,8	5,9
Colômbia	13,4	14,1	13,8	11,8	11,2	9,9	10,3	10,0	10,5
Chile	18,5	17,0	13,1	11,9	10,2	7,2	6,5	7,3	5,0
Equador	10,5	10,4	10,7	7,2	7,4	7,9	6,1	8,5	—
Paraguai	7,3	5,1	6,1	5,5	4,7	6,1	6,6	5,1	6,0
Peru	8,9	10,1	5,4	4,8	7,9	7,9	8,3	5,9	—
Uruguai	14,0	13,1	10,7	9,3	9,1	8,6	9,3	8,9	9,3
Venezuela	14,3	14,3	12,1	9,9	7,9	9,7	10,5	10,1	8,0

Fonte: CEPAL, mimeo.

que foi a primeira a conseguir, no desenvolvimento da história humana, plasmar um sistema mundial. Isso não quer dizer que só a cultura ocidental moderna seja válida; indica unicamente que ela chegou a impor-se sobre as outras por meio da conquista, da aplicação da força e — sobretudo — mediante o controle dos mecanismos operacionais do mercado mundial.

A cultura ocidental moderna é uma cultura de dominação: em contato com o outro, não reconhece a alteridade de seu interlocutor, mas busca por todos os meios que este último seja como um espelho dos ocidentais modernos. Quem não consegue reproduzir a imagem da modernidade é desqualificado e condenado. “Primitivo”, “incivilizado”, “inculto”, “supersticioso”, “atrasado” são alguns dos adjetivos que lhe são aplicados. Se são excluídos da história não é por outra razão senão por sua própria idiossincrasia (como se em todo o processo as relações de dominação não tivessem alguma coisa a ver...).

Essa exclusão se concretiza sobretudo no plano do mercado: há os que são aptos a participar dele (são os que se “modernizam”), ao passo que os que não dão a réplica correspondente aos ocidentais modernos são deixados de lado. Essa é a razão que caracteriza o sistema construído por meio da dominação ocidental. Portanto, não é verdade que o mercado é inclusivo; na realidade, é o agente selecionador (e, pois, excludente), o qual permite aos que controlam o sistema perceber quem pode ou não participar dele.

A segunda razão tem a ver com a própria lógica do mercado, caracterizada pela competitividade. A linguagem que utilizam os que analisam esse aspecto fundamental do mercado denota o uso de uma terminologia própria ao campo militar: “estratégia”, “forças”, “recursos”, “fragilidades”, “armamentos”, etc. (cf., por exemplo, o livro de Michael E. Porter: *Competitive Strategy*.

New York, The Free Press/MacMillan Inc., 1980, p. 47-ss). Isso significa que se entende a área das atividades mercantis como um campo de batalha e, como tal, um espaço onde predomina a violência. De fato, um dos pré-requisitos para participar do mercado moderno é a desconfiança do outro. Parece haver uma necessidade inerente ao mercado moderno de perceber o outro como um inimigo em potencial, contra quem tem de se lutar. Não se pode participar do mercado sem uma disposição *a priori* para fazer uso da agressividade. Acaso não escreveu Adam Smith, em *Riqueza das Nações*, que quando vemos dois ou três homens de negócios reunidos para conversar entre si devemos imediatamente suspeitar que estejam conspirando?

O grave problema que resulta de tudo isso é que, por meio dessas práticas competitivas e violentas, há vastos setores da humanidade que acabam excluídos. Não pode ser de outra maneira se levamos em conta a lógica do sistema dominante.

**Os condenados a morrer antes do tempo.** Trata-se de um sistema cruel e iníquo. Se não é assim, como explicar que, no momento em que a humanidade dispõe dos recursos suficientes para conseguir erradicar a miséria da face do planeta, haja nes-

te grandes zonas em que os homens e as mulheres que nelas vivem estejam praticamente condenados ao sofrimento desde que nascem? É o caso da maior parte da África, especialmente nas sociedades desse continente que vivem entre o Saara e a linha do Zambeze, que delimita as fronteiras da África Austral. É também o caso das populações das pequenas ilhas do Pacífico, cujo habitat natural vem sendo pervertido em virtude das repetidas experiências nucleares praticadas pela França nos atóis da região. É também o caso de vastos contingentes humanos em Bangladesh, na região de Bengala, no subcontinente indiano. É também o que ocorre com os povos da América Central, em sua maioria indígenas (penso, especialmente, no caso da Guatemala). E, infelizmente, é também o caso das populações do nordeste do Brasil. Trata-se de muitos milhões de seres humanos cujas condições de existência poderiam ser melhoradas se houvesse boa vontade. Mas, como assinalava Max Weber ao referir-se à lógica do mercado em sua obra póstuma, *Economia e sociedade*, nesse espaço não pode haver lugar para a expressão de sentimentos fraternos (México, Ed. FCE, 1969, Volume I, p.494): “O mercado, em plena contraposição a todas as outras comunidades que

sempre supõem confraternização pessoal e, quase sempre, parentesco de sangue, é em suas raízes estranho a toda confraternização”.

Os fatos demonstram claramente que a ideologia da mundialização da economia, a qual abre caminhos para a unidade da humanidade, é uma grande mentira. A parte da humanidade que conta é aquela que tem condições para competir e sobreviver. Ao resto não sobre outra opção senão morrer antes do tempo!

**Os excluídos de sempre.** Seguindo a inspiração do historiador francês Fernand Braudel, Immanuel Wallerstein consagrou os últimos 25 anos de sua produção intelectual à análise da construção e do funcionamento do mercado mundial pelas forças dominantes do Ocidente moderno. Em suas obras (*The Modern World System*. London, Academic Press, 1980. 2 vols. Acaba de ser publicado o terceiro volume. Também: *The Politics of the World Economy*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984. Em colaboração com outros autores: *Dynamics of Global Crisis*. New York, Monthly Review Press, 1982), indica com precisão que o sistema dominante pratica constantemente o princípio de exclusão.

Além dos que são excluídos economicamente do sistema, estão aqueles que são deixados de lado em virtude de suas origens étnicas e suas identidades culturais. Nisso se percebe o caráter racista do sistema. Possivelmente, um dos seus aspectos mais perversos se manifestou na prática missionária do cristianismo. Por exemplo, quando chegaram os iberos a esta parte do mundo a que agora chamamos América, conquistando-a e colonizando-a, com eles chegaram os missionários, que tinham por missão a evangelização dos indígenas que povoavam estas regiões. Um deles, o jesuíta José de Acosta, bem como o franciscano Sahagún, “praticava o método da tábu-

la rasa, que haveria de conduzir à erradicação sociorreligiosa dos índios e, com isso, à perda de sua identidade. Assim se lançaram os alicerces da ‘cultura da pobreza’, como a denomina Oscar Lewis, a subcultura das massas desenraizadas nas quais desapareceu a vontade de um desenvolvimento independente e de uma responsabilidade própria” (Hans Jürgen Prien: *La historia del Cristianismo en América Latina*. Salamanca e São Leopoldo: Sígueme e Sinodal, 1985, p.228). Essa prática não foi aplicada exclusivamente na América Latina. Houve, é verdade, exceções notáveis (por exemplo, Francisco Xavier, no Japão; Ricci, na China; Roberto de Nobili, em

*Como explicar que, no momento em que a humanidade dispõe de recursos suficientes para erradicar a miséria da face do planeta, haja grandes zonas em que homens e mulheres que nelas vivem estejam praticamente condenados ao sofrimento desde que nascem?*

Goa, Índia; junto com outros jesuítas), não obstante a regra haver sido, em primeiro lugar, de que os não-cristãos abandonassem sua identidade e aceitassem a cultura ocidental. Só então estariam em condições de receber o batismo cristão.

O racismo ocidental é claramente etnocêntrico. Nota-se que, por meio dele, os povos ocidentais, com sua cultura, se propõem como paradigma a ser seguido pelo resto da humanidade. Além de dar testemunho de um narcisismo enorme, essa atitude indica a existência de um profundo desprezo pelo outro.

**Sexismo.** O caráter excludente do sistema não se limita à prática do racismo e de seu etnocentrismo cultural. Também aparece no sexismo que, por milhares de anos, desde antes da formação da cultura ocidental moderna, foi testemunhado pelas culturas que contribuíram decisivamente para formar a modernidade ocidental. Assim como o racismo tem servido de mecanismo de controle direto dos produtores de matérias-primas, a dominação das mulheres significa a raiz mesma da injustiça social. Enquanto existir discriminação do ser feminino haverá desigualdade.

E preciso, no entanto, reconhecer que essa situação começou a mudar no decorrer deste século que está chegando ao fim. Não obstante, é importante repisar que as mudanças que ocorreram e os sinais de esperança que elas geraram não são fruto do sistema nem de sua lógica, mas da própria luta das mulheres. Pouco a pouco, entraram no mercado de trabalho, obrigando a sociedade a reconsiderar uma série de pautas com as quais se analisava não só a vida social, como também a pessoal, levantando questões muito sérias relativas à própria estrutura da organização do trabalho, dos padrões de consumo e, sobretudo, de estilo de vida familiar.

Ou seja, o que a revolução feminina — que é um processo a longo prazo, cuja continuação deve ser prevista para muito mais de um século, mas que certamente constitui o agente de mudança mais profundo que está contribuindo para uma transformação social no âmbito de nossas sociedades — está fazendo é questionar a verdadeira organização da reprodução da vida cotidiana em seus termos materiais.

Por isso mesmo, a ela tanto resistem os que administram a existência do sistema. E não só os que têm a responsabilidade do poder econômico ou político, mas também muitos que dirigem as instituições pelas quais se realiza a produção de bens simbólicos. Na verdade, também

## ALGUNS FATORES DA EXCLUSÃO

A revolução tecnológica, a crise da dívida externa dos países do Terceiro Mundo e as crises dos países socialistas do Leste europeu estão criando uma nova ordem internacional. Com as políticas neoliberais de ajuste econômico e a insensibilidade de muitos diante do sofrimento dos pobres, temos ingredientes explosivos dessa precária situação social em que vivemos.

O mundo está sendo reorganizado a partir de três pólos: o Japão, com os chamados "tigres" asiáticos (Coreia do Sul, Hong Kong, Cingapura e Taiwan); a América do Norte (os Estados Unidos e o Canadá); e a Comunidade Econômica Européia (CEE), sob a hegemonia da Alemanha unificada. A África está, quase que definitivamente, fora desse novo circuito e a América Latina está entre ingressar nessa nova ordem ou juntar-se com a África.

Fonte: Trecho extraído do livro "Deus numa economia sem coração", de Jung Mo Sung, Ed. Paulinas, p. 126, 1992.

nesse campo as reivindicações das mulheres se fazem sentir, e algumas inovações favoráveis a seus interesses têm sido introduzidas ao longo dos últimos 20 ou 30 anos (embora não em todas as instituições do campo religioso). Contudo, a resistência que se observa diante de seus protestos evidencia a dureza e a rigidez desse sistema injusto.

**Relações com a natureza.** Outro aspecto importante da vida humana, em que transparece o caráter excluyente do sistema, diz respeito às relações dos seres humanos com a natureza. A cultura ocidental moderna, que testemunha uma clara vontade de dominação, não respeita outros seres humanos. Considera-os como meios, como instrumentos. Sua *hybris* instrumental é inegável quando se trata dos elementos naturais. Por isso, com sua intencionalidade instrumental, tratando de resolver problemas imediatos, o que conseguiu foi multiplicar os problemas do meio ambiente. Ou seja, tratando de resolver problemas urgentes, não levou em conta os efeitos não-intencionais de sua instrumentalidade. Por exemplo, tentando ganhar tempo, empenhou-se profundamente em um desenvolvimento econômico centrado no transporte e seus derivados. A intenção imediata merece respeito; no entanto, é reprovável que não se tenha levado em conta o impacto que tanta contaminação do ambiente iria causar sobre a natureza: chuva ácida, diminuição de ter-

ras cultiváveis, deterioração da qualidade do ar, etc. E tudo isso sem mencionar outros problemas gerados pelo tipo de tecnologia que prevalece na produção industrial. O resultado desse impacto foi um desenvolvimento insustentável. O ser humano, que não se compreende senão em relação com a natureza, segundo os padrões dominantes no sistema vigente excluiu essa parte tão importante de sua identidade. Com sua moral utilitarista, que faz do útil o princípio de todos os valores, termina sacrificando uma parte constitutiva de seu ser, em função do que aparece imediatamente como conveniente e lucrativo.

**Olhando para o futuro.** É necessário resistir ao sistema e formular alternativas para ele. Este desafio deve ser visto como um processo a longo prazo, que está requerendo esforços de muitas gerações. Para ir definindo as novas opções de vida, deve-se levar em conta a prática daqueles que se opõem materialmente ao sistema, ou seja, os movimentos anti-sistêmicos.

Alguns deles realizaram no passado um trabalho notável de erosão do sistema, o qual se viu obrigado a reformular algumas de suas orientações ante a luta daqueles que procuraram maior justiça, e a terminar com sua dominação opressora. Alguns desses movimentos anti-sistêmicos do passado ainda têm energias para manter um confronto com o sistema, mas, sobretudo, devemos aprender com as lutas dos novos movimentos (com os novos

atuais e com os novos que irão surgindo). Pensamos, particularmente, na luta dos povos indígenas da América e do Caribe, de origem africana e asiática, contra o racismo branco. Também cremos que é fundamental levar muito em conta os movimentos feministas com suas reivindicações e exigências de justiça. No decorrer dos últimos 20 anos multiplicaram-se, por outro lado, os movimentos de responsabilidade ecológica, de respeito ao meio ambiente, que com seus questionamentos estão motivando transformações importantes, tanto no plano da produção industrial como no da organização do trabalho social.

Esses esforços provêm, principalmente, do setor da sociedade civil composto pelos organismos públicos não-governamentais que canalizam as aspirações populares. Com sua mobilização estão influenciando as organizações políticas, contribuindo para que não fiquem fascinadas pelo poder e pelas possibilidades de sua administração e venham a conceber a prática política como uma atividade na qual o povo conta. O povo, em sua dimensão mais ampla: como família de todas as nações da terra, como comunidade de homens e mulheres, como seres humanos junto à natureza.

Por isso, ao olhar para a frente, é preciso prever (por ora, na conjuntura atual), dar a prioridade mais alta à construção e à consolidação da sociedade civil. Ela é a consciência moral da realidade social. Sem ela não há possibilidades para o desenvolvimento democrático. Ela é que permite que germinem as forças anti-sistêmicas tão necessárias para terminar com a prática institucionalizada da exclusão que estamos experimentando.

Julio de Santa Ana é teólogo metodista, secretário executivo do Cesep, professor no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação em Ciências da Religião, São Paulo. É autor de diversos livros, entre os quais "O amor e as paixões: crítica teológica à Economia Política".

# ESTRANHAS INVERSÕES DO MERCADO

Jung Mo Sung

*Na prática do atual sistema neoliberal até as crianças pobres são consideradas ameaças e culpadas. Não importa se ainda não cometeram algum delito. A insensibilidade dos integrados no mercado diante do sofrimento dos pobres é hoje marca de nossa sociedade*



J.R. Ripper / Imagens da Terra

Favela na Transamazônica, Altamira, Pará

**N**a minha adolescência, na década de 1970, iniciando-me nos movimentos de Igreja, participei de várias campanhas de ajuda aos pobres. Eram campanhas de Natal, do Dia da Criança, etc. Muitos dos que ajudavam diziam: “Crianças eu ajudo, pois elas não têm culpa”. E em nome da “fé cristã” ou do espírito humanitário davam as suas contribuições. Fazer campanhas para ajudar crianças era fácil; difíceis eram atividades voltadas para ajudar os adultos. Pois estes “tinham culpa”. Culpa de serem pobres, de serem “preguiçosos”, de “terem fugido das escolas”...

Era tempo do “milagre econômico”: do aumento da classe média e do surgimento acelerado do cinturão de pobreza nas periferias das grandes cidades. Os pobres, em sua maioria migrantes, vítimas de um modelo econômico de crescimento acelerado baseado no arrocho sala-

rial e no êxodo rural, eram considerados culpados. Mas a população ainda defendia a inocência das crianças pobres. Elas eram consideradas vítimas, não da sociedade, mas dos seus pais. Era uma estranha forma de se julgarem os pobres: vítimas culpadas.

Há momentos em que eu sinto saudade dessa consciência social perversa. Hoje, nem as crianças são mais consideradas inocentes. A crise econômico-social da década de 1980, a “década perdida”, aumentou o número de pobres e, portanto, das crianças pobres, dos menores abandonados e dos menores de rua. Com o desemprego ou o baixo salário dos pais e sem acesso ao mercado de trabalho ou algum tipo de ajuda, estes menores só podem sobreviver de modo “ilegal”: de atividades marginais (limpar pára-brisas de carros nas esquinas, tomar conta de carros nas ruas) ou de pequenos furtos. São

atividades que não somente atrapalham a vida das pessoas “de bem”, daqueles integrados no mercado, como tais pessoas se sentem ameaçadas por essas crianças.

Se elas são ameaças (reais ou ilusórias, não importa), não são mais vítimas inocentes. São culpadas. Não importa se ainda não cometeram algum delito. São culpadas por delitos que por certo irão cometer. São condenadas antecipadamente. Por isso, nem os assassinatos de crianças pobres chocam mais a consciência social. A “fé cristã” ou o espírito humanitário parece que não têm mais nada a ver com essas coisas. A insensibilidade dos integrados no mercado (na vida econômico-social) diante dos sofrimentos dos pobres (65% da população brasileira excluída do mercado) é hoje marca de nossa sociedade. Adultos ou crianças, não importa. Se são pobres, são culpados. Do quê? Não importa!



Shopping center no Rio de Janeiro

Consciência tranqüila e a intranqüilidade social. Vivemos um estranho paradoxo: as pessoas integradas no mercado têm uma consciência tranqüila diante da atual crise social, diante da intranqüilidade social. A maioria — incluindo a grande parte dos cristãos — não se sente mais interpelada pelo sofrimento dos pobres. É como se não tivesse nada a ver com isso. E como apreendeu que ter consciência tranqüila é a prova de sua inocência, a prova de que “está de bem com Deus”, se sente duplamente tranqüila.

A única intranqüilidade das pessoas diante da crise social é a preocupação de não serem atingidas por essa crise e de não sofrerem violência por parte dos pobres e marginali-

zados. As pessoas integradas no mercado se sentem vítimas dos pobres. São obrigadas a se protegerem destes violentos atrás dos altos muros dos condomínios fechados e dos seguranças que os protegem nos *shopping centers* ou clubes *privés*. Os beneficiados do nosso sistema econômico iníquo tornaram-se vítimas e as vítimas tornaram-se culpadas.

Como é possível “pessoas de bem” ou “cristãos praticantes” serem tão insensíveis diante do sofrimento dos pobres? Como é possível ser cristão e pregar “amor ao próximo” e ter consciência tranqüila diante desta realidade social “invertida” e tão gritante? O que está acontecendo com a nossa sociedade?

Enealdo Carneiro / Imagens da Terra

**Solidariedade e desenvolvimento.** Para entendermos o que está acontecendo, precisamos voltar

um pouco no tempo. Algumas décadas atrás havia um sentimento entre a população de que cada um era responsável, de certa forma, pelos problemas da coletividade. Principalmente em cidades pequenas do interior. O problema do vizinho era também um problema da vizinhança. Havia o que podemos chamar de espírito de solidariedade na comunidade. É claro que havia limitações e dificuldades nesse espírito, mas, pelo menos, a solidariedade (“amor ao próximo”, na linguagem cristã) era pregada como um valor importante. Essa visão otimista do ser humano também estava presente na economia. As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um discurso otimista: o desenvolvimento

## ABANDONO

“Ardendo em febre e com muita fome, Anselmo, de quatro anos, pergunta à sua mãe: ‘No céu tem pão?’” (favela de Pirambu, em Fortaleza).

“Não quero mais dormir e acordar sem comer, vou roubar” (menino de 13 anos, favela de Pirambu, em Fortaleza).

“Despertador é a sirene da polícia” (Famílias que dormem no calçadão da Av. Atlântica, no Rio de Janeiro, são despertadas com a chegada, às sete horas, da viatura da polícia).

No Brasil são 33,5 milhões de indigentes. A década perdida devastou o povo brasileiro e os anos de 1990 deixaram as portas abertas para a miséria. O aumento da concentração de renda nos anos de 1980 expõe as conseqüências funestas até hoje, nos quatro cantos do País. De norte a sul, não há mais “ilhas da fantasia” imunes ao assustador crescimento das favelas, ou, pior ainda, da população de rua.

Fonte: Jornal do Brasil, 20/12/92.

*Nem os assassinatos de crianças pobres chocam mais a consciência social. A “fé cristã” ou o espírito humanitário parece que não têm mais nada a ver com essas coisas*

industrial iria acabar com a pobreza no Brasil (e na América Latina). Bem ou mal, a sociedade propunha resolver os problemas de todos: dos ricos e dos pobres.

Só que o modelo de desenvolvimento industrial implantado no País (substituição das importações) não resolveu os problemas econômicos e sociais dos pobres e, portanto, do

País. Abriu-se um grande fosso separando um pequeno grupo de ricos cada vez mais ricos e a grande maioria excluída dos benefícios do "progresso econômico".

Diante de uma situação social explosiva, a burguesia mudou de discurso. Em vez de progresso para todos, vieram o golpe militar e a conversa de que primeiro deveríamos esperar o bolo crescer para reparti-lo depois. Todos sabem onde foi parar esse bolo. Mas, enquanto o bolo crescia, havia ainda uma esperança de se ter um bom emprego e, no futuro, participar do bolo. Contudo, veio a crise da dívida externa a partir de 1982.

*A única intranquilidade das pessoas diante da crise social é a preocupação de não serem atingidas por essa crise e de não sofrerem violência por parte dos pobres e marginalizados*

## CRIANÇAS DE RUA

A Organização Mundial da Saúde (OMS), com sede em Genebra, acaba de revelar dados de um estudo que alertam para a existência de quase 100 milhões de crianças de rua em todo o mundo que usam drogas e outros tipos de entorpecentes. Segundo a Organização, essas crianças não conseguem melhorar de vida devido à forte recessão mundial, a mudanças políticas, à desintegração de famílias e a catástrofes naturais. Muitos desses jovens, além de consumir, participam diretamente do tráfico e da venda de drogas.

O estudo enfatiza que, apesar de 71% das crianças de rua serem homens, a vida nas ruas é muito difícil para as mulheres, que são constantemente exploradas sexualmente. Vários outros jovens sem teto são também explorados pelo crime organizado e por grupos terroristas, "contratados" para participar de atividades subversivas e ilegais. O estudo da OMS é a primeira fase de um projeto que visa estabelecer novas estratégias de combate à delinquência e ao vício entre os meninos de rua de todo o mundo.

Fonte: Jornal do Brasil, 27/03/93.

**Neoliberalismo e a insensibilidade social.** Agora a burguesia só fala em ajuste econômico que exige sacrifício da população (pobre), não mais em desenvolvimento para todos. Diz que não é possível buscar consciente e intencionalmente a solução dos nossos problemas sociais. Segundo ela, a derrocada do bloco socialista é a prova dessa impossibilidade. Chegamos ao "fim da história" (Fukuyama), isto é, descobrimos o segredo da história humana: só o mercado capitalista, sem a intervenção do Estado e da sociedade, pode resolver os nossos problemas econômicos e sociais. É a proposta neoliberal.

No sistema de mercado toda produção é voltada para atender os desejos dos consumidores. A necessidade básica dos não-consumidores (os excluídos do mercado) não existe para essa economia. Constroem-se mansões, mas não casas populares porque os pobres não são consumidores. Ou então produz-se comida sofisticada para os cachorros (dos consumidores), enquanto falta comida para pessoas pobres!

O princípio fundamental que move tal sistema de mercado é a livre concorrência: cada um deve defender os interesses pessoais contra os interesses dos outros (o egoísmo) para o ótimo funcionamento do sis-

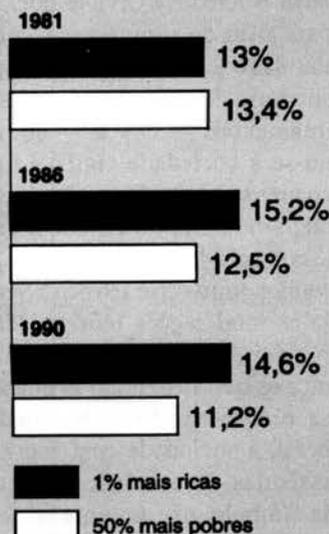
tema. Em outras palavras, o caminho para a solução dos nossos problemas sociais estaria no fomento do egoísmo. O mercado é apresentado como um ente supra-humano capaz deste milagre de transformar o egoísmo em "bem comum" ("amor ao próximo"). Os economistas neoliberais falam da necessidade de se ter "fé" no mercado.

A atual consciência social insensível diante dos sofrimentos dos excluídos do mercado revela a vitória desta nova "espiritualidade": amar ao próximo é defender os interesses pessoais contra outros integrados no mercado e, principalmente, contra a "violência" dos excluídos do mercado. Uma estranha espiritualidade para um país que se diz cristão.

Urge recuperar o valor da solidariedade humana e a dignidade radical de todos os seres humanos, consumidores ou não.

**Jung Mo Sung** é teólogo leigo e autor de vários livros: "A idolatria do capital e a morte dos pobres", "Deus numa economia sem coração" (Edições Paulinas) e "Experiência de Deus: ilusão ou realidade?" (FTD).

### PARTICIPAÇÃO NA RENDA NACIONAL



João B. Farias

# TEMPO DE MUDANÇA E DIREITOS

Rafael Soares de Oliveira

*As análises mais gerais sobre a situação histórica em que nos inserimos não contavam com as mudanças velozes por que passamos. É preciso, até mesmo, repensar o conceito de sociedade civil, dentro da complexidade social contemporânea e da luta por múltiplos e novos direitos. Os excluídos são provocados a assumir sua condição como tais, e deles emerge um novo processo de afirmação dos direitos fundamentais*

*Ninguém sai por aí gritando feito doido que o sol vai nascer amanhã. Todos sabem disto. As pessoas que se dedicam a objetivos, credos políticos e religiosos nunca estão perfeitamente seguras dos dogmas que anunciam.*

Robert M. Pirsig

O momento político em que nos encontramos hoje traz questões para todos que, nos últimos 30 anos, se envolveram em projetos de mudança social.

Sem traumas, passando pela discussão específica do neoliberalismo e indo além, é tempo de admitir complexidades antes não tão claras na luta política pelo novo. Ninguém mais é capaz de fazer a defesa da aliança operário-estudantil-campesina. Até os mais afoitos não o fazem sem antes estabelecer muitas

nuances. Enfim, são tempos desafiantes, cuja situação geral espera-se tangenciar neste artigo.

**Sociedade civil.** Hoje, quando se fala de sociedade civil, não se está trabalhando com um conceito teórico unívoco. Trata-se mais de uma bandeira político-simbólica, cuja apropriação maior tem sido das forças contrárias à desigualdade, à injustiça social e favoráveis à democracia de modo radical.

Teórica e historicamente o próprio conceito sofreu nuances, desde uma compreensão estritamente econômica até incluir a dimensão política. No interior das esquerdas podem-se apontar dois grandes momentos. O primeiro via o Estado como representante de uma classe, cujos interesses defendia pelo uso da força: origem e resultado do socialismo real.

O outro grande momento para as esquerdas foi em meados deste século, quando se começou a perceber que no interior da sociedade civil havia consensos. A relação entre governantes e governados supunha uma maioria convencida da “justeza” dessa situação. Tempos diferentes se impunham: o Estado não era mais só coerção, ele passara a ser também persuasão. A sociedade civil, lugar de produção da sociedade e de sua riqueza, continuou sendo vista como o espaço no qual se travava a luta de classes que tinham interesses econômicos antagônicos. Mas os “gatos” estavam mais pardos. Politicamente se uniam muitos que economicamente se poderia chamar, em outros tempos, de união das raposas com as galinhas.

Diante de tal realidade passou-se

a pensar o estado de modo ampliado, como o somatório daquilo que se entende tradicionalmente do mundo político (burocracia estatal, representantes políticos, força policial e outras) — a sociedade política e a sociedade civil. Esta última compreendia, grosso modo, pelo que se pode chamar de outras instituições sociais e organizações civis. O Estado passa a ser visto como coerção e persuasão: sociedade política e sociedade civil, respectivamente.

Sem dúvida os tempos já são outros. Quando se fala de sociedade civil é quase certo que só se sabe que não é do governo de que se está falando. Esta imprecisão ou alteração conceitual, na verdade, não desvela por trás de si, como principal, incorreções teóricas. Mais que isso, está em jogo a necessidade de acompanhar a mudança. Tem sido mais uma convocação de identidade aos democratas, aos que se consideram participantes da condição humana de igualdade e equilíbrio ecológico. Fala-se de Sociedade Civil Global, o que, para além de algumas reduções de identidade (como os que pensam em somatório de Organizações Não-Governamentais — ONGs — ao referirem-se à sociedade civil), é um motivo universal de afirmação da cidadania, autônoma do Estado e capaz de controlá-lo.

Vivemos uma crise teórica? Sem dúvida as totalizações teóricas têm sido parciais, mas são o real e sua mudança os que sustentam as crises. Avesa e convivendo com a onda neoliberal, a sociedade contrasta-se com as teorias. A sociedade civil, categoria-símbolo, não se toma tal por imprecisão, mas é fruto da complexidade social contemporânea e da

## CONTINGENTE DE EXCLUÍDOS VAI AUMENTAR

luta por múltiplos e novos direitos — alguns básicos e impensáveis quase no Terceiro Milênio, outros cada vez mais globais.

**Direitos, novos direitos.** Os teóricos com que contamos para o consumo de análises mais gerais sobre a situação histórica em que nos inserimos, ao que tudo indica, não contavam com as mudanças velozes por que passamos. As sociedades tornaram-se altamente urbanizadas, com cidades que, muito mais do que o lugar de hospedagem da força de trabalho, são focos de aglutinação de gentes impossibilitadas da sobrevivência nos espaços formalmente definidos para a produção e a reprodução da riqueza social. São sociedades de desigualdade, como no Brasil,

A organização humanitária britânica *Actionaid* alerta para a crise no novo século. Pelo menos um quinto da população mundial vive em estado de miséria absoluta, e o número de pessoas pobres entre os 5,5 bilhões de habitantes dos cinco continentes pode chegar a 1,5 bilhão na virada do século. O estudo revela um quadro bastante pessimista para as classes menos

protegidas nas regiões mais pobres do mundo, e denuncia as assustadoras condições de vida de pessoas que se tornam cada vez mais vulneráveis a doenças e morte prematura. O atual nível de empobrecimento mundial afetará principalmente mulheres e crianças na África e na América Latina.

Fonte: Jornal do Brasil, 20/3/93.

com massas flutuantes, instáveis, de relações sociais igualmente mutantes e instáveis. Tanto o imaginário coletivo (crenças cotidianas, religiões oficiais, telemídia, arte popular, etc.) como as relações do tecido social (vizinhança, parentesco, trabalho, autoridade, etc.) são instáveis e múltiplas, e conferem à cultura a convivência entre vários referen-

ciais bem como a produção de novos modos de compreender o viver. Para não cairmos em generalizações que não poderíamos desenvolver, é preciso destacar que é a situação brasileira a que nos questiona de perto.

Em um país como o Brasil, o Estado e as instituições sociais não se consolidaram o suficiente para representar a organização societária. A



Calicut

*A produção da democracia passou a ser uma tarefa literalmente cotidiana. Grupos e movimentos buscam afirmar direitos permanentes, e situam-se além da fronteira do Estado, entendido de forma ampliada: sociedade civil e sociedade política*

nossa história aponta os problemas de uma sociedade que nunca consolidou institucionalmente a esfera política e o jogo democrático. Além disso, acresce o fato — já objeto de outras análises contemporâneas — de sermos de um território amplo onde convivem várias culturas sem direitos iguais à cidadania. Por outro lado, a concentração urbana e os processos de recessão econômica neoliberal aceleraram a economia paralela, os poderes paralelos e a velocidade das interações sociais entre contingentes cada vez maiores de

## DIREITOS FUNDAMENTAIS (E NÃO NOVOS)

Se não houver a percepção da sociedade (seja a política ou a civil) de que nos cabe a tarefa de diminuir a distância que separa os que têm rendas que foram expulsos do mercado, dando-lhes condições mínimas de consumo e bem-estar, entraremos num contexto de desagregação social e numa síndrome de caos. Toma-se necessária uma ação consistente na

direção de uma reforma estrutural que garanta a retomada dos investimentos em infra-estrutura e em programas sociais. O dilema dramático é o desafio que se impõe: o desenvolvimento abrangente, não-seletivo, ou a desordem e o fim de nossa existência como nação.

Fonte: Extraído do editorial do Informe CORECON, nº 46, fevereiro/93.

*Sociedade civil é, antes de tudo, uma conjugação de lutas, valores, pequenos e grandes grupamentos em enfrentamentos sociais*

população fora da institucionalidade política e econômica. Há uma defasagem cada vez mais gritante entre os já históricos problemas de veículos institucionais de constituição da cidadania e as novas estruturas econômicas de produção e reprodução, e os poderes paralelos e as alternativas de sobrevivência, cujo exemplo claro é o poder crescente do narcotráfico e sua economia, e até mesmo a mendicância e o consumo das sobras da sociedade consumidora oficial.

O movimento político não pode mais ser contabilizado como antes. Por exemplo, já houve tempo em que considerávamos o somatório de greves um indício de questionamento social e avanço da mudança. Hoje, no Brasil, não se pode reduzir a visão de democracia como antes, nem com uma greve geral, pois há perguntas que não serão respondidas: para quê, quantos envolvidos no conjunto social, etc. Ou seja, a mobilização da soma da sociedade institucionalizada em organizações, na economia formal ou nas representações do Estado não garante uma maioria "cidadã" e democrática. Há massas excluídas em movimentos próprios, agrupamentos diversos e que muitas vezes buscam afirmar direitos não garantidos ou

até mesmo perdidos na onda neoliberal.

A produção da democracia passou a ser uma tarefa literalmente cotidiana. Grupos e movimentos buscam afirmar direitos permanentes e situam-se além das fronteiras do Estado ampliado teórico: sociedade política e sociedade civil. Há direitos locais, sexuais, étnicos, ambientais e até de sobrevivência em busca de afirmação e reconhecimento. Isto não implica reconhecer uma grande e clara mobilização social. Não se está falando de processos de massas, as quais, em grande modo, adaptam-se à árdua agenda neoliberal. Está-se, isto sim, reconhecendo a multiplicidade de direitos e de movimentos correlatos no interior da tensão entre minorias e massas e que pressionam a institucionalidade a definir-se: ora reconhecendo, ora reprimindo iniciativas.

Em tal contexto, sociedade civil é, antes de tudo, uma conjugação de lutas, de valores, de pequenos e grandes grupamentos em enfrentamentos sociais. Sociedade civil significa, por seu valor simbólico, uma bandeira ética.

Uma aproximação mais fina provavelmente tenha uma visualização mais clara de todos os processos indicados até aqui nas cidades. Mas isso não se dá à toa. É nas cidades que tornam-se extremas a diversidade, a desigualdade e as massas excluídas, assim como a inadequação dos poderes e direitos institucionalizados. Conforme já dito, em outros termos, há mais poderes que os representados e necessidade de mais direitos que os constituídos...

**Excluídos e cidadãos.** Supôs-se, até aqui, que estas notas inserem-se entre denúncias bem articuladas do neoliberalismo e seu processo de exclusão social. Por isso, evitando repetições, já se deu o salto de reconhecer a realidade atual como recessiva e neoliberal. À guisa de conclusão de um artigo que procurou ser mais expositivo que conclusivo, procurou-se destacar um processo alternativo à imagem do caos.

O desafio de afirmação da democracia e da esperança tem sido enfrentado, e cada vez mais sob diversos modos — caminho plural de várias contribuições sem uma grande totalizador. Entre elas situam-se desde campanhas nacionais contra a fome até o acompanhamento miúdo e solidário a doentes terminais, num largo espectro. Mas em destaque como dimensão construtiva fica a lógica dos que se consideram excluídos do sistema.

Os excluídos são provocados a assumir sua condição como tais, a qual, no entanto, não tem sido sinal de imobilismo. Ao contrário, passa a ser sinal de contradição. Porque do reconhecimento da condição de excluídos e sua identidade correlata emerge um novo processo de afirmação do direito. A vontade do direito à diferença traduz-se politicamente em luta por um novo direito. No Brasil, este processo, em muitos casos, remete-se a direitos tão fundamentais que parece ironia chamá-los de novos, mas a lógica permanece como esperança. É reconhecendo-se prostitutas que reivindicam reconhecimento, saúde, trabalho legal. É como escravos trabalhadores que se busca superar esta condição. É como excluídos do sistema que afirmamos o direito de garantir a vida fora e contra ele, a cada dia.

Rafael Soares de Oliveira é cientista político e coordenador adjunto do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI.

# PANORAMA E GRAVIDADE DA POBREZA

Plínio Arruda Sampaio

*Observaram-se até aqui o panorama e as causas da miséria no mundo. Neste artigo, o autor leva-nos à verificação concreta dessa situação de penúria no contexto brasileiro e apresenta, com veemência, as evidências que impossibilitam a todos de ignorá-la*

Os números e as fotografias da pobreza têm sido mostrados à população brasileira por meio de estatísticas, ensaios científicos, artigos da imprensa, programas de rádio e TV, sem contar o invariável desfile de situações de miséria que os partidos incluem nos programas de propaganda política. Qualquer brasileiro medianamente informado sabe, portanto, que metade da população brasileira vive na pobreza e que um terço dos pobres encontra-se em situação de miséria.

Sabe ainda que o maior número de pobres concentra-se nas cidades, mas que é no campo onde vivem os mais miseráveis; que há pobres em todos os estados brasileiros, mas que os do Nordeste apresentam maior porcentagem no total da sua população, e que os pobres nordestinos são mais pobres do que os outros.

Sabe, finalmente, que a pobreza atinge mais duramente as mulheres, as crianças e os idosos, e que os tenebrosos sinais são a fome, o analfabetismo, a favela, o cortiço, o su-

bemprego, o desemprego, as doenças endêmicas e, agora, a cólera.

Até há pouco tempo, os brasileiros bem situados na vida podiam se dar ao luxo de, senão ignorar completamente, pelo menos furtar-se à visão dessa pobreza, porque a informação escrita pode deixar de ser lida e basta um suave toque no monitor da TV para fazer sumir da tela qualquer imagem que desagrade. Mas, ultimamente, esse comportamento defensivo está-se tornando cada vez mais difícil. A população cresceu, o

formigamento das redondezas dos cortiços, nos ambulantes postados nos faróis de tráfego, nos pedintes que os abordam nas ruas. Não! Ninguém pode alegar desconhecimento da existência de pobreza neste país.

Parece, contudo, que essa visão não está sendo suficiente para fazer com que se exija a eliminação dessa chaga social. Afastamo-nos da pobreza, protegemo-nos dela, mas não tomamos uma atitude decidida para pôr-lhe fim. Quem sabe se uma reflexão sobre a gravidade do fenôme-



Marcelo de Oliveira / Imagens da Terra

Baixada Fluminense, Rio

número absoluto de pessoas em estado de penúria elevou-se substancialmente, de modo que, salvo o restritíssimo círculo dos que usam helicóptero para seus deslocamentos urbanos, todos os demais topam com a pobreza a cada instante nas favelas, embaixo das pontes e viadutos, no

no contribua para modificar essa atitude egoísta e míope?

**Sociedade de apartheid.** A pobreza é grave sob dois aspectos: o da construção da nacionalidade e o da retomada do crescimento.

Somos um projeto de nação. O

principal obstáculo para a concretização desse objetivo consiste precisamente na divisão que a pobreza causa entre os brasileiros. Ricos e pobres existem em todas as nações, mas a distância abismal que separa esses dois estratos na sociedade brasileira opera como um fator de bloqueio da nacionalidade. Uma nação baseia-se em sentimentos de identidade, igualdade e solidariedade compartilhados pelos seus membros, que derivam de esforços, de sagas gloriosas e de grandes lutas realizadas pelos nacionalistas do País ao longo do tempo. O passado colonial que dividiu a nossa história em duas histórias distintas — a dos senhores e a dos escravos — impossibilitou essa memória comum e desgraçadamente ainda marca o nosso presente. Só isso pode explicar a espantosa insensibilidade dos que estão “bem de vida” diante do sofrimento inaudito dos milhões que ficaram para trás.

trar a gravidade do problema, pode-se enfocá-lo por outro ângulo tão crucial quanto o primeiro: o da relação entre a pobreza e as extraordinárias transformações que estão ocorrendo na esfera da produção econômica e que conformam a Terceira Revolução Industrial.

Três são os fatores fundamentais para a inserção dos países nessa revolução: grau de instrução do povo; escala de produção; e interesse dos trabalhadores.

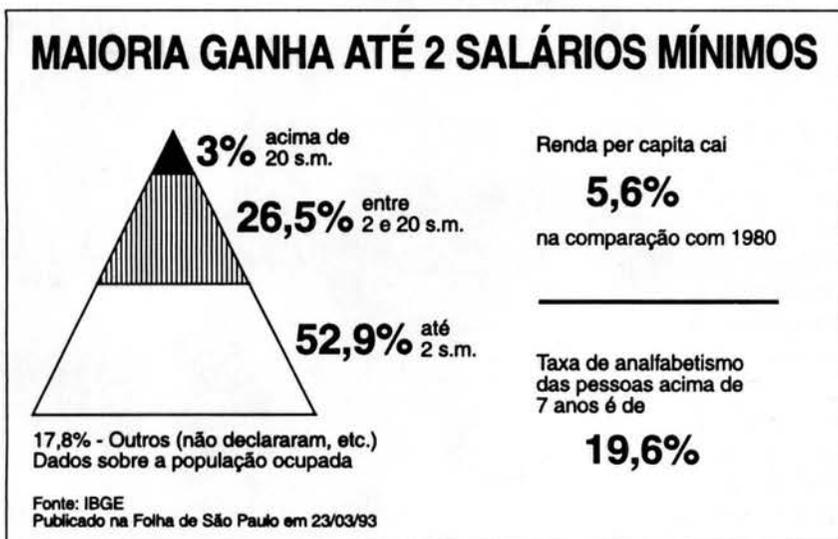
De acordo com os novos métodos e processos produtivos, o esforço manual que os trabalhadores realizavam na linha de produção deixa de ser necessário e passa a ser feito pelas máquinas robotizadas. O trabalhador deve agora operar essas máquinas, o que exige dele qualificação intelectual muito superior à do período passado.

Além disso, a busca da inovação, a necessidade de reduzir custos e de obter produtos de alta qualidade,

investimentos em pesquisa de novos produtos, novos materiais, novos processos, e esses gastos só se amortizam quando o volume de vendas é elevado, ou seja, quando a população tem poder de comprar para adquirir grandes volumes de produção.

**Competitividade, crescimento e equidade social.** A incompatibilidade entre esses três requisitos e o grau de pobreza da imensa maioria dos trabalhadores brasileiros são tão evidentes que dispensam maiores argumentações. Uma pessoa analfabeta ou semi-alfabetizada, que se alimen-

*Uma nação baseia-se em sentimentos de identidade, igualdade e solidariedade compartilhados pelos seus membros*



ta mal, mora em uma favela e não tem outro projeto de vida senão o de sobreviver até o dia seguinte, pode ser empregada de oito a dez horas por dia em uma linha de produção para acionar uma alavanca ou apertar um botão; mas não pode, em hipótese alguma, realizar as complexas operações requeridas pela produção moderna. Uma empresa que copia tecnologia pode organizar-se para produzir em quantidades relativamente pequenas. Não assim a que precisa inovar constantemente, a fim de competir no mercado. Como pode uma população de pobres e miseráveis fornecer a escala requerida para que as empresas possam pesquisar novos produtos, novos processos, novas formas de produzir?

Nem pensar, portanto, em competitividade, modernidade, retorno do crescimento econômico estável enquanto a pobreza não for eliminada.

Não é o caso de confundir competitividade, modernidade, necessidade de escala, inovação, com con-

A construção da nação brasileira depende da superação dessa dicotomia. Se esse objetivo não for atingido, viveremos em uma sociedade de *apartheid*, com todo o cortejo de ressentimentos e violências que a palavra significa. Jamais em uma nação, no sentido pleno do termo.

Se isso não bastar para demons-

trarem bem como de articular produtores com fornecedores e usuários, supõem trabalhadores motivados, com horizontes de vida e projetos de realização pessoal, aptos a captar a complexidade das novas formas de produção.

Finalmente a necessidade de inovar requer a realização de pesados

sumismo capitalista. Trata-se de exigências que estão colocadas hoje para qualquer sociedade que recuse o retrocesso econômico e cultural — adote ela um modelo capitalista, social de mercado, social-democrata ou socialista reformado, como se tenta implantar na China, atualmente.

A explicação mais aceita hoje sobre o êxito dos países que estão na dianteira da nova revolução industrial enfatiza o caráter sistêmico da competitividade e a articulação entre crescimento e equidade social.

*Não pode haver competitividade sem cidadania, e não pode haver cidadania sem redução do abismo entre ricos e pobres*

No mundo deste final de século, a competitividade não é mais da firma destacada, do "setor de ponta", da região mais desenvolvida, mas do país como um todo, abrangendo seu parque produtivo, suas instituições jurídicas, políticas e culturais. Evidencia-se desse modo que não pode haver competitividade sem cidadania, e não pode haver cidadania sem redução do abismo que existe atualmente entre ricos e pobres. O crescimento econômico exige maior dose de equidade.

"Pé na terra" e determinação. A gravidade da pobreza manifesta-se, finalmente, na dificuldade de encontrar-lhe um remédio eficaz, porque não há como solucioná-la sem recorrer inelutável e irrecusavelmente a uma forte redistribuição da riqueza e da renda. A pobreza, como ensinam os principais estudiosos do assunto, deriva substancialmente da falta de títulos para apropriação de parcelas

do produto gerado na economia, de modo que, para terminar com ela, é preciso redistribuí-los. Isto basta para demonstrar que toda distribuição de renda tem um caráter traumático. Acrescente-se que não é nada fácil articular esse processo de distribuição dos títulos que dão acesso à renda com a necessidade de acumulação de capital. Nas economias de mercado, se essas políticas inteferirem na lógica da acumulação capitalista, chegará o momento em que não haverá o que distribuir. Nas economias de planejamento centralizado, a inexistência de mecanismos de mercado gerou a estagnação tecnológica, como o demonstraram as recentes experiências do Leste europeu.

Colocações reducionistas, otimistas, ingênuas, objurgatórias, moralistas ajudam pouco na superação dessas dificuldades. O que se requer é conhecimento sólido das realidades sociais, "pé na terra", forte compromisso com as regras de funcionamento da economia. Isso, porém, não basta. A miséria não será eliminada sem que haja nos diversos segmentos sociais pessoas determinadas a fazê-lo; essa determinação só poderá decorrer de uma sólida convicção a respeito da necessidade da

## O BRASIL É UMA FAVELA

	Número de favelas	Número de domicílios nas favelas
Recife	223	131.325
São Paulo	594	134.448
Rio de Janeiro	394	203.226
Belo Horizonte	103	51.735
Porto Alegre	69	25.371
Laranjal do Jari (AP)	1	2.802

O país tem 3.221 favelas com 1.048.057 domicílios. A cidade de Laranjal do Jari, no Amapá, é praticamente uma favela só: tem apenas uma, mas com 2.802 barracos. É a cidade que, proporcionalmente, tem mais favelados. Segundo o IBGE, favela é uma área com pelo menos 51 domicílios que ocupam um terreno de propriedade alheia, de forma desordenada, e carentes dos serviços essenciais como água, luz e esgoto.

Fonte: Revista IstoÉ, nº.1226, 31/3/93.

medida para que o país possa progredir economicamente e converter-se em uma verdadeira nação.

**Plínio Arruda Sampaio** é ex-deputado federal constituinte.

## AMÉRICA LIBRE 1



Surge uma nova revista de análise das sociedades latino-americanas, dos próprios instrumentos dessas análises, das tendências que elas revelam e das possibilidades de ação política.

**América Libre** pretende ser parte e protagonista do debate político no Continente e um estímulo às lutas de resistência e de construção de uma nova sociedade nos países latino-americanos. O diretor da revista é Frei Betto, e o conselho de redação é composto de importantes analistas políticos.

Pedidos para:  
Ediciones Liberato  
Presidente Perón, 1980 2º Piso, Of.19 Fax (54-1) 953.2934  
Buenos Aires — Argentina

# A INTERNALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Ana Maria Quiroga F. Neto

*A violência urbana tem sido objeto de constantes evidências e denúncias que se tornam públicas pela mídia, pelas autoridades, por setores da sociedade civil, ou ainda em inúmeros relatos pessoais daqueles que, nas cidades brasileiras, são vítimas de algumas de suas manifestações*

**P**elo fato de assumir enorme poder mobilizador, a violência tem sido também objeto de diferentes construções diagnósticas, tanto por parte dos que reivindicam maior rigor e ampliação dos esquemas repressivos — até mesmo a implantação da pena de morte —, como dos que a interpretam como sintoma da miséria, das desigualdades e da ausência de direitos na sociedade brasileira.

**Pedagogia do terror.** A popularização do tema e sua presença nos meios de comunicação tem gerado, freqüentemente, mais espetacularização ou expansão de uma pedagogia do terror, que propriamente esclarecimento. Centrada nos sintomas e nas formas com que emergem os fenômenos considerados violentos, sua publicidade tem, na verdade, reforçado determinadas articulações de senso comum, algumas das quais com roupagem de análise teórica.

A primeira delas é a que relaciona violência e *criminalidade*. Essa articulação aparece de forma mais ou menos generalizada e inclui setores intelectualizados e a população em geral. Com caráter generalizante, essa vinculação tem operado uma redução pela qual a violência é vista pela ótica de segurança pública, transformando a criminalidade na única forma de comportamento anti-social que deve ser temida e reprimida. Além de operar um distanciamento entre a sociedade e os criminosos, isentando os mecanismos sociais geradores e operadores das formas de violência, ela realinha o imaginário social da desordem moral e social, reforçador, em última instância, de práticas repressivas e autoritárias.

Outra vinculação comumente presente no processo de tornar pública a violência é sua relação com a *pobreza*. Evidentemente trata-se aqui de uma relação parcialmente verdadeira, na medida em que o aumento dos níveis de pauperização e de miséria constitui, indiscutivelmente, fator de possíveis aumentos da violência em diferentes níveis.

Entretanto, o que a articulação violência-miséria tem gerado é muito mais uma *criminalização da pobreza*, em que se tem uma definição prévia de quem são os atores potenciais da violência. Nesse processo, segmentos sociais inteiros são colocados sob suspeita ou na mira de prejulgamentos permanentes. Assim, as classes populares em geral, particularizadas em desempregados, subempregados, moradores de rua,

jovens pobres ou favelados, são previamente eleitas e estereotipadas como responsáveis pela violência nos centros urbanos brasileiros.

É evidente que há também uma perspectiva reducionista enraizada na formação social brasileira, na qual a não-aceitação do modo de vida dos pobres percorre toda nossa história. De fato, essa colagem autoritária pela qual o pobre aparece como inculto, incivil e violento integra toda a trajetória de nossa formação como sociedade, manifestando-se de formas distintas em cada momento histórico, seja ao nível da configuração das relações sociais, seja da constituição de nosso imaginário coletivo.

Além disso, fundada nas manifestações mais evidentes e nas estatísticas de criminalidade *das cidades*, a violência assim concebida é vista como um fenômeno predominantemente urbano.

Se essa perspectiva denuncia os níveis de tensão e de conflito, os quais, nas áreas urbanas, ganham maior visibilidade, permanecem igualmente ocultos não só os mecanismos societários que lhes dão origem e extensão como sua ampla presença no campo, nas áreas indígenas, junto às diferentes etnias, etc.

**O estigma.** A internalização da violência remeteria a pelo menos duas perspectivas básicas de análise. A primeira, de caráter mais geral, se referiria à introdução, no seio da sociedade, da violência como uma questão básica — ou o verdadeiro objeto-problema — da realidade ur-



Vanda Freitas

bana contemporânea. Ainda que pessoalmente discordemos dessa posição, devemos reconhecer que tem sido uma perspectiva muito presente e abundantemente expressa pelo meios de comunicação.

Outra perspectiva refere-se aos mecanismos societários mais concretos e identificáveis, pelos quais a violência se socializa entre as clas-

*O que a articulação  
violência-miséria tem  
gerado é muito mais uma  
criminalização da pobreza*

ses populares, introjetando-as na condição de vítimas/atores da mesma. Inúmeros seriam os mecanismos por meio dos quais se dá esse processo de internalização.

Ao destacarmos o estigma, o fazemos, em primeiro lugar, pelo peso que, a nosso ver, esse elemento tem no contexto de vida de amplos segmentos dos trabalhadores pobres de nossos centros urbanos. Estes possuem uma experiência concreta de proletarização marcada pelo subemprego, pela informalidade ocupacional e por passagens transitórias por “empregos regulares”. Com essa experiência de proletarização “imperfeita”, os trabalhadores tem sua condição de reconhecimento social constantemente ameaçada. Sem ser residuais mas altamente significativas — hoje já se fala em quase 50% da força de trabalho que sobrevive de *bicos*, *biscates*, trabalhos “por conta própria”, etc —, essas formas de inserção no mercado de trabalho são as mais sujeitas a processos de discriminação e estigmatização.

Está claro que uma sociedade que faz do emprego fixo e da família organizada padrões de reconhecimento e legitimidade social, expulsa de seus códigos a experiência real de

enormes contingentes de trabalhadores e suas famílias. Tal expulsão não se dá isoladamente, mas vem acompanhada de processos de estigmatização e de discriminação que marcam profundamente a experiência de exclusão. Como se sabe, os estigmas operam mediante mecanismos que atingem coletividades de indivíduos que, desqualificados por critérios morais, têm a totalidade de seus comportamentos e suas características julgadas a partir de alguns aspectos, considerados negativos. O processo de estigmatização consiste exatamente na "pinçagem" desses aspectos, a partir dos quais a totalidade da vida é colocada sob suspeita e, sobre ela, desencadeada toda uma série de (pré-) julgamentos. Esse mecanismo está extremamente presente na experiência dos trabalhadores pobres em geral, dos meninos de rua, da população carcerária e dos moradores de favelas, para citar apenas alguns segmentos.

Ser pobre ou morador de uma favela acaba por constituir uma possibilidade constante de ser qualificado

como marginal. A rigor, as fronteiras entre o trabalho "decente" e a infração são, muitas vezes, extremamente frágeis. Além disso, grande parte das estratégias de suas ocupações implica práticas consideradas suspeitas (ocupação do espaço de rua, utilização de materiais usados, manipulações do preço de seus serviços, etc).

É lógico que esses indivíduos, conhecedores da lógica perversa do estigma a que estão submetidos, desenvolvem esforços no sentido de demarcar as fronteiras entre a condição de trabalhador e a de infrator. Nessa demarcação — na qual se incluem autodefinições de honestidade, responsabilidade familiar, cum-

*Hoje já se fala em quase 50% da força de trabalho que sobrevive de bicos, biscates e trabalhos por conta própria*

primento dos deveres — aflora frequentemente a reprodução da estigmatização entre seus iguais. Assim, na busca de reconhecimento e legitimidade tenta-se estabelecer contrastes e diferenciações, os quais terminam por constituir bases a acusações mútuas e a segmentações no interior da própria pobreza.

A indistinação, por parte da sociedade e dos aparelhos repressivos; o não-reconhecimento da diferença entre trabalhadores e marginais; ou o fato de serem considerados injustamente como infratores; são aspectos por eles considerados inaceitáveis.

Nesse sentido, a população se ressentida do fato de que sua presença nos espaços públicos por meio dos veículos de comunicação está quase sempre relacionada aos "aspectos negativos" das comunidades a que pertencem. "O jornal ou a TV não vêm aqui para registrar nenhuma coisa boa que nós fazemos. Pode-

mos fazer teatro, podemos fazer campanhas. Nada vale. Se houver uma morte ou um tiroteio, aí sim, eles estão aqui" (presidente da associação de moradores de uma favela do Rio de Janeiro). Na verdade, eles desconhecem que a construção da notícia jornalística não se relaciona com a relevância do fato em si. Modelados por determinações culturais, os fatos cotidianos só se tomam notícias ou adquirem legitimidade na mídia quando se relacionam com os ângulos, os clichês ou os pontos de vista que a sociedade e o aparato comunicativo elaboram.

Nessa (re)construção da realidade por eles feita reafirma-se a condição das classes populares como atores (ainda que também vítimas) prioritários da violência urbana. Raramente comparecem as cumplicidades ou o usufruto que dela retiram outras classes e setores da sociedade, vale dizer os consumidores de drogas, os amplos sistemas de segurança privada, os interesses das seguradoras, setores do Judiciário, para citar apenas alguns.

O que é importante destacar é exatamente esse papel contraditório da mídia. Por um lado, constitui veículo fundamental de coletivização de fatos e situações cuja permanência apenas nos espaços privados e localizados dos bolsões da pobreza impediria seu tratamento enquanto questão básica para a sociedade. Por outro lado, a forma estereotipada com que as experiências dos grupos subalternos estão presentes na "gramática" de elaboração das notícias, reafirma a subalternidade, a discriminação e a estigmatização. Ela constitui mais um importante veículo de socialização do medo e das fobias coletivas, complementos essenciais da internalização da violência nos centros urbanos brasileiros.

**Reversão da opinião pública.** A violência urbana, diferentemente de outros temas que mobilizam a opinião pública, enfrenta questões ex-

## CIDADANIA DILACERADA

Num seminário sobre violência, realizado em janeiro de 93, o professor José Vicente Tavares, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sugeriu a seguinte classificação para uma possível análise:

- Violência do Estado: O Estado mata, as prisões não regeneram os criminosos, pelo contrário, elas fabricam os criminosos. Este tipo de violência é exercido internamente no âmbito Estado-Nação (massacre no presídio de Carandiru, SP).
- Violência contra o Estado: saques, motins, depredação de trens, luta pela terra, etc.
- Violência difusa: é a violência que está em toda a sociedade, nas relações cotidianas de poder entre pessoas e grupos, na família, entre sexos, etc. É a sociedade contra si mesma (o cidadão comum mata mais que o crime organizado). Para a violência difusa foram classificadas cinco formas: a violência criminal, a política, a social, a ecológica e a simbólica. É a violência entendida como um ato de excesso de poder exercido nas relações sociais.

Fonte: Boletim da Comissão Pastoral da Terra, nº 108, fevereiro/93.

tremamente complexas em seu debate. Por um lado, ela — como as desigualdades sociais, a pobreza, os direitos sociais, a cidadania e tantos outros — remete às conseqüências de uma estruturação extremamente desigual da sociedade e aos efeitos de suas sucessivas crises sociais e econômicas. Por outro lado, ela remete também ao universo de práticas sociais enraizadas num imaginário sociocultural, de muito mais complexo acesso, tanto mais quanto reatualizado constantemente por eventos cotidianos que tocam diretamente a experiência de vida concreta de diferentes segmentos sociais.



Além disso, do ponto de vista dos sujeitos preferenciais da violência urbana, trata-se de grupos sociais não apenas desprovidos de poder mas, principalmente, de qualquer significação social. Suas questões poderiam, portanto, permanecer soterradas, suas experiências imersas em espaços privados ou tratadas apenas pelo aparato jurídico-repressivo da sociedade. Este, no entanto, há muito vem demonstrando seus limites não apenas no sentido de dar conta das questões relativas à mera repressão da violência quanto mais na perspectiva de sua prevenção ou

recuperação. Pelo contrário, o que a realidade urbana vem demonstrando é que as intervenções do aparato jurídico-repressivo, nas formas com que vem atuando, têm muito mais acirrado que minorado o problema.

De mais a mais, a violência tem comparecido de maneira crescente como um tipo de linguagem ou uma forma — cada vez mais coletivizada — que os segmentos despossuídos de significação social utilizam para marcar presença ou se fazer ouvir nos espaços públicos urbanos ou rurais. Carandiru e os internos da Febem, em São Paulo, os “arrastões” nas praias do Rio e as mobilizações dos sem-terra no sul do País, além de

*Ser pobre ou morador  
de uma favela acaba por  
constituir uma  
possibilidade constante  
de ser qualificado como  
marginal*

milhares de outros conflitos, estão sinalizando a utilização da violência como forma de demonstrar não só a insuportabilidade de determinadas condições de vida mas um recurso extremo de se fazer ouvir pela sociedade.

Reverter o discurso e as práticas sociais em relação à violência em geral, e a urbana especificamente, coloca-se, pois, como um dos maiores desafios da sociedade brasileira contemporânea. Essa reversão vai implicar, obviamente, melhoria das condições de vida de setores cada vez mais amplos da população urbana e rural brasileira, imersa em níveis abismais de miséria. Mas não é só isso: a reversão da violência vai implicar uma ampliação da compreensão social das diferenças, a descriminalização dos modos de vida e o respeito às regras culturais distintas dos padrões estabelecidos.

Compreender as “razões do outro” e reconhecer também como legítimos outros hábitos e formas de viver são aspectos fundamentais para a redução da estigmatização e discriminação, que realimentam constantemente os processos de violência.

Esses são elementos fundamentais na reversão da matriz autoritária que temos neste país, pela qual inexistente tradição de negociação. Esta pressupõe o reconhecimento do outro, das diferenças de interesses e opiniões, enfim, do conflito. Só se pode pensar em negociação — e conseqüentemente em democracia — com um mínimo de validação da existência e da legitimidade do outro.

Romper com um discurso carregado de julgamentos negativos, ou permitir que as razões dos vitimados e criminalizados possam também comparecer, não significa fazer o discurso do adversário nem o “jogo dos delituosos”. É trazer para o espaço público e coletivizar os espaços escondidos dos quais a sociedade pouco conhece e neles atua apenas por formas convencionais e repressivas.

A descriminalização do discurso e do debate sobre a violência e a formação de uma opinião pública crítica se colocam como fundamentais na mobilização da sociedade em relação a esse problema nos centros urbanos. Essa mobilização ensejaria a possibilidade de, ao se articular experiências e normas culturais diferentemente construídas, criar regras e práticas sociais que substituam as atuais fórmulas do aumento de repressão, da divulgação estereotipada de informações e da ampliação dos esquemas paralelos e privatizados de controle social.

---

Ana Maria Quiroga F. Neto é antropóloga e professora do mestrado de Serviço Social da UFRJ.

# O RITUAL DAS PEQUENAS JUSTIÇAS

Éle Semog

*Vivemos de forma aguda uma regressão social, dado o crescente número de indivíduos excluídos do processo social. O autor apresenta um novo perfil da violência, causador das mais variadas reações, definidas a partir dos níveis sociais existentes e de suas necessidades específicas*

O caráter filosófico da morte, em particular na cultura ocidental, está perdendo a dimensão sacro-lúdica e não deixa margem às reflexões existenciais que, ao longo dos séculos, têm possibilitado ao homem significativos acúmulos em diversos campos do conhecimento.

Não é necessário ir fundo no comportamento humano para absorver que a vida, expressa nas múltiplas especificidades culturais, é a válvula propulsora do seu próprio impedimento. Situações pontuais, caracterizadas pela lógica do bem-estar, da hegemonia, da justiça, da segurança e até mesmo da democracia, vêm implicando a morte — por assassinato — de milhões de pessoas, contabilizadas apenas durante o processo de degeneração civilizatório promovido pelas invasões européias nos últimos 500 anos.

Os conflitos e os enfrentamentos produzidos ao longo destes séculos, por mais que guardem certas características dialéticas, não trouxeram como resultado à condição humana uma estética existencial com predominância de uma consciência democrática e de um senso de justiça ex-

tenso. Isso distinguiria, em essência, o ser político de abrangência horizontal do ser político nuclear e, portanto, centralizador.

Desde a “fundação” do Brasil até os dias de hoje, o processo de interação de valores e de conhecimentos se desenvolve de forma excludente e obtusa. Neste sentido, a precariedade de princípios se expõe no fato de que uma elite de cartéis não está ética e moralmente habilitada para o exercício primário da fala democrática corrente, numa conjuntura em que a noção universal de direito e justiça se ampara na queda da burocracia do europeu, no fortalecimento das políticas de “cooperação” econômica do FMI e do Banco Mundial e na militarização da paz em detrimento da autogestão dos povos do Sul.

**Desmandos e impunidades.** Assim, sob essas variáveis, é nítido que, no Brasil, existe um povo à revelia do Estado, uma elite à revelia da Nação, e um Estado e uma elite incapazes de produzirem, para o País, soluções que restrinjam o impacto da passa-

gem do estado de pobreza para o estado de miséria, como vem ocorrendo em escala incomensurável. Entretanto, a idéia generalizada de que os pobres e os miseráveis oneram o País vai se materializar, de forma imediata, na marginalização destes ao direito à vida e à justiça, colocando-os como alvo principal das ações de morte patrocinadas pela inoperância do Estado.

Se, por um lado, as elites brasileiras produzem um escatológico discurso à guisa de representação popular e de expressão da democracia, por outro as instituições nacionais se fragilizam e se corrompem. Tal situação possibilita uma rede de desmandos, autoritarismos e impunidades, e cria uma expectativa de reação que já acumula as características de um estado de guerra civil, embora essas informações ainda estejam sob controle do aparelho de imprensa a serviço do Estado e dos grandes capitais.

À fome na Etiópia e na Somália temos a indústria da seca no Nordeste e os saques aos supermercados do

## MUDANÇA DE RUMO

No terceiro artigo da Constituição Brasileira temos: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais”. O Brasil precisa definir sua prioridade, afinal saber o que e a quem deve atender primeiro. Num mesmo país e governo não podem conviver duas prioridades. Prioridade só existe uma, se não trata-se de lista de questões, o que é diferente. A prioridade absoluta deveria ser a de erradicar a pobreza e a miséria do País, mudando o rumo do desenvolvimento, acabando com a recessão e, em consequência, com a própria inflação.

Ninguém conseguiu provar até hoje que desenvolvimento produz inflação. Os países que se desenvolvem hoje não têm inflação. O Brasil é um excelente exemplo de recessão e inflação, aqui sempre se conteve ou reduziu salário e a inflação ou se manteve ou cresceu. Salário não produz inflação mas sempre se insiste em conter salários para evitar a inflação.

Fonte: Jornal do Brasil, 28/3/93, Herbert de Souza.

Rio de Janeiro; aos massacres políticos da polícia sul-africana temos a ira assassina dos cães da polícia no presídio de Carandiru; às experiências genéticas dos nazistas sobre os judeus temos a esterilização em massa de mulheres pobres; à corrupção na Itália temos o delírio intoxicado do último ex-presidente e sua camarilha.

As reações da população em defesa da sobrevivência não têm produzido resultados eficazes de garantia de vida, ou que, pelo menos, amenizem tanto sofrimento. Pelo contrário, as elites despolitizaram o quadro de miséria do País e o alçaram à categoria de "fenômeno". O

populações periféricas submetidas à miséria e à marginalização produz um efeito avassalador na contabilidade social do País e reflete sobre os setores intermediários uma ameaça a um pseudopatrimônio que, em alguns (muitos) casos, foi constituído com sonegação de impostos, exploração, apropriação indevida, conluio com o Legislativo e com o Estado, e até mesmo com roubo.

**Cada um por si.** É exatamente nesse setor intermediário que o "sentimento" de justiça assume as características de um patrimônio individual ou de um grupo. A partir daí desenvolvem-se mecanismos diversos



Edméia da Silva Euzébio — mãe de Acari

terrorismo sobre os sem-terra e trabalhadores rurais, a inclemência contra as mulheres, a perversidade racial para com os negros e o assassinato em massa de crianças e adolescentes são tratados como fatos circunstanciais.

A violência adquiriu *status* de modo cultural, impregnando os princípios éticos e morais da Nação com tal pertinência, que um candidato à Presidência da República, depois de quase três décadas de ditadura, foi taxativo sobre a condição humana: "Estupra, mas não mata".

O incremento do contingente das

para o implemento do poder de polícia, em que o direito se traduz pelas expressões mais violentas, uma vez que a fragilidade e a precariedade das instituições e dos poderes, quando não interagem, facilitam o estabelecimento de uma burocracia com particularidades de um Estado arrecadador, em que existem preços para taxas de assassinatos, segurança individual e coletiva, segurança de prédios e maquinários, entre outros.

Neste contexto, a violência assume um novo perfil, e a banalização da vida (e da morte) perpassa todas as camadas sociais, desde as elites

## CRIME E POBREZA

A violência urbana esclarece muita coisa sobre o que é ser pobre na sociedade brasileira. A associação entre criminalidade e pobreza é cotidianamente construída não só pela forma como a criminalidade é tratada nos meios de comunicação de massa, mas também — e sobretudo — pela prática rotineira da prisão por vadiagem dos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, e pela suspeita que recai sobre o trabalhador no mercado informal, sempre sujeito a ser confundido com o marginal. O que espanta, sobretudo, é como o aumento visível da miséria não foi suficiente para a constituição de uma opinião pública crítica capaz de equacionar a questão da pobreza e da justiça social nos termos de cidadania, e não de tutela estatal.

Fonte: Artigo de Vera da Silva Telles, publicado na Revista São Paulo em Perspectiva, pp.37-45, abril-junho/90.

até as populações de rua, retrato mais óbvio da regressão social.

Considerando a violência como um ato de impedimento, cada nível social se arma com seus próprios recursos e procede na busca de padrões cada vez mais específicos às suas necessidades.

Eventualmente, sob esse caos, o Estado é chamado às rédeas, como ocorreu com o assassinato de Chico Mendes e, em seguida, com o caso das Mães de Acari, cujos filhos foram seqüestrados com nítidas características de um crime de extermínio. Em ambos os casos foi necessária a pressão internacional para que houvesse resposta. Triste a justiça de um país que funciona a safanões do sentimento democrático e solidário das nações unidas.

Os assassinos de Chico Mendes já estão soltos, os corpos dos 11 jovens de Acari estão desaparecidos, não há ninguém condenado pelo seqüestro, e uma das mães, Edméia da Silva Euzébio, foi assassinada justamente por buscar na justiça a punição contra os rituais das pequenas justiças.

Éle Semog, poeta, é presidente do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas (Ceap).

# CAPITALISMO, ESCRAVIDÃO E A ILUSÃO DO TRABALHO LIVRE

Neide Esterci

*As alarmantes denúncias sobre a permanência do trabalho escravo no Brasil têm levantado uma série de questionamentos. O próprio uso do conceito de trabalho escravo passa por mudanças. As organizações de trabalhadores estão sendo desafiadas a repensar sua atuação diante de tal problemática no sentido de resgatar esses atores sociais da condição de vítimas*

As páginas dos jornais estão repletas de notícias sobre escravidão de homens, mulheres e crianças no Brasil e no mundo. É difícil calcular o número de pessoas; a diversidade de cifras apresentadas é desconcertante, mas também reveladora. Em primeiro lugar, não é fácil computar práticas iminentemente clandestinas; além disso, não está estabelecido de forma inequívoca o que seja trabalho escravo, variando os critérios de acordo com o entendimento de quem registra os casos.

Certamente não se trata da falta de definições. Talvez esses critérios estejam mudando à medida que se reconhece que as noções de trabalho "livre", de mercado "livre" de compra e venda da força de trabalho produziram algum tipo de ilusão. No princípio, tratava-se de definir trabalhador "livre" por oposição à condição do trabalhador que, apesar de

controlar em alguma medida os meios de produção, não estava "livre" para o mercado de força de trabalho. Tratava-se também de marcar a tendência à substituição do trabalhador escravo, propriedade de outros, pelo trabalhador assalariado, vendedor de sua força de trabalho.

Agora, trata-se da constatação e da vivência dos próprios trabalhadores acerca da coerção e do constrangimento que pairam sobre eles, sejam quais forem as formas de exploração do trabalho. Desse modo, nem sempre as fronteiras entre "livre" e "não-livre" podem ser tão nitidamente demarcadas.

Definições não são questões apenas de ordem teórica, constituem também preocupações de ordem político-legal que afetam a defesa dos direitos civis e daqueles adquiridos pelos trabalhadores.

Lembraremos aqui algumas definições que vêm sendo formuladas por entidades nacionais e internacionais; em seguida indicaremos aspectos do debate sobre a noção de trabalho "não-livre"; finalmente, apontaremos a tendência que se percebe entre trabalhadores brasileiros, seus representantes e entidades de apoio com relação ao uso das noções de "trabalho escravo", e as perspectivas de desdobramento que se abrem a partir daí.

## ES CRAVIDÃO, PEONAGEM POR DÍVIDA E SERVIDÃO

Em 1926, a Liga das Nações organizou a Convenção Internacional sobre Escravidão, e, em 1956, as Nações Unidas promoveram uma convenção suplementar. Nessas con-

venções, distinguiram-se três formas de trabalho "não-livre":

- escravidão: condição de uma pessoa que fica sujeita a outra de modo que esta outra possa exercer sobre ela os mesmos direitos emanados do direito de propriedade;

- servidão: situação na qual, em troca do direito de acesso à terra, o trabalhador fica obrigado pela lei, pelo costume ou por acordo, a viver e a trabalhar na terra do proprietário, prestando-lhe serviços com ou sem direito à remuneração e sem possibilidades de mudar essa condição;

- peonagem por dívida: caracteriza-se quando uma pessoa empenha seus próprios serviços e até o de pessoas sob sua responsabilidade, como garantia de pagamento de uma dívida, sem que o valor dos serviços prestados seja aplicado na liquidação da dívida de forma razoável e sem que a duração e a natureza dos serviços estejam claramente definidas.

Grosso modo, poderíamos dizer que escravidão foi a relação formalmente abolida no final do século passado; servidão foi a fórmula que prevaleceu na relação entre "moradores" e "colonos", por um lado, e grandes proprietários e produtores de café, cana, algodão, por outro, até o final dos anos de 1950 e início dos de 1960; e que peonagem por dívida seria a definição mais adequada ao que se passava nos seringais até os anos de 1980, antes das transformações socioeconômicas ocorridas na região e antes da ação desencadeada pelo movimento dos seringueiros e seus sindicatos. Este mesmo conceito seria adequado para pensar as relações de subordinação do trabalho

que se disseminaram, primeiramente na Amazônia e depois por todo o País, com a implantação das novas formas de uso da terra, das políticas de incentivo e de integração de capitais à agricultura. Em vários momentos da história do Brasil e do mundo essas formas têm existido simultaneamente.

Gostaríamos de refletir como e por que a noção de “trabalho escravo” se ampliou e, de certa forma, se generalizou no Brasil nos anos recentes.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), sem dúvida a entidade nacional que mais se destacou na tarefa de registrar e de sistematizar, e a fonte mais proeminente de denúncias de prática de “trabalho escravo” no País, tem adotado os seguintes critérios de classificação: 1) sujeição caracterizada pela dívida; 2) presença de pistoleiros que impedem os trabalhadores de deixarem a área de serviço; 3) existência de cantinas no interior das propriedades nas quais os trabalhadores são obrigados a adquirir mercadorias a preços extorsivos; e 4) maus-tratos e condições de trabalho, alimentação e moradia não condizentes com a dignidade humana (Dra. Maria José Souza Moraes, CPT Nacional, 1993).

Os próprios termos utilizados nas transações efetuadas entre recrutadores de mão-de-obra, donos de pensão e empregadores sugerem que “direitos de propriedade” são exercidos sobre os trabalhadores recrutados para os serviços de desmatamento, reflorestamento, carvoarias, modernas usinas de cana, etc: fala-se em “compra” e “venda” de pessoas e estipulam-se “preços” por “lote” ou por “cabeça” (dependendo do tipo e das qualidades dos trabalhadores — homens, mulheres ou crianças, jovens ou velhos). O mesmo acontece com mulheres, menores ou não, também imobilizadas por dívida, as quais servem nas casas de prostituição próximas aos empreendimentos agropecuários e



Roberto Jayme / Folha Imagem

Escravas posando para foto em frente à boate da tribo Culu Culu, Pará

*Trabalhadores, entidades e profissionais que militam têm encontrado obstáculos insuperáveis para enquadrar legalmente os responsáveis pelos delitos praticados*

aos garimpos: seu “preço” varia conforme sejam “elegantes” ou não, e as virgens são leiloadas de modo que os exploradores obtenham o máximo de lucro nas transações (R. Rodrigues e M. Costa. *Mulheres de Ouro*. Belém, 1992, mimeo; G. Dimenstein. *Meninas da Noite*. São Paulo, Editora Ática, 1992).

#### NA CONTRAMÃO DA HISTÓRIA: O TRABALHADOR VIRA MERCADORIA

Existe um debate entre pesquisadores, o qual, grosso modo, resumiremos aqui. Por um lado, posicionam-se os marxistas, para os quais fica caracterizada a situação de trabalho “não-livre” sempre que o trabalhador tenha que pagar uma dívida sob a forma de prestação compulsória de serviços, sem que estejam rigorosa-

## ESCRavidÃO HOJE

A existência do trabalho escravo no Brasil é um fenômeno revelador da formidável concentração fundiária que existe no País, uma das maiores do mundo.

Segundo denúncias das organizações de lavradores ou daqueles que as apóiam, o número de trabalhadores submetidos ao trabalho forçado não parou de aumentar nesses últimos anos, e os casos denunciados envolvem, quase sempre, menores. E só pelos que conseguem fugir e têm coragem de denunciar essas estruturas que os casos de trabalho escravo vêm à público.

A OAB e outras entidades não-governamentais integram uma comissão que, junto ao CDDPH, órgão do Ministério da Justiça, vem trabalhando em questões de violência no campo e prioriza os casos de trabalho escravo. Porém, essa atuação tem sido válida unicamente para se levar a situação ao conhecimento das mais altas instâncias oficiais e constatar a morosidade e a ineficiência do Poder Público na apuração dos casos.

Fonte: Boletim da Comissão Pastoral da Terra-CPT, nº 108, fevereiro/93.

mente acordados os prazos, o montante e os tipos de serviços mediante os quais a dívida será cancelada (T. Brass. *The Latin American Enganche System: Some Revisionist Reinterpretations Revisited*. Slavery Abolition — A Journal of Comparative Studies. Vol. 11, nº 1, 1990).

## OS NÚMEROS DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA SOBRE O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL — 1992

Estados	Propriedades rurais	Número de escravos
Bahia	2	1.560
Maranhão	1	800
Minas Gerais	1	2.000
Mato Grosso do Sul	3	8.235
Mato Grosso	2	178
Pará	5	165
Paraná	1	50
Rio de Janeiro	1	4
Rio Grande do Sul	3	3.450
Total	—	16.442

Fonte: Publicado no Jornal de Opinião, nº 200 (27/3 a 2/4/93).

de não serem evidentes as formas de coerção e de não serem adotadas formas de repressão física ou violência em nada muda o caráter “não-livre” da relação.

### DE VÍTIMAS A ATORES NO CONFLITO DE CLASSES

Apesar de o Brasil ser signatário de convenções e acordos internacionais contra práticas de imobilização e sujeição; apesar de as próprias leis e a jurisprudência brasileiras condenarem como crimes as práticas de aliciamento e a redução de pessoas a condições análogas às de escravo; trabalhadores, entidades e profissionais que militam nessa área têm en-

tegoria de trabalhadores assalariados; outra, na direção de ampliar a noção de “escravidão” e pensar a extensão exagerada da jornada de trabalho, a remuneração extorsiva do trabalho, as condições degradantes e humilhantes a que são submetidos os trabalhadores rurais e suas famílias, como formas de escravidão.

No segundo congresso promovido pelo Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, da Central Única dos Trabalhadores — DNTR/CUT (25-28 de março, Goiânia/GO), ouvimos diversos argumentos de expressivas lideranças:

“No Norte, consideramos que é trabalho escravo porque tira toda a liberdade do trabalhador; ele não pode sair da fazenda, fica pagando conta eternamente”;

“Os trabalhadores rurais que, por obrigação, se submetem a esse tipo de emprego, o qual não tem carteira assinada, não tem horário e leva a um processo de humilhação, são escravos”;

“Eu já fui peão, trabalhei humilhado de 1972 a 1974. Entrei para o sindicato para defender os trabalhadores escravos. Hoje vejo que todos são escravos, porque trabalham 11 horas por dia, não têm descanso, nem dinheiro vêem”.

Tal compreensão tem o mérito de tirar da condição de vítimas os trabalhadores imobilizados à força ou pela dívida e incluí-los entre aqueles que lutam por seus direitos. Dessa forma, as fugas, as greves, o cerco e as ameaças a pistoleiros e gerentes podem ser resgatados como evidências de que esses trabalhadores nunca foram passivos diante dos dominantes. Mudando-se o seu envolvimento na organização e a linha de trabalho das entidades de representação, abre-se a possibilidade de transformarem politicamente o caráter e a repercussão de suas lutas.

Neide Esterci é professora de Antropologia do IFCS/UFRJ e colaboradora do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.

Escravidão com algema e chibata em fazenda a 100km do Rio

Família de seis pessoas escravizada em Minas

“Escravo” custa US\$ 300 no sul do Pará

QUARTO MUNDO

Trabalho escravo no país triplica em 3 anos

Estado do Rio tem 200 mil trabalhando como escravos

Do outro lado, estão os “revisio-nistas”, segundo os quais só se pode falar em trabalho “não-livre” quando há evidência de coerção física que impeça a mobilidade do trabalhador; caso contrário, configura-se a livre opção do trabalhador de engajar-se nessa ou naquela relação de emprego que mais lhe convém por razões materiais ou outras.

Para estes, a qualidade das condições de trabalho, a verificação ou não de maus-tratos seriam fatores fundamentais na caracterização do trabalho “não-livre”; já os marxistas usam como critério de definição de trabalho “não-livre” a perda, permanente ou temporária, por parte do trabalhador, da liberdade de colocar no mercado sua força de trabalho como mercadoria. Para eles, o fato

contrado obstáculos insuperáveis para enquadrar legalmente os responsáveis por tais delitos. Não há fiscalização por parte do governo, nem as autoridades locais estão aparelhadas ou dispostas a lavrar flagrantes incriminadores contra os reais responsáveis.

Tais circunstâncias explicam, em parte, porque, ao mesmo tempo que continuam denunciando a prática de escravização, eles têm, muito frequentemente, apelado para as leis trabalhistas e se conformado em solucionar, por essa via, os casos que podem.

Também, percebem-se duas tendências entre lideranças de trabalhadores: uma, no sentido de incluir os trabalhadores “escravos”, antes relegados a vítimas da violência, na ca-

# ÍNDICE TEMPO E PRESENÇA 1992

## AUTORES

AFONSO, Carlos A. *Democratização da informática*. 14(263):27-9, mai/jun.

ALVES, Rubem. *Aposentado*. 14(264):54-5, jul/ago.

\_\_\_\_\_. *As coisas essenciais*. 14(261):64-5, jan/fev.

\_\_\_\_\_. *As razões do amor*. 14(263):38-9, mai/jun.

\_\_\_\_\_. *Lições de bichos e coisas*. 14(265):42-3, set/out.

\_\_\_\_\_. *"Se é bom ou se é mau ..."*. 14(266):46-7, nov/dez.

\_\_\_\_\_. *Um barbanete pelo buraco da porta*.

14(262):46-7, mar/abr.

AMARAL, Weber A.N. do. *A questão florestal e suas interações*. 14(261):58-60, jan/fev.

ARAÚJO, Maria Eunice; LUCENA, Teresa & LIMA, Gildo. *Tensões e contradições da participação popular*. 14(264):44-5, jul/ago.

ARNT, Ricardo. *Um artifício orgânico*. 14(261):5-8, jan/fev.

BALCÃO, Nilda. *Corpo de mulher, corpo de delinquento?* 14(262):41, mar/abr.

BENTES, Ivana. *Perplexa, inquieta e sem utopias*. 14(262):7-10, mar/abr.

BERMANN, Célio. *Limites e perspectivas para um desenvolvimento sustentável*. 14(261):40-2, jan/fev.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *O exercício do discernimento: a dimensão ética da pastoral*. 14(263):16-7, mai/jun.

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: notas ecumênicas*. 14(264):49-51, jul/ago.

BOFF, Leonardo. *Como o Evangelho entra na cultura*. 14(264):46-8, jul/ago.

BORN, Tomiko. *A dignidade humana na terceira idade*. 14(264):5-7, jul/ago.

BOSI, Maria Lucia M. *O Estado brasileiro e a alienação*. 14(266):9-11, nov/dez.

BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *"Não confie em ninguém com mais de 30 anos"*. 14(262):11-3, mar/abr.

\_\_\_\_\_. *Não se aposente a capacidade de amar*. 14(266):51, nov/dez.

BRAZIL, Circe Navarro Vital. *Juventude e utopia*. 14(262):5-6, mar/abr.

CAPOBIANCO, João Paulo. *A questão das florestas: tendências pós-Rio-92*. 14(265):33-4, set/out.

CARVALHO, Isabel. *Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil*. 14(261):9-11, jan/fev.

CARVALHO, Luiz Eduardo. *Comida para os desnutridos: o fim da história?* 14(266):12-5, nov/dez.

\_\_\_\_\_. *Comida, modernidade & "Bokomokos": quando a saúde pública não frequenta o shopping*. 14(266):23-7, nov/dez.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *A legislação eleitoral brasileira e o debate sobre o voto distrital*. 14(264):41-3, jul/ago.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Sociedades indígenas e natureza na Amazônia*. 14(261):25-6, jan/fev.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A urbanização brasileira*. 14(261):52-4, jan/fev.

CNBB. *"A verdade vos libertará"*. 14(264):3, jul/ago, encarte.

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. *Carta às Igrejas*. 14(263):35-6, mai/jun.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. *Igrejas exigem justiça*. 14(264):2, jul/ago, encarte.

CORRAL, Thais. *Ecossistema do planeta fêmea*. 14(265):12, set/out.

CUNHA, Magali do Nascimento. *Entre a razão e o sonho: solidariedade, opção da juventude norueguesa*. 14(262):23-5, mar/abr.

D'ARAÚJO FILHO, Caio Fábio. *Acerca do impeachment do Presidente da República*. 14(264):4, jul/ago, encarte.

DEBERT, Guita Grin. *Desbravando fronteiras e redefinindo padrões*. 14(264):13-6, jul/ago.

DI PIERRO, Maria Clara. *A modernidade na contramão da história*. 14(263):21-3, mai/jun.

ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBS DO BRASIL (8º, 8-12/9/1992, Santa Maria-RS). *"O povo de Deus renascendo das culturas oprimidas"*. Carta oficial. 14(265):1-4, set/out, encarte.

FREITAS, Lídia Silva & LIANZA, Sidney. *Novas tecnologias: velhos poderes?* 14(263):30-2, mai/jun.

GALEANO, Eduardo. *"Mea culpa"*. 14(265):40-1, set/out.

GALLAZZI, Ana Maria. *Entre desertos e jardins*. 14(263):40-2, mai/jun.

GEBARA, Ivone. *"Isto não é teologia"*. 14(266):48, nov/dez.

GHANEM, Elie. *CIACs: aos trancos e barrancos*. 14(263):24-6, mai/jun.

GLITZ, Arno. *Cinco grupos controlam os cereais do mundo: depoimento de um produtor de grãos*. 14(266):28-9, nov/dez.

GONÇALVES, José Reginaldo. *Nacionalismo como artefato cultural*. 14(262):29-31, mar/abr.

GONÇALVES, Reinaldo. *O neoliberalismo na América Latina*. 14(262):42-4, mar/abr.

GROSS, Tony. *Entre o otimismo e o caos*. 14(261):35-8, jan/fev.

GROSS, Tony; LEROY, Jean Pierre & VIEIRA, Liszi. *Nada será como antes: depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Ordem econômico-financeira e desordem socioambiental*. 14(265):35-6, set/out.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *Rompimento do cerco*. 14(264):22-4, jul/ago.

HATHAWAY, David. *ONGs e a biodiversidade na Rio-92*. 14(265):29-32, set/out.

\_\_\_\_\_. *Patentes, alimentos, nós mesmos*. 14(266):16-7, nov/dez.

HERCULANO, Selene Carvalho. *Como passar do insuportável ao sofrível*. 14(261):12-5, jan/fev.

HINKELAMMERT, Franz J. *Relações do Estado e mercado na América Latina*. 14(262):45, mar/abr.

IÓRIO, Maria Cecília; MENEZES, Laís & RIBEIRO, Vera Masagão. *Educação ambiental: escola e movimento*. 14(265):18-20, set/out.

LACERDA, Hamilton. *Recuperar a representatividade dos movimentos estudantis*: Entrevista. 14(262):20-2, mar/abr.

LEÃO, Reynaldo. *O encanto está ausente*. 14(262):18-9, mar/abr.

LEIVA, Fernando Ignacio. *A outra face do modelo chileno*. 14(266):42-5, nov/dez.

LEROY, Jean Pierre; GROSS, Tony & VIEIRA, Liszi. *Nada será como antes: depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.

LIANZA, Sidney & FREITAS, Lídia Silva. *Novas tecnologias: velhos poderes?* 14(263):30-2, mai/jun.

LIBANIO, J.B. *Entre a sabedoria e o futuro*. 14(264):33-4, jul/ago.

LIMA, Gildo; LUCENA, Teresa & ARAÚJO, Maria Eunice. *Tensões e contradições da participação popular*. 14(264):44-5, jul/ago.

LOMBARDO, Magda Adelaide. *Mudanças climáticas e negociações intergovernamentais*. 14(261):55-7, jan/fev.

LUCENA, Teresa; LIMA, Gildo & ARAÚJO, Maria Eunice. *Tensões e contradições da participação popular*. 14(264):44-5, jul/ago.

MAGALHÃES, Rosana. *Fome e desnutrição: Reflexões sobre a abordagem do problema alimentar*. 14(266):7-8, nov/dez.

MAGGIE, Yvonne. *Discurso mimético, etnografia e observação participante*. 14(263):43, mai/jun.

\_\_\_\_\_. *Preto velho: símbolo de bondade e esperança*. 14(264):28-9, jul/ago.

MAIMON, Dalia. *Empresa e meio ambiente*. 14(261):49-51, jan/fev.

MARASCHIN, Jaci. *Igreja e ética*. 14(263):14-5, mai/jun.

MARTINS, Joel. *Não somos Cronos, somos Kairos*. 14(264):10-2, jul/ago.

MENEZES, Laís. *Rio-92: à espera de resultados*. 14(263):33-4, mai/jun.

MENEZES, Laís; IÓRIO, Maria Cecília & RIBEIRO, Vera Masagão. *Educação ambiental: escola e movimento*. 14(265):18-20, set/out.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *A queda de Colômbia e os desafios da transição*. 14(266):32-6, nov/dez.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Fome: o desafio radical*. 14(266):5-6, nov/dez.

MORAIS, Regis de. *Ética e vida social contemporânea*. 14(263):5-7, mai/jun.

MOSCONI, Luis. *"E todas as árvores baterão palmas": Meditação sobre Isaías 55.12*. 14(264):56-8, jul/ago.

NERI, Anita Liberalesso. *Chinelo velho para pé cansado*. 14(264):8-9, jul/ago.

NEVES, Magda de Almeida. *Reflexão de uma lutadora pela liberdade*. 14(262):51, mar/abr.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. *Educação ambiental para a cidadania*. 14(265):47, set/out.

OLIVEIRA, Eduardo Mazzolenis de. *Sinal de alerta*. 14(261):61-3, jan/fev.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Ética e desenvolvimento sustentável: um ensaio ecumênico*. 14(261):16-8, jan/fev.

PALMEIRA, Moacir. *Política local e voto*. 14(264):37-40, jul/ago.

PEREIRA, Maurício Broinzi. *A possibilidade de uma nova utopia*. 14(261):33-4, jan/fev.

PINTO, Lúcio Flávio. *Depois que a Rio-92 passou*. 14(265):15-7, set/out.

PIRES, Roberto. *Cidadania não tem idade*. 14(264):25-7, jul/ago.

RAMALHO, José Ricardo. *Apolônio de Carvalho: uma vida ineira de militância*. 14(264):30-2, jul/ago.

RAMIREZ, Dagoberto. *A ética cristã no Novo Testamento: Bíblia e realidade*. 14(263):18-20, mai/jun.

RIBEIRO, Cláudio. *Pluralidade e gratuidade: caminho para o debate entre evangelização e cultura*. 14(262):35-7, mar/abr.

RIBEIRO, Vera Masagão; MENEZES, Lais & IÓRIO, Maria Cecília. *Educação ambiental: escola e movimento*. 14(265):18-20, set/out.

RIBEIRO, Wagner da Costa. *Os trabalhadores e a reprodução da vida*. 14(261):43-5, jan/fev.

ROSA, Maria Inês. "Velhice" do trabalhador e relações de trabalho. 14(264):18-21, jul/ago.

ROSA, Patrícia Silveira da. *O direito ambiental: ações judiciais*. 14(261):27-8, jan/fev.

SADER, Emir. *Liberalismo: a ideologia do atraso*. 14(262):32-4, mar/abr.

\_\_\_\_\_. *Os anos de 1990 vistos do Sul: desafios e tendências*. 14(262):26-8, mar/abr.

SANTA ANA, Julio de. *Desafios éticos no campo das relações internacionais*. 14(263):10-3, mai/jun.

\_\_\_\_\_. *Igrejas e meio ambiente*. 14(261):19-21, jan/fev.

SANTILLI, Márcio. *O aviso do retrocesso*. 14(265):13-4, set/out.

\_\_\_\_\_. *Ovos de serpente*. 14(261):22-4, jan/fev.

SCHISLER FILHO, William. *A ilha dos idosos felizes*. 14(264):35-6, jul/ago.

SCHWANTES, Milton. *Pão-solução*. 14(266):49-50, nov/dez.

SOARES, Eduardo Safons. *Produção alternativa: diferenças, impasses e contradições*. 14(266):18-20, nov/dez.

SOUZA, Herbert de. *Ética e política*. 14(263):8-9, mai/jun.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As pastorais da juventude no contexto pós-industrial*. 14(262):15-7, mar/abr.

\_\_\_\_\_. *O trem das CEBs com bitola larga*. 14(265):37-8, set/out.

SOUZA, Marcelo de Barros. *Dois mundos e muitas Igrejas: a questão do ecumenismo na Conferência Episcopal de Santo Domingo*. 14(266):37-40, nov/dez.

SPITZACK, Hans. *Reforma agrária, democracia e cooperação internacional*. 14(266):30-1, nov/dez.

STORNILO, Ivo. *Não cortem as árvores nem matem os pássaros: Reflexões sobre o livro de Deuterônimo*. 14(265):44-6, set/out.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *A periferia de São Paulo descobre os índios Tupi do Cuminapanema*. 14(262):38-41, mar/abr.

VIANNA, Aurélio. *ONG: um nome depois da Rio-92*. 14(265):5-6, set/out.

VIEIRA, Liszt; LEROY, Jean Pierre & GROSS, Tony. *Nada será como antes: Depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.

WALDMAN, Maurício. *Divisão internacional dos riscos técnicos ambientais*. 14(261):29-32, jan/fev.

WILKINSON, John. *Alimentos: entre o funcional, o simbólico e as necessidades básicas*. 14(266):21-2, nov/dez.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. *E Deus descansou! Reflexões sobre Gênesis 2.1-3*. 14(262):48-50, mar/abr.

ZARZA, Marcelino. *As ambigüidades da democratização paraguaia*. 14(264):52-3, jul/ago.

ZIMMERMANN, Jorg. *Desenvolvimento sustentável e agricultura*. 14(261):46-8, jan/fev.

## ASSUNTOS

### AGRICULTURA

GLITZ, Arno. *Cinco grupos controlam os cereais do mundo: Depoimento de um produtor de grãos*. 14(266):28-9, nov/dez.

HATHAWAY, David. *Patentes, alimentos, nós mesmos*. 14(266):16-7, nov/dez.

SOARES, Eduardo Safons. *Produção alternativa: diferenças, impasses e contradições*. 14(266):18-20, nov/dez.

ZIMMERMANN, Jorg. *Desenvolvimento sustentável e agricultura*. 14(261):46-8, jan/fev.

### ALIMENTAÇÃO/NUTRIÇÃO

BOSI, Maria Lucia M. *O Estado brasileiro e a alimentação*. 14(266):9-11, nov/dez.

CARVALHO, Luiz Eduardo. *Comida para os desnutridos: o fim da história?* 14(266):12-5, nov/dez.

\_\_\_\_\_. *Comida, modernidade & "Bokomokos": quando a saúde pública não frequenta o shopping*. 14(266):23-7, nov/dez.

GLITZ, Arno. *Cinco grupos controlam os cereais do mundo: Depoimento de um produtor de grãos*. 14(266):28-9, nov/dez.

HATHAWAY, David. *Patentes, alimentos, nós mesmos*. 14(266):16-7, nov/dez.

MAGALHÃES, Rosana. *Fome e desnutrição: Reflexões sobre a abordagem do problema alimentar*. 14(266):7-8, nov/dez.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Fome: o desafio radical*. 14(266):5-6, nov/dez.

SOARES, Eduardo Safons. *Produção alternativa: diferenças, impasses e contradições*. 14(266):18-20, nov/dez.

WILKINSON, John. *Alimentos: entre o funcional, o simbólico e as necessidades básicas*. 14(266):21-2, nov/dez.

### AMAZÔNIA

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Sociedades indígenas e natureza na Amazônia*. 14(261):25-6, jan/fev.

PINTO, Lúcio Flávio. *Depois que a Rio-92 passou*. 14(265):15-7, set/out.

SANTILLI, Márcio. *Ovos de serpente*. 14(261):22-4, jan/fev.

### AMÉRICA LATINA

CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. *Carta às Igrejas*. 14(263):35-6, mai/jun.

GALEANO, Eduardo. *"Mea culpa"*. 14(265):40-1, set/out.

GONÇALVES, Reinaldo. *O neoliberalismo na América Latina*. 14(262):42-4, mar/abr.

HINKELAMMERT, Franz J. *Relações do Estado e mercado na América Latina*. 14(262):45, mar/abr.

LEIVA, Fernando Ignacio. *A outra face do modelo chileno*. 14(266):42-5, nov/dez.

ZARZA, Marcelino. *As ambigüidades da democratização paraguaia*. 14(264):52-3, jul/ago.

### BÍBLIA

GALLAZZI, Ana Maria. *Entre desertos e jardins*. 14(263):40-2, mai/jun.

MOSCONI, Luis. *"E todas as árvores baterão palmas": Meditação sobre Isaías 55.12*. 14(264):56-8, jul/ago.

RAMIREZ, Dagoberto. *A ética cristã no Novo Testamento: Bíblia e realidade*. 14(263):18-20, mai/jun.

SCHWANTES, Milton. *Pão-solução*. 14(266):49-50, nov/dez.

STORNILO, Ivo. *Não cortem as árvores nem matem os pássaros: Reflexões sobre o livro de Deuterônimo*. 14(265):44-6, set/out.

ZABATIERO, Julio Paulo Tavares. *E Deus descansou! Reflexões sobre Gênesis 2.1-3*. 14(262):48-50, mar/abr.

### CEBS

ENCONTRO INTERECLESIAL DAS CEBS DO BRASIL (8º, 8-12/9/1992, Santa Maria-RS). *"O povo de Deus renascendo das culturas oprimidas"*: Carta oficial. 14(265):1-4, set/out, encarte.

RIBEIRO, Cláudio. *Pluralidade e gratuidade: caminho para o debate entre evangelização e cultura*. 14(262):35-7, mar/abr.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *O trem das CEBs com bitola larga*. 14(265):37-8, set/out.

### CEDI

BRASILEIRO ganha prêmio internacional pelo apoio aos povos indígenas. 14(263):37, mai/jun.

### COMUNICAÇÃO

AFONSO, Carlos A. *Democratização da informática*. 14(263):27-9, mai/jun.

FREITAS, Lídia Silva & LIANZA, Sidney. *Novas tecnologias: velhos poderes?* 14(263):30-2, mai/jun.

### CONJUNTURA

GONÇALVES, José Reginaldo. *Nacionalismo como artefato cultural*. 14(262):29-31, mar/abr.

GONÇALVES, Reinaldo. *O neoliberalismo na América Latina*. 14(262):42-4, mar/abr.

MERCADANTE OLIVA, Aloízio. *A queda de Colômbia e os desafios da transição*. 14(266):32-6, nov/dez.

SADER, Emir. *Liberalismo: a ideologia do atraso*. 14(262):32-4, mar/abr.

\_\_\_\_\_. *Os anos de 1990 vistos do Sul: desafios e tendências*. 14(262):26-8, mar/abr.

SANTA ANA, Julio de. *Desafios éticos no campo das relações internacionais*. 14(263):10-3, mai/jun.

## CULTURA

- BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: Notas ecumênicas*. 14(264):49-51, jul/ago.
- BOFF, Leonardo. *Como o Evangelho entra na cultura*. 14(264):46-8, jul/ago.
- RIBEIRO, Cláudio. *Pluralidade e gratuidade: caminho para o debate entre evangelização e cultura*. 14(262):35-7, mar/abr.

## DEMOCRACIA

- CARVALHO, Isabel. *Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil*. 14(261):9-11, jan/fev.

## DESENVOLVIMENTO

- BERMANN, Célio. *Limites e perspectivas para um desenvolvimento sustentável*. 14(261):40-2, jan/fev.
- HERCULANO, Selene Carvalho. *Como passar do insuportável ao sofrível*. 14(261):12-5, jan/fev.
- OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Ética e desenvolvimento sustentável: um ensaio ecumênico*. 14(261):16-8, jan/fev.
- RIBEIRO, Wagner da Costa. *Os trabalhadores e a reprodução da vida*. 14(261):43-5, jan/fev.
- ZIMMERMANN, Jorg. *Desenvolvimento sustentável e agricultura*. 14(261):46-8, jan/fev.

## DIREITOS HUMANOS

- JUSTIÇA a todo um continente: Rigoberta Menchú — Prêmio Nobel da Paz 1992. 14(266):41, nov/dez.

## ECUMENISMO

- CMI elege novo secretário-geral. 14(265):39, set/out.
- LEÃO, Reynaldo. *O encanto está ausente*. 14(262):18-9, mar/abr.
- OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Ética e desenvolvimento sustentável: um ensaio ecumênico*. 14(261):16-8, jan/fev.
- SANTA ANA, Julio de. *Igrejas e meio ambiente*. 14(261):19-21, jan/fev.
- SOUZA, Marcelo de Barros. *Dois mundos e muitas Igrejas: a questão do ecumenismo na Conferência Episcopal de Santo Domingo*. 14(266):37-40, nov/dez.

## EDUCAÇÃO

- DI PIERRO, Maria Clara. *A modernidade na contramão da história*. 14(263):21-3, mai/jun.
- GHANEM, Elie. *CIACs: aos trancos e barrancos*. 14(263):24-6, mai/jun.
- IÓRIO, Maria Cecília; MENEZES, Lais & RIBEIRO, Vera Masagão. *Educação ambiental: escola e movimento*. 14(265):18-20, set/out.

## ESTADO

- BOSI, Maria Lucia M. *O Estado brasileiro e a alimentação*. 14(266):9-11, nov/dez.
- CARVALHO, Luiz Eduardo. *Comida para os desnutridos: o fim da história?* 14(266):12-5, nov/dez.
- HINKELAMMERT, Franz J. *Relações do Estado e mercado na América Latina*. 14(262):45, mar/abr.

- SANTILLI, Márcio. *Ovos de serpente*. 14(261):22-4, jan/fev.

## ÉTICA

- BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *O exercício do discernimento: a dimensão ética da pastoral*. 14(263):16-7, mai/jun.
- MARASCHIN, Jaci. *Igreja e ética*. 14(263):14-5, mai/jun.
- MORAIS, Regis de. *Ética e vida social contemporânea*. 14(263):5-7, mai/jun.
- OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Ética e desenvolvimento sustentável: um ensaio ecumênico*. 14(261):16-8, jan/fev.
- RAMIREZ, Dagoberto. *A ética cristã no Novo Testamento: Bíblia e realidade*. 14(263):18-20, mai/jun.
- SANTA ANA, Julio de. *Desafios éticos no campo das relações internacionais*. 14(263):10-3, mai/jun.
- SOUZA, Herbert de. *Ética e política*. 14(263):8-9, mai/jun.

## EVANGELIZAÇÃO

- BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: Notas ecumênicas*. 14(264):49-51, jul/ago.
- BOFF, Leonardo. *Como o Evangelho entra na cultura*. 14(264):46-8, jul/ago.
- RIBEIRO, Cláudio. *Pluralidade e gratuidade: caminho para o debate entre evangelização e cultura*. 14(262):35-7, mar/abr.

## HISTÓRIA

- RAMALHO, José Ricardo. *Apolônio de Carvalho: uma vida inteira de militância*. 14(264):30-2, jul/ago.

## IDOSO

- ALVES, Rubem. *Aposentado*. 14(264):54-5, jul/ago.
- BORN, Tomiko. *A dignidade humana na terceira idade*. 14(264):5-7, jul/ago.
- DEBERT, Guita Grin. *Desbravando fronteiras e redefinindo padrões*. 14(264):13-6, jul/ago.
- O ENVELHECIMENTO da população brasileira. 14(264):17, jul/ago.
- HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *Rompendo o cerco*. 14(264):22-4, jul/ago.
- LIBANIO, J.B. *Entre a sabedoria e o futuro*. 14(264):33-4, jul/ago.
- MAGGIE, Yvonne. *Preto velho: símbolo de bondade e esperança*. 14(264):28-9, jul/ago.
- MARTINS, Joel. *Não somos Cronos, somos Kairos*. 14(264):10-2, jul/ago.
- NERI, Anita Liberalesso. *Chinelo velho para pé cansado*. 14(264):8-9, jul/ago.
- PIRES, Roberto. *Cidadania não tem idade*. 14(264):25-7, jul/ago.
- ROSA, Maria Inês. *"Velhice" do trabalhador e relações de trabalho*. 14(264):18-21, jul/ago.
- SCHISLER FILHO, William. *A ilha dos idosos felizes*. 14(264):35-6, jul/ago.

## IGREJA CATÓLICA

- LIBANIO, J.B. *Entre a sabedoria e o futuro*. 14(264):33-4, jul/ago.

## IGREJAS

- CNBB. *"A verdade vos libertará"*. 14(264):3, jul/ago, encarte.
- CONSELHO MUNDIAL DE IGREJAS. *Carta às Igrejas*. 14(263):35-6, mai/jun.
- COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. *Igrejas exigem justiça*. 14(264):2, jul/ago, encarte.
- D'ARAÚJO FILHO, Caio Fábio. *Acerca do impeachment do Presidente da República*. 14(264):4, jul/ago, encarte.
- MARASCHIN, Jaci. *Igreja e ética*. 14(263):14-5, mai/jun.
- SANTA ANA, Julio de. *Igrejas e meio ambiente*. 14(261):19-21, jan/fev.

## JUVENTUDE

- BENTES, Ivana. *Perplexa, inquieta e sem utopias*. 14(262):7-10, mar/abr.
- BOTAS, Paulo Cezar Loureiro. *"Não confie em ninguém com mais de 30 anos"*. 14(262):11-3, mar/abr.
- BRAZIL, Circe Navarro Vital. *Juventude e utopia*. 14(262):5-6, mar/abr.
- CUNHA, Magali do Nascimento. *Entre a razão e o sonho: solidariedade, opção da juventude norueguesa*. 14(262):23-5, mar/abr.
- LACERDA, Hamilton. *Recuperar a representatividade dos movimentos estudantis*: Entrevista. 14(262):20-2, mar/abr.
- LEÃO, Reynaldo. *O encanto está ausente*. 14(262):18-9, mar/abr.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As pastorais da juventude no contexto pós-industrial*. 14(262):15-7, mar/abr.

## MEIO AMBIENTE

- ALVES, Rubem. *As coisas essenciais*. 14(261):64-5, jan/fev.
- AMARAL, Weber A.N. do. *A questão florestal e suas interações*. 14(261):58-60, jan/fev.
- ARNT, Ricardo. *Um artifício orgânico*. 14(261):5-8, jan/fev.
- BERMANN, Célio. *Limites e perspectivas para um desenvolvimento sustentável*. 14(261):40-2, jan/fev.
- CAPOBIANCO, João Paulo. *A questão das florestas: Tendências pós-Rio-92*. 14(265):33-4, set/out.
- CARVALHO, Isabel. *Ecologia, desenvolvimento e sociedade civil*. 14(261):9-11, jan/fev.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Sociedades indígenas e natureza na Amazônia*. 14(261):25-6, jan/fev.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A urbanização brasileira*. 14(261):52-4, jan/fev.
- OS COMPROMISSOS do Encontro da Terra: o que aconteceu e o que foi decidido (Rio-92 e Fórum Global). 14(265):21-8, set/out.
- GROSS, Tony. *Entre o otimismo e o caos*. 14(261):35-8, jan/fev.
- GROSS, Tony; LEROY, Jean Pierre & VIEIRA, Liszt. *Nada será como antes: Depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Ordem econômico-financeira e desordem socioambiental*. 14(265):35-6, set/out.

HERCULANO, Selene Carvalho. *Como passar do insuportável ao sofrível*. 14(261):12-5, jan/fev.

IÓRIO, Maria Cecília; MENEZES, Laís & RIBEIRO, Vera Masagão. *Educação ambiental: escola e movimento*. 14(265):18-20, set/out.

LOMBARDO, Magda Adelaide. *Mudanças climáticas e negociações intergovernamentais*. 14(261):55-7, jan/fev.

MAIMON, Dalia. *Empresa e meio ambiente*. 14(261):49-51, jan/fev.

OLIVEIRA, Eduardo Mazzolenis de. *Sinal de alerta*. 14(261):61-3, jan/fev.

OLIVEIRA, Rafael Soares de. *Ética e desenvolvimento sustentável: um ensaio ecumênico*. 14(261):16-8, jan/fev.

PIREIRA, Maurício Broinizi. *A possibilidade de uma nova utopia*. 14(261):33-4, jan/fev.

RIBEIRO, Wagner da Costa. *Os trabalhadores e a reprodução da vida*. 14(261):43-5, jan/fev.

ROSA, Patrícia Silveira da. *O direito ambiental: ações judiciais*. 14(261):27-8, jan/fev.

SANTA ANA, Julio de. *Igrejas e meio ambiente*. 14(261):19-21, jan/fev.

SANTILLI, Márcio. *O aviso do retrocesso*. 14(265):13-4, set/out.

WALDMAN, Maurício. *Divisão internacional dos riscos técnicos ambientais*. 14(261):29-32, jan/fev.

ZIMMERMANN, Jorg. *Desenvolvimento sustentável e agricultura*. 14(261):46-8, jan/fev.

#### MOVIMENTO ESTUDANTIL

LACERDA, Hamilton. *Recuperar a representatividade dos movimentos estudantis*: Entrevista. 14(262):20-2, mar/abr.

#### MOVIMENTOS SOCIAIS

PEREIRA, Maurício Broinizi. *A possibilidade de uma nova utopia*. 14(261):33-4, jan/fev.

#### MULHER

BALCÃO, Nilde. *Corpo de mulher, corpo de delito?* 14(262):41, mar/abr.

CORRAL, Thais. *Ecos do planeta fêmea*. 14(265):12, set/out.

#### ONGs

AFONSO, Carlos A. *Democratização da informática*. 14(263):27-9, mai/jun.

OS COMPROMISSOS do Encontro da Terra: o que aconteceu e o que foi decidido (Rio-92 e Fórum Global). 14(265):21-8, set/out.

GROSS, Tony; LEROY, Jean Pierre & VIEIRA, Liszt. *Nada será como antes: Depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.

HATHAWAY, David. *ONGs e a biodiversidade na Rio-92*. 14(265):29-32, set/out.

SPITZHECK, Hans. *Reforma agrária, democracia e cooperação internacional*. 14(266):30-1, nov/dez.

VIANNA, Aurélio. *ONG: um nome depois da Rio-92*. 14(265):5-6, set/out.

#### PASTORAL

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *O exercício do discernimento: a dimensão ética da pastoral*. 14(263):16-7, mai/jun.

RIBEIRO, Cláudio. *Pluralidade e gratuidade: caminho para o debate entre evangelização e cultura*. 14(262):35-7, mar/abr.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As pastorais da juventude no contexto pós-industrial*. 14(262):15-7, mar/abr.

#### POLÍTICA

CARVALHO, Nelson Rojas de. *A legislação eleitoral brasileira e o debate sobre o voto distrital*. 14(264):41-3, jul/ago.

CNBB. "A verdade vos libertará". 14(264):3, jul/ago, encarte.

COORDENADORIA ECUMÊNICA DE SERVIÇO. *Igrejas exigem justiça*. 14(264):2, jul/ago, encarte.

D'ARAÚJO FILHO, Caio Fábio. *Acerca do impeachment do Presidente da República*. 14(264):4, jul/ago, encarte.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *Rompendo o cerco*. 14(264):22-4, jul/ago.

LIMA, Gildo; LUCENA, Teresa & ARAÚJO, Maria Eunice. *Tensões e contradições da participação popular*. 14(264):44-5, jul/ago.

PALMEIRA, Moacir. *Política local e voto*. 14(264):37-40, jul/ago.

PIRES, Roberto. *Cidadania não tem idade*. 14(264):25-7, jul/ago.

SANTILLI, Márcio. *O aviso do retrocesso*. 14(265):13-4, set/out.

SOUZA, Herbert de. *Ética e política*. 14(263):8-9, mai/jun.

ZARZA, Marcelino. *As ambigüidades da democratização paraguaia*. 14(264):52-3, jul/ago.

#### POVOS INDÍGENAS

BRASILEIRO ganha prêmio internacional pelo apoio aos povos indígenas. 14(263):37, mai/jun.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *Sociedades indígenas e natureza na Amazônia*. 14(261):25-6, jan/fev.

SANTILLI, Márcio. *Ovos de serpente*. 14(261):22-4, jan/fev.

THOMAZ, Omar Ribeiro. *A periferia de São Paulo descobre os índios Tupi do Cuminapanema*. 14(262):38-41, mar/abr.

#### REFORMA AGRÁRIA

SPITZHECK, Hans. *Reforma agrária, democracia e cooperação internacional*. 14(266):30-1, nov/dez.

#### RELIGIÃO

BITTENCOURT FILHO, José. *Matriz religiosa brasileira: Notas ecumênicas*. 14(264):49-51, jul/ago.

MAGGIE, Yvonne. *Preto velho: símbolo de bondade e esperança*. 14(264):28-9, jul/ago.

#### RIO-92

CAPOBIANCO, João Paulo. *A questão das florestas: tendências pós-Rio-92*. 14(265):33-4, set/out.

OS COMPROMISSOS do Encontro da Terra: o que aconteceu e o que foi decidido (Rio-92 e Fórum Global). 14(265):21-8, set/out.

CORRAL, Thais. *Ecos do planeta fêmea*. 14(265):12, set/out.

GROSS, Tony. *Entre o otimismo e o caos*. 14(261):35-8, jan/fev.

GROSS, Tony; LEROY, Jean Pierre & VIEIRA, Liszt. *Nada será como antes: Depoimentos sobre o Fórum Global*. 14(265):7-11, set/out.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Ordem econômico-financeira e desordem socioambiental*. 14(265):35-6, set/out.

HATHAWAY, David. *ONGs e a biodiversidade na Rio-92*. 14(265):29-32, set/out.

MENEZES, Laís. *Rio-92: à espera de resultados*. 14(263):33-4, mai/jun.

PINTO, Lúcio Flávio. *Depois que a Rio-92 passou*. 14(265):15-7, set/out.

#### SAÚDE

CARVALHO, Luiz Eduardo. *Comida, modernidade e "Bokomokos": quando a saúde pública não frequenta o shopping*. 14(266):23-7, nov/dez.

#### SOLIDARIEDADE

CUNHA, Magali do Nascimento. *Entre a razão e o sonho: solidariedade, opção da juventude norueguesa*. 14(262):23-5, mar/abr.

#### TEOLOGIA

GEBARA, Ivone. "Isto não é teologia". 14(266):48, nov/dez.

#### TRABALHO

ROSA, Maria Inês. "Velluce" do trabalhador e realidades de trabalho. 14(264):18-21, jul/ago.

#### URBANISMO

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *A urbanização brasileira*. 14(261):52-4, jan/fev.

#### VIOLÊNCIA

ALVES, Rubem. *Um barbante pelo buraco da porta*. 14(262):46-7, mar/abr.

BALCÃO, Nilde. *Corpo de mulher, corpo de delito?* 14(262):41, mar/abr.

#### RESENHAS

ALVES, Rubem. *O poeta, o guerreiro, o profeta*. Petrópolis, Vozes, 1992. 144 p. 14(266):51, nov/dez.

CARVALHO, Eduardo Guimarães de. *O negócio da terra: a questão fundiária e a justiça*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1991. 124 p. 14(263):43, mai/jun.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense/SMC, 1991. 288 p. 14(262):51, mar/abr.

VIANNA, Aurélio; MENEZES, Laís; IÓRIO, Maria Cecília & RIBEIRO, Vera Masagão, org. *Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. São Paulo, CED; Erechim-RS, CRAB, 1992. 80 p. 14(265):47, set/out.

# RETRATO DO BRASIL CANAVIEIRO: MODERNIZAÇÃO E TRABALHO ESCRAVO

José Roberto P. Novaes  
Angela Schwencber

*Uma análise mais profunda da modernização da produção canavieira no Brasil vai desvelando seu lado perverso.*

*A segmentação do mercado de trabalho possibilitou novas formas de exploração, que incluem o uso de crianças, mulheres e índios com relações de trabalho injustas e ilegais. O poder público está desafiado a sair de uma postura de conivência e atuar com mais decisão na defesa dos trabalhadores*

**A** agroindústria canavieira no Brasil vem apresentando, desde os anos de 1970, elevados índices de crescimento e de modernização, de concentração e de centralização da terra e da produção. O Estado estimulou investimentos e protegeu os ganhos do capital. Os programas governamentais subsidiados e os incentivos fiscais transformaram as tradicionais oligarquias regionais e atraíram novos empresários (banqueiros, industriais e grandes comerciantes) em busca de "bons negócios". Esses se concretizaram mediante a aplicação produtiva e especulativa dos capitais, os ganhos de

produtividade, os subsídios e incentivos fiscais, os desvios dos recursos públicos, o não-pagamento das dívidas junto aos bancos oficiais e entidades internacionais, a rolagem e o perdão das dívidas públicas. Grandes negociatas permeiam as relações entre autoridades e usineiros, e se tornam fatores de enriquecimento.

A política de expansão e de modernização do setor diferenciou tecnologicamente as unidades de produção; favoreceu a implantação de empresas modernas no "coração da região atrasada"; possibilitou a expansão da cana-de-açúcar no Centro-Oeste; substituiu atividades econômicas; alterou relações de produção; e consolidou o mercado de trabalho nacional.

A modernização das usinas e a implantação das destilarias de álcool exigiram maiores quantidades de matéria-prima. Numa primeira etapa, o aumento foi conseguido pela expansão da área de cana e, posteriormente, pelo aumento da produtividade. A expansão e modernização da lavoura canavieira desestruturou relações de produção tais como a moradia, a parceria, o arrendamento nas grandes propriedades; expulsou milhares de trabalhadores das terras; e diferenciou a pequena produção. Os despossuídos de terras e os pequenos produtores depauperados formam hoje o contingente de trabalhadores "bóias-frias" dos canaviais, os canavieiros.

A incorporação parcial do progresso técnico na lavoura canavieira impôs a necessidade de combinar trabalho permanente e temporário.

Mais recentemente a mecanização do corte da cana em algumas unidades de produção diminuiu a demanda por trabalhadores temporários e impôs a necessidade de aprimorar os métodos de seleção e controle da mão-de-obra.

As empresas implantaram departamentos de relações humanas na perspectiva de "humanizar as relações de trabalho" e empregaram técnicas modernas de controle, organização e gestão da mão-de-obra nos canaviais. A incorporação do progresso técnico na lavoura canavieira segmentou o mercado de trabalho, intensificou a exploração da força de trabalho, não contribuiu para a aplicação da legislação trabalhista, preservou o cativo na empresa moderna, combinou tecnologia e servidão.

## **TRABALHO ESCRAVO: UM VELHO NOME PARA NOVAS RELAÇÕES**

Milhares de trabalhadores migram, entre os meses de maio a novembro, para o trabalho na safra da cana nas regiões Centro-Sul e Centro-Oeste. Nordestinos rumam para os canaviais de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais em busca da sobrevivência. Trabalhadores daquela região deslocam-se entre empreiteiros, propriedades e estados em busca de pequenas diferenças salariais e melhores condições de trabalho. No término da safra muitos voltam para o trabalho na terra em suas regiões, alguns deslocam-se para outros setores e há ainda aqueles que migram para o corte nos canaviais nordestinos, pois ali a safra estende-se de setembro a março.

Os trabalhadores safristas são aliciados por empreiteiros ou por agentes das empresas nos próprios locais de moradia ou nos pontos dos caminhões. Promessas de canavial em boas condições para o corte, bons salários, medições justas, boa alimentação e bons alojamentos são argumentos utilizados para arremeter os trabalhadores. Quando percebem que a realidade não corresponde às expectativas criadas, já estão imobilizados na produção, envolvidos numa complexa rede de relações que se origina no aliciamento: pelos empréstimos realizados pelos contratantes para cobrir despesas de viagem, pelos adiantamentos de recursos para a manutenção da família dos trabalhadores requisitados e pelo comprometimento dos salários futuros destinados ao pagamento dessas despesas.

Na zona produtora esses trabalhadores ocupam alojamentos no interior das propriedades — muitos dos quais sem as mínimas condições de higiene, energia elétrica, água encanada, sanitários — ou cortiços e pensões localizados nas periferias das cidades canavieiras. É bem verdade que certas usinas construíram melhores alojamentos com cozinha, quartos, água encanada, energia elétrica, televisão etc., mas neles os trabalhadores pagam elevadas taxas pelos serviços oferecidos.

Quando o assunto é transporte seguro a situação é igualmente precária. Caminhões sem as mínimas condições de segurança aumentam os riscos de acidentes nas estradas, com invalidez de trabalhadores e até morte. Alguns empresários já colocam ônibus para o transporte, mas ainda são minoria.

Nesse “cativeiro” os trabalhadores ganham por produção. A quantidade de cana cortada é medida em metro linear, o pagamento é feito pelo peso da cana (tonelada). Eles não têm o controle das medições feitas pelos fiscais e do sistema de conversão, o qual é realizado pelos técnicos

das empresas. As distorções são frequentes, as perdas salariais são enormes. Por outro lado, as normas de produtividade e de qualidade do serviço não permitem a equivalência entre os ganhos na produção e o salário, se for respeitada a legislação trabalhista. O trabalhador, para obter na produção o correspondente ao salário, necessita estender a jornada de trabalho ou incorporar mulheres e crianças como “ajuda” indispensável na produção.

A imprensa tem noticiado o trabalho de crianças nas modernas empresas agrícolas no Brasil, nas la-

*A incorporação do progresso técnico na lavoura canavieira segmentou o mercado de trabalho, intensificou a exploração da força de trabalho, preservou o cativeiro na empresa moderna, combinou tecnologia e servidão*

vouras de cana, nas plantações de algodão, nos reflorestamentos, nas colheitas de tomates etc.. Essas crianças, cuja idade varia de 6 a 17 anos, manipulam agrotóxicos (como é o caso dos meninos que carregam formicida granulado pelas plantações de eucaliptos para depositá-lo nos formigueiros localizados) e instrumentos cortantes (como o facão para o corte da cana).

As mulheres são também discriminadas e trabalham em condições precárias. Em muitas “empresas rurais” necessitam comprovar sua esterilização para poderem se empregar.

Os índios formam outro grupo que não está imune à ação dos modernos empresários do setor açucareiro e alcooleiro. Nas destilarias de álcool do Mato Grosso do Sul, por

exemplo, a CPT denunciou a existência de 5 mil índios aliciados para o trabalho nos canaviais, mediante acordo com a própria FUNAI. São índios das tribos Kaiowá, Guarani e Terena que trabalham, sob coação física, pela própria sobrevivência.

**DESRESPEITO AOS DIREITOS**

Os trabalhadores também não têm seus direitos trabalhistas respeitados, nem assistência sindical eficiente pois os patrões proíbem a livre entrada dos dirigentes sindicais nas propriedades para fiscalizar as condições de trabalho. O governo, por sua vez, tem sido conivente com essa situação, pois não fiscaliza e não pune os empresários responsáveis.

Para os trabalhadores mais qualificados, os patrões adotam outros mecanismos de controle: respeitam certos direitos trabalhistas; oferecem melhores condições de moradia (agrovilas, núcleos residenciais urbanos, melhorias nos alojamentos), assistência médica em ambulatórios, escola, lazer (esporte, clubes etc.). Algumas empresas, com a mecanização da colheita, planejam reduzir o número de trabalhadores safristas, manter um contingente de trabalhadores permanentes e qualificados, suficiente para atender todas as demandas da produção. Aqueles mais qualificados que são contratados pelas empresas, que apresentam grande produtividade e seus serviços são de qualidade, são motivados a trabalhar mais e melhor para receber os prêmios (estímulos materiais) dados pelas empresas aos que se destacam na produção, aos campeões. Esses, além das homenagens, dos diplomas, recebem prêmios em dinheiro ou televisão, bicicleta, rádios e outros. Uma empresa em Goiás, por exemplo, ofereceu aos trabalhadores que não faltassem nenhum dia do serviço durante a safra uma cartela de bingo para concorrer, no final da colheita, a vários prêmios, inclusive automóvel. Esse estímulo foi res-

ponsável pelo aumento da produtividade e pela redução do índice de falta no trabalho.

Na realidade, as novas técnicas que estimulam as competições entre os trabalhadores e as turmas, implantadas pelos técnicos vinculados aos departamentos de relações humanas das empresas, têm ampliado os níveis de exploração da força de trabalho. É verdade que esses trabalhadores de alta produtividade possuem minimamente direitos respeitados, contudo não podem desfrutar de melhores condições de vida e de trabalho. Os padrões de excelência impostos pela empresa os debilitam rapidamente na produção, tornando-os precocemente inativos em decorrência de doenças provocadas pelo desgaste físico excessivo. A esperança de serem campeões da produtividade e com isso a ilusão de promoções na empresa os motivam a trabalharem até os limites da capacidade física. Muitos já foram várias vezes campeões de produtividade; hoje, precocemente, vários deles estão inutilizados para o trabalho.

Esse tratamento diferenciado dado pelo "empresário moderno" à mão-de-obra qualificada, altamente produtiva, imobiliza os trabalhadores, combate a rotatividade e o absenteísmo, altera o comportamento dos trabalhadores, e intensifica o processo de exploração.

#### **PODER PÚBLICO: OMISSÃO E CONIVÊNCIA?**

Os novos mecanismos de controle e organização da força de trabalho implantados pelos técnicos das empresas não foram ainda assimilados pelos dirigentes sindicais e pelos trabalhadores. Os métodos truculentos de controle continuam, mas nesses casos são empregados quando a desobediência ultrapassa os limites tolerados. Os fiscais são treinados para evitar o confronto e para atrair o trabalhador pela persuasão. Mas esse tratamento não é regra nos canais. A coerção física e psicológica,

a violência patronal e policial, o descumprimento das leis trabalhistas, a supressão dos direitos são ainda eficientes métodos empregados pelos patrões para subordinar e escravizar os trabalhadores canavieiros.

O desrespeito à cidadania e a superexploração da força de trabalho nos canais ocorrem com a conivência do poder público. Os funcionários das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) dificilmente fiscalizam as condições de trabalho no campo, muitos são coniventes com os patrões, outros estão sem condições materiais para exercerem suas

#### *O desrespeito à cidadania e a superexploração da força de trabalho nos canais ocorrem com a conivência do Poder Público*

funções. Fazem a fiscalização quando pressionados pelo movimento sindical e, ao constatarem irregularidades, lavram multas, as quais geralmente não são pagas pois os patrões recorrem à "Justiça" e lá contam com o beneplácito das autoridades. Em certas circunstâncias os patrões as pagam, mas preservam as relações de superexploração e continuam desrespeitando os direitos trabalhistas.

Diante desse quadro é preciso colocar em prática algumas medidas que assegurem o direito de cidadania aos trabalhadores rurais e coíbam as irregularidades cometidas pela classe patronal. Nesse sentido propõem-se: a) medidas punitivas aos empresários que não respeitam os direitos trabalhistas, tais como: suspensão imediata da liberação de recursos públicos, cobrança imediata das dívidas dos empresários com o Estado, inviabilização de quaisquer propostas de renegociações das dívidas, retirada dos subsídios, des-

propriação e confisco dos seus bens; b) uma nova dinâmica de funcionamento das Delegacias Regionais do Trabalho. As DRTs deveriam se articular com as entidades da sociedade civil e, com elas, realizar sistematicamente *blitz* no campo com vistas a fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, sem notificação prévia à classe patronal. Por outro lado, organizar, conjuntamente com a polícia rodoviária, *blitz* nas estradas para prender e multar os proprietários de caminhões que transportam, em precárias condições, trabalhadores para o campo; c) alteração do critério de escolha dos Delegados Regionais do Trabalho. Esses deverão ser indicados a partir da qualificação profissional e da postura ética, predicados que asseguram imparcialidade diante do poder local; d) prioridade, dentre os trabalhos da Delegacia, à fiscalização no campo em decorrência da grave situação trabalhista existente naquele setor.

Essa realidade impõe ao Estado a necessidade de mudança radical de postura nas mediações dos problemas trabalhistas no campo. A ação, particularmente do Ministério do Trabalho, deve estar voltada para informar à sociedade civil a respeito dos problemas trabalhistas existentes no campo e para criar mecanismos a fim de que a própria sociedade exerça o controle fiscalizador sobre o cumprimento da legislação.

Finalmente, é bom lembrar que as novas técnicas de arregimentação, organização, controle e gestão da mão-de-obra empregadas pela classe patronal estão na pauta do movimento sindical dos trabalhadores rurais e exigem reformulações nas concepções e nas práticas sindicais.

---

Angela Schwencker é assessora do DNTR/CUT. José Roberto P. Novais é professor da FEA/UFRJ e assessor do Programa Movimento Camponês/Igrejas do CEDI.  
Foto do fundo de J.R. Ripper

# A MULHER DELINQUENTE, A PROSTITUTA E A MULHER NORMAL

Gabriela Silva Leite

*Muitos preconceitos marcam o discurso científico sobre a prostituição, e, amparadas nessas formulações, diversas leis retiram o respaldo legal a que as prostitutas, como cidadãs, têm direito. Mostrar a cara, romper com a hipocrisia que cerca este tema em nossa sociedade e lutar pelo reconhecimento da profissão constituem um movimento que já está em curso e possui inúmeras frentes, como mostra a autora*

Início este artigo com um título que pode parecer extremamente agressivo, mas que não está colocado por acaso ou simplesmente para agredir. Este é também o título de um livro de Cesare Lombroso, cientista *darwinista* do final do século XIX que, segundo Margareth Rago, “se refere à teoria mais influente elaborada pela escola da Antropologia Criminal, a qual articulou um discurso que superpôs a figura da prostituta à da ‘degenerada moral’ e a da ‘louca moral’” (*Os prazeres da noite — prostituição e código da sexualidade feminina em São Paulo: 1890—1930*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1991).

Creio que tudo o que foi pensado sobre a prostituição ocidental até os

nossos dias tem um divisor de águas: antes e depois de Lombroso, ou seja, antes e depois do surgimento do *darwinismo* e do positivismo. Tanto foram importantes na elaboração de um pensamento sobre a prostituição, que os historiadores ligados à história das mentalidades, quando se dedicam a estudar a prostituição, centram os esforços de pesquisa no período compreendido entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, época em que se articulou o pensamento científico sobre o assunto. A partir de então todas as teses, ensaios, livros, discursos políticos a respeito da prostituição (até os marxistas) tiveram forte influência dessas teorias, marcadamente de Lombroso.

“Loucas morais”, “vítimas do capitalismo” e “pecadoras”. A partir da segunda metade do século XX, com a forte influência do pensamento economicista, todo o pensamento científico passa a negar as teses positivistas e a explicar a existência da prostituição pelo lado econômico. As prostitutas deixam de ser “loucas

morais” ou delinquentes e passam a ser “vítimas da sociedade capitalista”. A prostituição passa a ser uma decorrência da pobreza, e as prostitutas são, em sua grande maioria, oriundas das classes menos favorecidas. Para esses estudiosos, as causas da prostituição advêm de vários fatores, a partir da pobreza: marginalização, desemprego, condições de moradia (cortiço, favela), desajustamento familiar, ociosidade na família, complexo de inferioridade, falta de afeto, bebidas, drogas, etc. Nada a dever a Lombroso e aos positivistas em geral, que também consideravam as mesmas causas para a existência da prostituição. Há apenas uma troca de palavras — de delinquentes passamos a ver vítimas —, mas o conteúdo continua o mesmo.

Por outro lado, segundo Margareth Rago, “a prostituição nunca deixou de crescer e diversificar suas práticas desejanter. No senso comum, a ‘mulher de vida airada’ esteve longe de ser percebida como doente, ou evitada pela população em geral. A malícia popular nunca deixou de vê-la mais associada ao

## HONRA MASCULINA

O Poder Judiciário — protetor da chamada honra masculina — absolve ou condena a penas mínimas os assassinos de mulheres, ratificando a naturalidade e a privacidade da violência. Na realidade, o que está por trás da defesa da honra é que mulheres e homens não têm os mesmos direitos. As mulheres não são vistas como cidadãs mas como propriedade dos homens.

A proteção da honra masculina merece maior rigor do Poder Judiciário do que a objetividade da vida feminina, desqualifica a violência contra a mulher, como crime. Dessa forma, o Estado está violando os direitos das mulheres.

Fonte: Folheto Enfoque Feminista, novembro/92.



pecado do que à doença: a prostituta neste contexto esteve mais próxima de ser percebida como um 'micróbio' ameaçador. Além do mais, a mulher educada na ideologia burguesa da domesticidade projetou múltiplas fantasias eróticas sobre o mundo da prostituição, como espaço da liberação do desejo e da perda de si".

Assim, se de um lado temos a tese de "louca moral" e "delinqüente" dos positivistas; de outro, a de "vítimas da sociedade capitalista", dos marxistas; e, finalmente, a de "pecadoras", elaboradas pelo senso comum; fica no ar uma pergunta: E a prostituta, como fica em todo esse emaranhado?

Em primeiro lugar, é sempre bom lembrar que a prostituta vive na mesma sociedade que todos vivem, portanto, ela também participa do senso comum, muitas vezes também se considera uma pecadora; e, assim como a mulher "normal" projeta múltiplas fantasias sobre o mundo da prostituição, a prostituta também o faz sobre o mundo da mulher dita normal.

**Exercício de cidadania.** No entanto, a partir da segunda metade do século XX, a prostituta começou a lutar por seus direitos de cidadania e, conseqüentemente, pelos direitos de

exercer sua atividade sem patrulhamentos de cunho moral. Já na década de 1960, as prostitutas francesas invadiram, mascaradas de preto, uma igreja em Pigalle (bairro boêmio de Paris) para denunciar a discriminação e exigir o direito democrático de exercer sua atividade profissional. Começou aí o Movimento Internacional de Autodeterminação da Prostituta.

No Brasil, começamos a falar e a mostrar nossa cara a partir da década de 1980 (em junho de 1987 aconteceu, no Rio de Janeiro, o I Encontro Nacional de Prostitutas). O objetivo principal desse encontro foi a criação de um espaço para o exercício da cidadania das prostitutas (Rede Nacional de Prostitutas) e a desmistificação da prostituta como pecadora e devassa em confronto com uma sociedade pura.

Nesse encontro, uma série de reivindicações foi levantada: direito a se auto-organizar; à saúde; à assistência jurídica; etc. Ficou decidido que se

realizariam encontros nacionais e regionais (um a cada ano, alternadamente) com vistas ao acompanhamento da luta pelo reconhecimento social das prostitutas, à troca de experiências e ao relato de problemas vividos pelo grupo.

Assim, conforme as determinações do I Encontro Nacional, realizamos em dezembro de 1988 o I Encontro Norte-Nordeste de Prostitutas (Recife/PE), no qual foram debatidos temas como saúde, educação, sexualidade, religião, prostituição infantil e violência.

Em outubro de 1989 aconteceu o

*De um lado, temos a tese de "louca moral" e "delinqüente", de outro, a de "vítimas da sociedade capitalista" dos marxistas; e, finalmente, a de "pecadoras", elaboradas pelo senso comum*

II Encontro Nacional (Rio de Janeiro/RJ) cujo tema central, pela repercussão junto às prostitutas, foi a Aids. Dali saíram as diretrizes básicas para o trabalho de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e à Aids no Brasil, na área de prosti-

## VIOÊNCIA

É uma violência que a mulher tenha menos acesso à educação, que receba salário menor pelo mesmo trabalho, que receba "cantadas" do patrão, que tenha que provar que é estéril para conseguir emprego e que o perca porque casa e engravida. E mais grave ainda é a violência no fato de a mulher não ter direito a decidir sobre seu corpo, que tenha sua sexualidade controlada. As opções escolhidas pelas mulheres quanto ao uso do corpo devem ser respeitadas; ser objeto ou não de prazer é um direito que lhes assiste.

Fonte: Boletim Rede Mulher, Cunhary, novembro/92.

*Queremos descriminalizar a prostituição. Não queremos leis especiais; as mesmas leis que regem a vida de todos os cidadãos servem também para as prostitutas*

tuição, encampadas pelo Ministério da Saúde. Em 1990 realizou-se o I Encontro Estadual de Prostitutas (Belém/PA), totalmente organizado pela Associação de Prostitutas daquela cidade. Além de realizar esses encontros, o movimento fundou, nos últimos três anos, com a assessoria da Rede Nacional de Prostitutas, associações em várias cidades do País, que lutam pela dignidade e auto-estima das profissionais do sexo.

Em junho deste ano realizaremos o III Encontro Nacional de Prostitutas, para debater o Código Penal Brasileiro no que se refere aos artigos que tratam da prostituição, o papel do assessor técnico na nossa organização e, finalmente, fazer uma avaliação de todos esses anos de existência da Rede Nacional de Prostitutas.

Pelo Código Penal Brasileiro, exercer a prostituição não é crime. É considerado crime a exploração da prostituição; portanto, quem está penalizado é o dono do bordel, a cafetina. É uma hipocrisia da legislação e da sociedade considerarem crime a

cafetinagem. Em vez de proteger a prostituta, essa lei, na verdade, nos desprotege. Na clandestinidade se pode tudo, mas com algumas normas para assegurar direitos, o patrão e o empregado têm que se entender. Essa lei hipócrita só serve para impedir esses direitos. O Código Penal em vigor ainda considera contravenção a cafetinagem, assim como o jogo do bicho ou qualquer outro jogo de azar. Mas nenhum banqueiro de bicho é preso, nem mesmo qualquer cafetina, salvo por motivos políticos excusos. No entanto, todos os dias prostitutas são presas! Queremos descriminalizar a prostituição. Não queremos leis especiais. As mesmas leis que regem a vida de todos os cidadãos servem também para as prostitutas. Será que elas não são cidadãs?

**Desmistificando a prostituição.** A discussão sobre a descriminalização da prostituição pressupõe o entendimento, pela prostituta e pela sociedade, das posições ideológicas que existem internacionalmente sobre a questão. Em nosso entendimento, muito se fala e pouco se conhece do assunto. Assim, em linhas gerais, há, em nível mundial, três posições ideológicas sobre a prostituição. A mais antiga delas é a regulamentarista, que acredita que a prostituição é um "mal necessário", que precisa existir para proteger as mulheres para o casamento, dando experiência sexual para os homens que irão se casar com essas mulheres puras.

Nessa posição, as prostitutas são geralmente mulheres "devassas", e sua atividade deve ser controlada pelo Estado, mediante força policial. Apesar de antiga, essa é a posição da ala mais con-

servadora das nossas sociedades e a que ainda encontra forte eco na opinião pública.

A segunda posição apresenta a prostituição como uma atividade escravagista. São os abolicionistas, ligados à Federação Abolicionista Internacional, que têm a prostituta como escrava, portanto vítima da sociedade patriarcal machista ocidental. Os partidários dessa posição (Teologia da Libertação, movimentos feministas radicais e os progressistas de um modo geral) lutam pelo fim da prostituição. Acreditam numa sociedade em que a moral vigente, sem transgressões, irá prevalecer. Criminalizar a cafetina é a consequência legal dessa posição.

Numa terceira posição iremos encontrar a da autodeterminação da prostituta, iniciada nos anos de 1960 a partir dos esforços de uma prostituta americana, Margot Saint James, que começou a falar em público sobre o direito das profissionais do sexo de exercer sua cidadania, liderando aquela manifestação no Pigalle. Logo, conseguiu muitos adeptos e fundou o Comitê Internacional para os Direitos da Prostituta, com sede em Amsterdã, do qual a Rede Nacional de Prostitutas faz parte desde 1989, como representante do Comitê para a América Latina.

Afinal, existe ou não essa atividade social? Existe! Vai acabar em breve? Não. Com milênios de existência, não será em dois anos ou em duas décadas que vai acabar. E mesmo sem sermos reconhecidas oficialmente, vamos virar mais este século! Quando a prostituta for um fato corriqueiro na sociedade, uma trabalhadora como outra qualquer, vamos poder pensar melhor sobre a sexualidade, o prazer, o amor, a felicidade, essas coisas tão caras a todos nós.

---

**Gabriela Silva Leite**, socióloga, é coordenadora da Rede Nacional de Prostitutas e diretora executiva do Davida — Prostituição, Direitos Civis, Saúde.

---

## NAS MÃOS DA CIÊNCIA

Na Grã-Bretanha (década de 1930), 70% dos casos de gravidez eram considerados suficientemente normais para que os partos ocorressem em casa com a ajuda de parteiras. Na década de 1950, 70% dos casos eram identificados como suficientemente "anormais" para que os bebês tivessem que ser trazidos ao mundo em hospitais, sob supervisão médica.

Fonte: Declaração de Vandana Shiva, líder feminista na Índia. Boletim Rede Mulher, Cunhary, novembro/92.

---

# DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

José Donisete Pinheiro Oliveira

*A situação de crianças e adolescentes de rua no País exige tomada de decisão por parte do governo e participação da sociedade. Implementar as recentes conquistas no plano da legislação impõe-se como grande desafio. Este artigo traz um balanço da implantação dos Conselhos Tutelares e de outras iniciativas gestadas a partir de organizações da sociedade civil, que apontam avanços e dificuldades*

No complexo quadro de construção da democracia brasileira, o segmento formado por instituições que trabalham com crianças e adolescentes tem dado, na última década, uma contribuição significativa.

Inseridos na dinâmica político-social da resistência e das proposições, ao final de década de 1970 e início da de 1980 começou a surgir um novo fenômeno social. Inúmeras instituições e movimentos sociais, sob o signo de Organizações Não-Governamentais (ONGs) foram sendo criadas e outras se consolidando no atendimento, promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Esse movimento social, historicamente novo no seio da sociedade brasileira, foi ganhando visibilidade,

acumulando força política e, numa ampla articulação com diversos setores da sociedade, garantiu o novo direito de crianças e adolescentes na Constituição Federal de 1988. Esse novo reordenamento jurídico-institucional, regulamentado pela Lei Federal 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente —, traz em seu bojo os elementos fundamentais que têm possibilitado um vigoroso movimento de participação da sociedade civil na democratização do Estado brasileiro em tudo aquilo que se relaciona à política para a infância e a adolescência.

Que movimento é este? Como tem-se estruturado? Quais os avanços alcançados, os limites, as dificuldades e as perspectivas colocadas? Estas e outras questões serão objeto de nossa reflexão.

**Legislação e participação.** Os processos participativos desse movimento social podem ser agrupados em dois espaços: um, no institucional, ou seja, naqueles assegurados pela legislação, tais como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares; e outro, no espaço autônomo da sociedade civil, como os Fóruns DCA — Fórum Permanente das Organizações Não-Governamentais da Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente — e o Pacto pela Infância, dentre outros. Vejamos:

a) Conselhos de Direitos: São espaços públicos institucionais, paritários em sua composição, formados por representantes do Poder Executivo e por representantes eleitos da sociedade civil, com poder deliberativo na formulação das políticas e

no controle das ações em todos os níveis.

O Conselho Nacional (Conanda), empossado em 16/12/92 e instalado em 18/3/93, já conta com regimento interno aprovado e tem como presidente o ministro da Justiça e como vice-presidente um conselheiro não-governamental. A secretaria executiva está a cargo do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA). No quadro I, podemos ver o estágio atual da implantação dos Conselhos Municipais.

b) Conselhos Tutelares: São órgãos permanentes, autônomos em sua ação, não-jurisdicional, ou seja, não têm o poder do Judiciário de julgar conflitos de interesse e cuja atribuição fundamental é zelar pelo cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes assegurados no Estatuto. Em cada município haverá, no mínimo, um Conselho Tutelar composto por cinco integrantes escolhidos pela população. No quadro II, a atual situação da implantação desses Conselhos.

Como podemos ver, a implantação dos Conselhos Tutelares tem sido lenta, pois é um passo seguinte à instalação dos Conselhos de Direitos e exige amadurecimento e uma articulação crescente das forças vivas no município.

c) Fóruns DCA (Fórum Permanente das Organizações Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente): São articulações de entidades e de movimentos, as quais se dão em vários níveis (nacional, estadual e municipal). Frutos da mobilização em torno das lutas constitucionais e poste-

riormente na implementação dos Conselhos de Direitos, têm-se orientado pelas diretrizes elaboradas e sistematizadas na prática política dessas articulações. Partindo do pressuposto de que democracia se gesta, se constrói, se conquista, e de que a participação e a construção do poder são o único caminho para a efetivação dos Conselhos, os Fóruns DCA procuram ser a base de sustentação dos representantes da sociedade civil. Nesse sentido, buscam ser permanentes, autônomos e com uma vinculação orgânica com os conselheiros não-governamentais. São

espaços de debates na elaboração de propostas das políticas, ações e programas; instâncias de articulação da pressão política nas negociações com o Executivo e o Legislativo; e espaços privilegiados de formação de lideranças e de avaliação da prática e do compromisso, até mesmo dos conselheiros. Além do Fórum DCA Nacional, criado em março de 1988, temos atualmente cerca de 25 fóruns estaduais e mais de 300 municipais.

d) Pacto pela Infância: Surgiu em outubro de 1991 com o objetivo de envolver e comprometer a sociedade civil e os poderes constituídos na busca de soluções dos problemas vivenciados pela população infanto-juvenil, com vistas a alcançar as metas estabelecidas na reunião de cúpula dos chefes de Estado, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em setembro de 1990. O movimento reúne mais de cem entidades governamentais e não-governamentais, tais como: Unicef, CNBB, Fórum DCA, OAB,

## Quadro I — CONSELHOS MUNICIPAIS DCA

BRASIL	Nº de municípios	Não-criados		Criados		TOTAL
		Em tramitação	Em fase de implantação e implementação	Em fase de implantação e implementação	Em funcionamento	
	4.569	936	711	951	2.598	

Fev/93 — Quadro realizado a partir da fonte CBIA/ASTEC.



Valério Ayrres / Agência O Globo

as três centrais sindicais e empresários ligados à Fiesp e ao Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), dentre outras. Em maio de 1992 aconteceu a reunião de cúpula dos governadores, que se comprometeram a adotar o Pacto composto de 14 pontos que garantam a proteção e a defesa da vida, da saúde e da educação das crianças e adolescentes. Esse compromisso passou pela elaboração de um plano de ação ao nível dos estados. Segundo o Unicef, 11 dos 26 estados já entregaram os planos de ação à Secretaria Executiva do Pacto, e outros 8 estados já concluíram a fase de elaboração. Uma primeira avaliação parcial constata que os planos são bastante heterogêneos quanto à qualidade, abrangência, detalhamento e duração. No primeiro semestre deste ano deverá acontecer a Terceira Assembléia Geral que analisará as metas alcançadas.

**Avanços.** Dentro deste quadro geral dos processos participativos que constituem o movimento social de

atendimento, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, nestes dois anos de vigor da lei podem-se perceber avanços significativos, limites e dificuldades que se impõem e as perspectivas e os desafios colocados.

Com relação aos avanços, pode-se constatar o amplo processo de mobilização da sociedade, que coloca a questão infanto-juvenil na pauta do dia das preocupações dos brasileiros e exige um posicionamento de todos. A implantação da lei, por seu turno, requereu e requer das ONGs e dos poderes constituídos um processo de conhecimento do novo direito constitucional para crianças e adolescentes e das novas diretrizes e linhas de ação da política de atendimento destes direitos. Isso pressupõe leitura, reflexão e necessidade de superação de velhas concepções e práticas. Tal processo envolve a todos, lideranças populares, assessores, o Executivo, Legislativo, Judiciário, Polícias Civil e Militar, etc.

O desenvolvimento, por parte das

## Quadro II — CONSELHOS TUTELARES

BRASIL	Nº de municípios	Não-criados		Criados		TOTAL
		Em articulação/ tramitação	Em fase de implantação	Em funcionamento		
	4.570	205	135	212	552	

Fev/93 — Quadro realizado a partir da fonte CBIA/ASTECC

ONGs, de um programa de formação permanente de seus quadros com o objetivo de capacitá-los para o exercício de suas funções de conselheiro, as quais exigem clareza política e competência técnica, é altamente positivo. Há que se ressaltar o envolvimento dos centros de estudos e universidades nesse processo. Também o assento num conselho paritário com poder deliberativo na formulação das políticas e no controle das ações é um avanço na redefinição das relações entre estado e sociedade, entre o público e o privado, pois torna explícitos os conflitos, abre espaços de confronto e negociação e faz avançar a democratização da sociedade brasileira mediante a co-gestão da coisa pública.

Os embates e os confrontos entre o poder estabelecido — conselheiros governamentais — e o poder emergente — conselheiros não-governamentais — exigem da sociedade civil a construção permanente de articulações e retaguardas que dêem base de sustentação a esse poder emergente. E esse tem sido o papel dos Fóruns DCA nos diversos níveis (nacional, estadual e municipal).

Vale ressaltar ainda a participação de diversos segmentos da sociedade brasileira, como os sindicatos, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a OAB, centros de estudos e institutos ligados às universidades, instituições empresariais, etc.

**Limites e dificuldades.** A cultura política elitista, clientelista e a prática autoritária na gestão da coisa pública são limites reais à implementação das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto. Nos estados e nos municípios — prin-

### *A cultura política elitista, clientelista e a prática autoritária na gestão da coisa pública são limites reais à implementação das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente*

cipalmente no interior, onde há movimentos sociais fortes e organizados — estão sendo criados conselhos como mais um instrumento de reprodução do clientelismo político, com a outorga da lei.

A falta de clareza política e de competência técnica na implantação dos Conselhos e na formulação das políticas sociais tem dificultado a definição da política e das ações dos Conselhos. A isso acrescentam-se o despreparo e o acúmulo de tarefas do Ministério Público e a inércia do Judiciário, os quais acabam por contribuir negativamente ao avanço mobilizador de efetivação do Estatuto.

Outra dificuldade que se impõe é a contradição existente entre os avanços constitucionais e a política neoliberal adotada, com recessão econômica e esfacelamento das políticas públicas, o que agudiza os conflitos, aumenta a miséria e leva a população à descrença nas instituições — e até nos próprios Conselhos de Direitos e Tutelares —, desperta e motiva os setores conservadores e reacionários a se articularem em torno de mudanças na legislação. Já existem mais de cem propostas de emendas constitucionais que retrocedem as conquistas obtidas em 1988.

Para completar o quadro, não há por parte dos estados definição de uma política, nem investimento nas medidas socioeducativas aos adolescentes que praticam ato infracional. Um exemplo claro dessa falta de vontade política é o caso de Minas Gerais,

em que não existe sequer um estabelecimento de reeducação por privação de liberdade. A ausência de uma política pública de segurança fortalece ainda mais o círculo vicioso de impunidade e floresce um campo fértil para o aumento da violência e dos grupos de tortura e extermínio de adolescentes.

**Perspectivas e desafios.** O grande desafio colocado para o movimento social de defesa dos direitos de crianças e adolescentes está em seu potencial mobilizador e organizativo de toda a sociedade, com vistas a alcançar as seguintes metas: a) criar e implantar os Conselhos de Direitos e Tutelares em todos os municípios brasileiros; b) criar e fortalecer a articulação dos Fóruns DCA em todos os níveis (nacional, estadual e municipal); c) assegurar na revisão constitucional os direitos já conquistados, dentre eles os artigos 203, 204, 227 e 228 da Constituição Federal e sua regulamentação, a Lei 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente; e d) buscar permanentemente e com determinação política a efetivação dos direitos conquistados na lei.

As crianças e os adolescentes brasileiros têm contribuído — com sua dor e alegria, seu abandono e aconchego, sua morte e renascimento — de forma significativa no processo de construção de um país democrático e solidário.

**José Donisete Pinheiro Oliveira** é filósofo, assessor da AMEPPE, coordenador da Frente DCA/MG, e integra o Conselho Estadual (MG) e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.



Jaime Silva / Énfase

## O PERIGO DA PRIVATIZAÇÃO DOS PRESÍDIOS

Maria Thereza Rocha de Assis Moura

*O conceito que a opinião pública tem a respeito do sistema carcerário não coincide com a realidade penitenciária. A prisão sempre se caracterizou pela severidade da disciplina, à qual se alia, não raras vezes, um tratamento cruel e humilhante, em que se perdem totalmente os horizontes da humanidade. A proposta de privatização das prisões necessita ser debatida e analisada com profundidade*

*Boas ações dos filantropos e moralizadores: dois rapazes morreram em Rouen, na penitenciária, em decorrência de uma punição bastante curiosa, que consistia em fazê-los ficar de pé vários dias seguidos dentro de uma caixa de relógio (talvez para lhes ensinar como o tempo era precioso); sua falta foi ter rido durante a lição, ter rido! Além disso, são confiados a patifes que os enrabam.*

G. Flaubert, "Carta a Ernest Chevalier, Rouen, 9 de abril de 1842", em Correspondence, Paris, Gallimard, Col. Pléiade, Vol. I, p.100. Citado por Michelle Perrot — Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988, p.235

Vivemos hoje uma época em que os direitos fundamentais do homem se revestem da condição de um dos pilares da sociedade. Contudo, a situação de menosprezo a que, em geral, são relegados os encarcerados chega a ser paradoxal. Certo é que a esmagadora maioria dos presos faz parte da camada pobre, trabalhadora e secularmente oprimida e marginalizada, que constitui cerca de 80% da população brasileira. Por outro lado, parcela de nossa sociedade, em geral manipulada pelos meios de comunicação, crê que o desrespeito aos direitos fundamentais do preso representa um castigo adequado, daí por que a violência, embora desmedida contra o encarcerado, é, no mais das vezes, tolerada, quando não aplaudida.

Em fevereiro de 1989, assistimos, perplexos, à chacina no 42º Distrito Policial de São Paulo, na qual 51 presos foram espancados e colocados nus em uma cela forte que media 1,5 m x 4 m, sem qualquer ventilação, e ali mantidos por mais de uma hora pelos policiais, do que resultou 18 mortes.

Em outubro de 1992, o “massacre do Carandiru”, por policiais militares, que resultou na morte de 111 presos e ferimentos em mais de 100, pelo menos, na Casa de Detenção de São Paulo, foi rotulado, oficialmente, como “excesso”.

Não cremos, porém, que a palavra “excesso” seja adequada para expressar o procedimento daqueles que obrigaram os presos sobreviventes a transportarem os cadáveres dos colegas mortos, sob toda sorte de humilhação. Nem tampouco é possível qualificar de “excesso” o comportamento daqueles que dispararam suas armas indiscriminadamente contra presos nus, desarmados e ajoelhados, atingindo-os, em média, com cinco tiros.

É preocupante, pois, que parcela não desprezível da população (41%) tenha anuído com a aplicação sumária da pena de morte àqueles que, submetendo-se à decisão da Justiça, achavam-se presos!

Constitui princípio fundamental, inserto na Declaração Universal dos Direitos do Homem e garantido em nossa Constituição Federal, o de que toda pessoa privada de liberdade deve ser tratada com humanidade e com respeito à dignidade inerente à pessoa humana.

**A realidade das prisões.** As condições das prisões brasileiras mostram, porém, como um todo, que os princípios básicos que devem nortear o tratamento do preso são constantemente violados, sem que, em geral, isso leve a qualquer punição dos responsáveis, não obstante os preceitos legais existentes.

A realidade prisional revela que,

frequentemente, os presos são amontoados em celas pequenas, escuras, imundas, úmidas e mal cheirosas, que contam com o dobro ou mais da população para a qual foram projetadas, infestadas com ratos e baratas. Em muitos lugares, os presos não têm o que fazer o dia inteiro e ficam ociosos. Muitos dormem no chão de concreto, sobre toalhas e cobertores, expostos a altas temperaturas, má ventilação, escuridão e barulho excessivo. Em alguns lugares, especialmente nos distritos policiais, não há condições para banho de sol e as visitas são proibidas por falta de espaço.

Como consequência do seriíssimo problema da superpopulação carcerária, milhares de presos cumprem penas em delegacias e cadeias públicas, que são locais destinados à curta permanência. Ali dormem no chão ou no banheiro, quando não se revezam para dormir, presos aidéticos, tuberculosos, sífilíticos convivem com os “sãos”, em ambiente com piolho, sarna, etc. T tamanha violência bloqueia, sem dúvida, a possibilidade de os presos terem minimamente garantido o respeito à dignidade humana, propiciando fu-

gas e rebeliões, não raro com a tomada de reféns.

Ao lado da superpopulação carcerária, há o seriíssimo problema da prestação deficiente dos principais serviços carcerários, tais como educação, trabalho, assistência judiciária, à saúde, social e psicológica, além da gestão do próprio sistema no tocante à administração dos recursos humanos e materiais.

**A proposta de privatização.** Não há respostas fáceis para os inúmeros problemas apontados, já que poucos são os recursos e a vontade política. A privatização dos presídios tem sido apontada, por alguns, como um dos caminhos para aliviar o problema.

Existem, nos Estados Unidos, basicamente três modelos de privatização: reforma ou construção de estabelecimentos prisionais por empresas privadas; participação da empre-

*A esmagadora maioria dos presos faz parte da camada pobre, trabalhadora e secularmente oprimida e marginalizada*

## DEPENDÊNCIAS PARA USO DOS DETENTOS NAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA, SEGUNDO OS TIPOS DE DEPENDÊNCIAS — 1983 / 89

Em números absolutos

Tipos de dependências	Dependências para uso dos detentos						
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Ambulatório ou enfermaria	203	259	281	259	292	299	236
Cela coletiva	11.736	10.201	12.143	10.929	13.911	13.746	14.071
Cela individual	3.911	4.075	4.335	4.691	4.364	5.377	5.471
Sanitário coletivo	6.458	5.305	5.736	5.711	6.187	8.209	6.237
Sanitário individual	5.722	4.593	5.106	5.622	6.139	6.737	6.833
Outros	1.132	778	1.012	938	963	1.082	1.104
Total	29.162	25.211	28.613	28.150	31.856	35.450	33.952

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE — 1992, p.466.

## PRISÕES EFETUADAS, SEGUNDO A NATUREZA — 1983 / 89

Em números absolutos

Natureza da prisão	Prisões efetuadas						
	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Administrativa	10.794	10.836	9.720	9.826	9.175	6.356	9.249
Em flagrante	122.633	143.387	143.262	139.078	125.877	122.208	114.507
Preventiva	10.463	10.760	8.365	7.633	8.688	9.051	9.643
Por condenação	8.926	9.927	9.137	9.575	9.870	10.328	10.525
Outras	91.142	83.595	82.667	79.317	79.517	73.451	6.536
Total	243.958	258.505	253.151	245.429	233.127	221.394	150.460

Fonte: Anuário Estatístico do IBGE — 1992, p. 459.

sa privada em serviços; e gerenciamento e operação dos estabelecimentos por organizações privadas. Naquele país, a privatização atinge cerca de 2% dos presos, e diversas discussões, de cunho ético, legal, político, financeiro e administrativo, têm vindo à tona.

A França implantou, nos últimos anos, o "Projeto 13.000", para criar 13 mil vagas nas prisões e modernizá-las. Por meio dele, a construção e o funcionamento dos serviços de manutenção, saúde, transporte, trabalho e formação profissional do presídio ficaram a cargo de quatro grupos privados, mantendo-se o Estado na responsabilidade pela gestão dos problemas diretamente ligados ao exercício da Justiça: direção, administração e segurança. A gestão, nos presídios privatizados, é, assim, mista.

No Brasil, o ano de 1992 marcou o início da discussão a respeito do tema. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária apresentou ao ministro da Justiça proposta de regras básicas para o programa de privatização do sistema penitenciário no País. Paralelamente, em São Paulo, uma empresa de segurança, inspirada nos modelos americanos, demonstrou interesse na privatização. O deputado Erasmo Dias apresentou projeto de lei nesse

*A entrega dos presídios para o gerenciamento e a administração do setor privado pode significar a execução de política criminal tão perversa quanto estigmatizante*

sentido, prevendo a reserva de mercado para empresas de segurança e a participação de capital estrangeiro. Acabou por vingar projeto de lei do Executivo, transformado na Lei 7.835/92, que dispõe sobre a participação de empresas privadas nas obras e serviços públicos, por meio de concessão e permissão. Está, pois, aberto o caminho para que a iniciativa privada participe da construção de presídios em São Paulo. O governo estadual pensa, ainda, em privatizar a segurança e alguns serviços penitenciários, mas até o mês de março deste ano não havia decisão definitiva a esse respeito.

**Questionamentos.** A crença de que é preciso fazer algo para mudar a situação dos presos não nos parece autorizar, por si só, a privatização. Por piores que estejam as condições nos cárceres, há várias questões impor-

tantes que precisam ser melhor discutidas e analisadas, antes de se adotar o caminho da privatização. Dentre elas, apontamos as seguintes: 1) Pode o Estado delegar ao setor privado o poder de manter, em determinadas circunstâncias, os indivíduos presos? 2) É ético o Estado obter lucro com a punição? 3) Pode o Estado delegar ao particular o poder do uso legítimo da força, quando e se necessário, até mesmo em casos extremos, como rebeliões? 4) Quem garante os direitos dos presos em caso de privatização? 5) Qual a conveniência de se privatizarem presídios de pequena e média segurança, nos quais os custos são menores para o Estado? e 6) Quem garante que a privatização não traria a exploração da mão-de-obra reclusa, com a volta do trabalho escravo?

É preciso ter bem claro que as prisões se diferenciam de qualquer outra instituição, quer pela natureza de sua população, quer pelo nível de coerção necessário para controlá-las. É necessário ter presente, ainda, a diferença significativa que existe entre as funções que o Estado desempenha para administrar a Justiça e oferecer a segurança pública aos cidadãos, e aquelas que dizem respeito a sua intervenção na área econômica.

É fundamental lembrar, por fim, que a entrega dos presídios para o gerenciamento e a administração do setor privado pode significar a execução de política criminal tão perversa quanto estigmatizante: se o lucro do particular é contabilizado *per capita*, quanto mais presos, maiores os lucros; e, quanto mais presos, novos presídios, mais agentes penitenciários e cada vez mais lucros. Tudo contra o rumo da história, no sentido de procurar penas alternativas à prisão, que não estigmatizem o condenado e o aproxime da comunidade!

**Maria Thereza Rocha de Assis Moura** é advogada em São Paulo e integra a Comissão Teotônio Vilela.

# PROSCRIÇÃO: A RADICALIDADE EVANGÉLICA

Paulo Cezar Loureiro Botas

*Um confronto de valores e a unidade pela gratuidade e pela justiça são propostos ao tornar a radicalidade evangélica na proscrição, contra as forças demoníacas do sistema do sacrifício humano*

Para Luiz Caetano (OST) e Renato e Carlos (IESTC)

*La globalización transforma todo em Big Mac. Hoteles, vestidos, películas de niños, programas de televisión. Pero también los programas de política económica, que el FMI impone al mundo dependiente entero. Todos son Big Mac, igual para todos y con el mismo sabor amargo. Hasta el catolicismo del Vaticano nos viene como Big Mac, igual para todos. Quien quiere algo diferente, parece perverso.*

Franz J. Hinkelammert

**“E**le estava no mundo e o mundo foi feito por meio dele, mas o mundo não o conheceu. Veio para o que era seu e os seus não o receberam” (Jo 1.10-11). O prólogo de São João já anuncia a proscrição como condição da radicalidade evangélica. O apelo a uma escolha e compromisso definitivo realizado na mais profunda liberdade de doação está no desafio “Vinde e vede” (Jo 1.39). O mistério do apelo e da sedução trazido por Cristo implica o

envolvimento de pessoas e de minorias lúcidas, nunca de massas, pois estas correm famintas atrás de “verdades definitivas” para se submeterem às suas cristalizações institucionais.

“Esta palavra é dura! Quem pode escutá-la?” (Jo 6.60). “A partir de então, muitos discípulos voltaram atrás e não andavam mais com ele” (Jo 6.65-66). Os doze eleitos pela proscrição como comunidade e missão, e o diabo no meio deles: “No entanto, um de vós é um demônio” (Jo 6.70).

A proscrição do humano, a busca insana do poder ou da ilusão de poder — “E sereis como deuses...” (Gn 3.5) — são retomadas nos dias de hoje pelo sistema que globaliza tudo e a todos, e que, negando a vida em sua plenitude, cria mais ilusão de poder e busca do poder para os que não são seus proscritos.

Todo o sistema capitalista, no seu mundo construído de valores, nos conduz a uma ideologia do sacrifício imediato para o gozo futuro. Aprendemos, como valor espiritual, a adiar nossos sonhos e desejos, nossas fruções para um futuro que talvez virá. Isso implica a concepção do tempo como CRONÓS — cronológico tempo das horas que passam, morrem e não voltam jamais — e não como KAIROS — o tempo oportuno do aqui e agora feito dom e dádiva de Deus.

Pelo tempo cronológico temos que sacrificar tudo e todos, e sermos nós mesmos as vítimas e os algozes para que, num futuro, possamos usufruir os bens acumulados. Nada



mais diabólico. Nossa acumulação se faz pela negação da vida e do prazer cotidiano em que poupamos para que outros invistam. Os proscritos desta sociedade idólatra, adoradores de Mamon, poupam no seu cotidiano para que os grandes capitalistas invistam e façam crescer as suas posses e seu poder. Este é o pecado maior: o investimento feito às custas do sacrifício e do desprazer da maioria da população assalariada a quem é negado o direito de usufruir, no dia-a-dia, o seu pequeno sonho reduzido pela usura e perversidade do sistema.

**Ideologia do sofrimento.** No cotidiano somos corroídos por essa ideologia do sofrimento, do sacrifício e do desprazer. Guarda-se tudo o que se gosta para “usar” no futuro com qualquer alguém que nunca virá. Os lugares da casa são “guardados” para possíveis visitas importantes pois “amigos são tão amigos” que comem conosco na cozinha, direto das panelas, com copos de ge-



Gianni Carvelho / Imagens da Terra

**Guarda-se tudo o que se gosta. Brechó, Rio de Janeiro**

*O sistema capitalista, no seu mundo construído de valores, nos conduz a uma ideologia do sacrifício imediato para o gozo futuro*

léia e pratos desaparecidos, em toalhas de plástico “hiperpráticas e duráveis”.

As coisas bonitas, as que se gosta, nunca são fruídas por quem gosta e seus próximos mais próximos. São guardadas a sete chaves para que, em qualquer momento “especial” tenha-se o que “mostrar” e “não fazer feio”.

O cotidiano, sempre desvalorizado, pois é “cotidiano”, é revestido das coisas mais feias, mais descombinadas, mais “práticas”, onde o desprazer é posto à mesa e a amargura à mostra. Tudo é expressão do antiestético e da antibeza, enquanto o Evangelho é o apelo ao Belo, à Plenitude, ao Gozo, à Vida em abundância.

O máximo do *status* é o privado. Nas novas “seduções de moradia” os espaços familiares ficam expostos aos odores, frutos dos produtos dos intestinos. Não há nada mais “chique” e “moderno” do que os lavabos nas salas e as suítes nos quartos. Tudo isso para inibir os convidados que não se descontraem nunca nos lavabos com o medo e o terror de serem ouvidos na sala, e para que o

*Nossa acumulação se faz pela negação da vida e do prazer cotidiano em que poupamos para que outros invistam*

“Feche a porta, por favor” seja sobejamente gritado pelos ocupantes do quarto comum e da suíte coprodórica...

Poupa-se, guarda-se, acumula-se para que um dia os “herdeiros” briguem entre si e disputem as coisas corroídas pelo tempo e pela miséria

de uma vida sem encantamentos. “Quem deixa herança, faliu na vida”, dizia o sábio pai.

O mais importante é viver com a radicalidade evangélica do aqui e agora, aprendendo a dividir, a colocar em comum, a repartir, a partilhar tanto a vida quanto as coisas produzidas pelo nosso trabalho e suor. Nada é impune. Quem acumula paga com o preço de sua saúde e temor sem poder vivenciar o que acumulou. Pouca coisa pode fruir e está condenado a “emprestar” aos “amigos” tanto o dinheiro quanto a casa da praia, do campo, o carro, etc, e assisti-los com a comida e a bebida que guardou com tanto esmero e cuidado. São os que fazem coleções de bebidas, e que bebem sempre o que há de pior para “mostrar” o que têm de melhor.

A estes resta o consolo do poder e dos cargos institucionais mantidos por meio de cooptações, traições, dupla militância, ardis travestidos em parcos gestos de interesse e bajulação só realizados quando asseguraram a manutenção do *status*, do jogo manipulador e do pequeno poder.

**Apelo à abundância.** Os proscritos são os capazes de gestos de generosidade e de largueza de alma e espírito. São os que enfeitam as suas moradas nem que seja com calendários coloridos, onde o brilho das panelas decora as suas pequenas cozinhas e que mantêm a hospitalidade da sua casa, partilhando o pouco que têm, como o óbulo da viúva. São os que

*O cotidiano, sempre desvalorizado, é revestido das coisas mais feias, onde o desprazer é posto à mesa e a amargura à mostra*

ainda não descobriram que o sistema, e seus valores, é mantido por este ideário do sacrifício que tolhe os sonhos e castra os desejos. Fico muitas vezes pensando se não faríamos falar o sistema bancário com uma campanha “*Não poupe este mês, invista em você!*”. Imagino os banqueiros sem poder capitalizar o dinheiro mensal de milhares de poupadores assalariados. O que é pouco para muitos, ao se juntar, é muito para poucos.

O Evangelho é o apelo de abundância. Se Deus fosse capitalista, nunca teria se encarnado mas teria feito uma Sociedade Anônima. O desperdício está na raiz do nosso nascimento: milhares de espermatozoides são desperdiçados para que haja vida nova.

Só os proscritos de nossa sociedade, de nossos sistemas e instituições podero desvelar a perversidade do “mundo” que nos nega a vida, a fraternidade e a fruição pela afirmação cotidiana da vida em comunidade, da mesa repartida em fartas porções de ternura e alegria. “Não vos esqueçais da hospitalidade porque graças a ela alguns, sem o saber, acolheram anjos” (Hb 13.2) tem sido a inspira-

ção de tantas pessoas que contam só e tão-somente com a sua solidariedade para enfrentar a vida indigna a que estão submetidas.

**Justiça e generosidade.** Esta é a contradição do sistema: os mais generosos são os que vivem na proscricção e são excluídos totalmente — ou quase — das benesses acumuladas pelo mercado. No entanto, são eles os chamados a proclamar a Boa-Nova da Vida e da Liberdade; os que se mobilizam para defender e denunciar as devastações ecológicas, a ganância das grandes empresas que os expulsam das terras e os confinam nas áreas marginais dos centros urbanos. A eles são oferecidas a embriaguez da serpente e a ilusão de que um dia, por seu sacrifício e trabalho assalariado, poderão “subir na vida” como o banqueiro e o empresário que começaram como *office boys* e se tornaram o que são somente pelo seu esforço e trabalho honesto...

“Quem ama o dinheiro nunca ficará satisfeito; quem tem ambição

*O Evangelho é o apelo ao Belo, à Plenitude, ao Gozo, à Vida em abundância*

de ficar rico nunca terá o que quer” (Ec 5.10). É por isso que as pessoas humanas, os trabalhadores, os velhos, as crianças, as mulheres e os homens não importam para o sistema de mercado. O que mais importa é a sua crescente acumulação de dinheiro e de poder. E por isso todo o marketing da poupança: ela pode nos tornar semelhantes ao Deus Mammon.

O “meu banco”, a “minha firma”, a “minha empresa”, a “minha Igreja”, o “meu sindicato”, o “meu partido”, a “minha instituição”, a “minha ONG” são expressões da submissão

*Só os proscritos e os generosos serão capazes de construir um mundo de justiça no qual a fartura e a abundância serão coletivas e para todos*

voluntária imposta pela ética do sacrifício, em que o cordeiro imolado é, na maioria das vezes, o bode expiatório de todos os que, um dia, resolveram contestar os dogmatismos, os autoritarismos e os preconceitos de todas as instituições mamônicas.

“O amor do dinheiro é a raiz de todos os males” (1 Tm 6.10), e esse amor conduz à maldição de Deus porque, publicamente, mostra as garras de destruição e morte.

Só os proscritos e os generosos serão capazes de construir um mundo de justiça no qual a fartura e a abundância serão coletivas e para todos. Um mundo de alegria, de solidariedade e de verdade, no qual as ilusões enganosas serão banidas da face da Terra.

Este é o sonho que deverá ser alimentado e acalentado em nossas vidas e cotidiano. Faz parte do mistério de Deus inscrito nos corações apaixonados dos que amam a vida e a a firmam, apesar de tudo.

Não mais as “verdades” dogmáticas de tantas instituições, mas os mistérios insondáveis do coração das mulheres e dos homens, proscritos todos, que têm a ousadia e a virulência de sonhar com um mundo de amor, de prazer e de gozo, em que, finalmente, os seus O receberão e juntos estenderão a Tenda e realizarão o Banquete da Vida em abundância.

---

Paulo Cezar Loureiro Botas é filósofo e assessor do Programa de Assessoria à Pastoral do CEDI. É autor do livro “A bênção de abril” (Editora Vozes).

# O DINAMISMO TRANSFORMADOR DOS EXCLUÍDOS

Luiz Alberto Gómez de Souza

*Hoje a multiplicidade dos atores sociais questiona as antigas teorias interpretativas da história. A categoria dos excluídos aparece com muita frequência nas últimas análises da conjuntura mundial. Neste artigo amplia-se não apenas o conceito mas as possibilidades efetivas de os excluídos participarem na gestação de um novo período histórico*

O conceito de exclusão é muito relativo. Se com ele queremos assinalar aqueles que não recebem os benefícios e os ganhos da sociedade, estamos apontando para os que se colocam no pólo oposto dos privilégios. Mas se com isso se quer indicar categorias sociais fora do sistema socioeconômico, é preciso ter cautela com a afirmação. Há alguns anos, na América Latina, foi introduzido o termo marginalidade, que agrupava os que estariam à margem da sociedade. Mas, se olharmos mais de perto, os chamados "marginais" (num sentido diferente do que tem na acepção comum das páginas policiais) estão mais presentes do que se pensa na produção de bens materiais e simbólicos, no mundo da economia e da cultura. Não participam na partilha dos resultados, mas

são agentes eficientes do lado produtivo e criativo.

Se vemos a sociedade a partir dos centros de poder e de influência, podemos considerar que certos setores sociais estão à margem, praticamente do lado de fora. Mas, como sugeria há alguns anos Gustavo Gutiérrez, se olharmos o mundo "do avesso da história", a partir dos "de abaixo", a dinâmica social tem outra ordenação.

Alguns exemplos históricos podem ajudar. Quem vivia na Roma em crise do século V, ou mesmo anteriormente, durante os tempos brilhantes dos imperadores Adriano e Trajano, poderia desprezar aqueles povos rudes que vinham do Leste, os bárbaros, fora das franjas da civilização. Este último termo se deriva, aliás, de *civitas* — cidade —, e fazia pensar na cidade por excelência, Roma ou Constantinopla. Ora, sabemos que o mundo novo, que já se gestava na Europa em formação, tinha como vetor vigoroso aqueles povos do lado de fora da civilização romana, excluídos da cultura dominante, aparentemente dinâmica e na verdade em desintegração e decadência.

Um pouco antes, o solene panteão dos deuses de Roma e da Grécia olhava com desprezo religiões que chegavam do Oriente (das várias tradições do mundo judeu, às mitriacas, gnósticas, etc.). Quando Paulo, no areópago, falou de um deus desconhecido, "alguns faziam zombaria" (At 17.16-34) e ouviam com incredulidade. Como levar a sério os cultos dos excluídos da cultura e do saber oficiais? Mas aquele rabi na-

zareno, marginal e exótico, cujas idéias eram "escândalo para os judeus e loucura para os gentios" (1 Cor 1.19-23), seria o eixo articulador de uma nova história ocidental.

**Esgotamento de um período.** Neste final de milênio, sentimos os movimentos sísmicos de um terremoto social profundo, no possível esgotamento de um período histórico que Brudel chamou de "longa duração". Não é apenas a crise de um sistema socioeconômico, como pensava a esquerda tradicional, vítima de sua própria modernidade do século XIX. Os mesmos embasamentos da modernidade são postos em questão, e os chamados parteiros da nova história podem vir dos lugares mais inesperados e surpreendentes.

Carlos Marx, homem de seu tempo e de sua civilização, tentou fazer ciência e apontou um sujeito central emergente, o proletariado, que via surgir nas sociedades mais desenvolvidas que conhecia. Tinha, porém, uma visão mais messiânica e linear. Hoje nos damos conta da multiplicidade e heterogeneidade dos atores sociais e do surgimento não previsto de situações inéditas. A história está em aberto, escrita e reescrita contraditoriamente a muitas mãos, num *script* permanentemente reelaborado.

Uma questão se coloca: será que muitos desses excluídos, marginais do sistema oficial, não estão já, desde agora, dando uma contribuição fecunda — a partir de seus dinamismos e potencialidades — aos novos contornos do mundo que se vai

## TENTAÇÃO

construindo? Não é uma afirmação, tão falaciosa como outras, mas uma interrogação aberta aos imponderáveis do possível, que vai bem além do que consideramos previsível.

**Nova gestação.** Nesse novo patamar de desenvolvimento das forças produtivas, com a revolução da informática, da robótica, da engenharia genética, num período que alguns chamam de pós-industrial, a gestação de nova civilização possivelmente se fará — se não ocorrer uma catástrofe — com a contribuição central desses setores tecnológicos de ponta. Mas a história é curiosa e não-linear. Eles podem se cruzar com outras contribuições e dinâmismos de sabedorias e criatividade que germinam nos “subterrâneos” da história. Computador e práticas tradicionais seriam, então, mais complementares do que se pensa. Aliás, o desenvolvimento das

A tentação nesse momento de desordem mundial é cada um voltar-se para si próprio, o seu pequeno mundo do cotidiano, e abandonar os grandes ideais. Porém, precisamos concentrar todo o nosso esforço, todos os nossos recursos e toda a nossa criatividade na luta em defesa da sobrevivência dos pobres e da dignidade humana dos marginalizados e oprimidos. O nosso desafio é reconstituir a esperança a partir de uma “boa-nova”.

Fonte: Trecho extraído do livro “Deus numa economia sem coração”, de Jung Mo Sung, Ed. Paulinas, p.142, 1992.



Everaldo Rocha / Imagens da Terra

*A análise da exclusão pode ser parcial se limitada aos seus aspectos negativos, à denúncia de seus mecanismos perversos, na espera de que estes sejam mudados por receitas “científicas”, fabricadas dentro do próprio sistema*

multimídias ajuda a viabilizar experiências locais até então isoladas e as articula em redes de intercomunicação e de troca de saberes e de práticas plurais e diversificadas.

Os excluídos dos centros do poder podem se apropriar das novas tecnologias, até com maior engenho. O dilema não é aquele visto de dentro do sistema: civilização ou barbárie (voltando ao passado, os bárbaros eram os não-romanos, os não-cidadãos). O que para os encastelados nos privilégios pareceria

barbárie ou atraso, poderá bem ser elementos de nova civitas.

Análise mais ampla. Gustavo Gutiérrez escreveu sobre “a força histórica dos pobres”, dos excluídos. Basta olharmos a América para descobirmos práticas de sobrevivência e de resistência, que são também férteis em criatividade e em experimentação. Os movimentos sociais populares e alternativos (dos sem-terra aos negros e às mulheres) têm um dinamismo e uma inventividade que faltam frequentemente aos programas oficiais de partidos e de grupos ideológicos. Quem, na metade do século passado, viu os Estados Unidos apenas nas franjas industriais da Costa Leste, não entendeu tudo o que se preparava também no far west, lá do outro lado do continente. Da combinação dessas duas dinâmicas surgiu o império americano deste século.

Tudo isto foi apenas para dizer

que a análise da exclusão pode ser parcial se limitada aos seus aspectos negativos, à denúncia de seus mecanismos perversos, na espera de que estes sejam mudados por receitas “científicas”, fabricadas dentro do próprio sistema (o que poderia ser, até certo ponto, de uma certa circularidade insolúvel).

Os chamados excluídos não estarão, muito mais do que pensamos, no centro da própria história em gestação? A maneira como os vemos, mesmo às vezes com a simpatia e a solidariedade que buscam justiça, não poderá ser vítima de nossos próprios preconceitos e de nosso acostumamento com as regras e as normas da “desordem instalada” que denunciemos sem realmente conseguir superá-la?

Luiz Alberto Gómez de Souza é pesquisador no Centro João XXIII, professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor de “Classes populares e Igrejas nos caminhos da história” (Ed. Vozes).

**Esperança  
ao alcance  
dos olhos**

# O NOVO PROJETO ESTATAL DA BOLÍVIA

## NEOLIBERALISMO: CAMINHO SEM VOLTA?

María Amparo Lasso

*O neoliberalismo trouxe para a Bolívia a estabilidade, porém acompanhada de grande fracionamento da sociedade. Milhares de trabalhadores das minas, antes atores sociais com efetiva participação no*

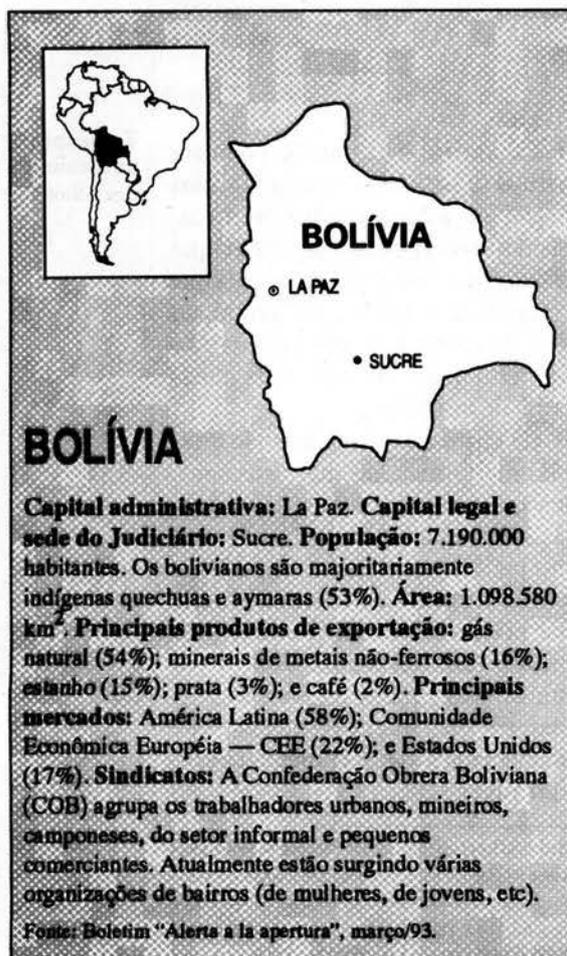
*processo social do país, hoje encontram-se desempregados e obrigados a trabalhar em plantações de coca, afastados da capital*

Obreira Boliviana (COB) podia paralisar La Paz, hoje suas assembleias são suspensas por falta de quórum. Falar em golpe de Estado ou em greve geral é, no mínimo, absurdo. A luta de poderes é um sintoma de pré-modernidade. Assim, o fato eleitoral se converte na estrela da política, e a harmonia é a palavra de ordem. O ex-ditador firma um pacto de aliança com o ex-guerrilheiro; o arquiteto do neoliberalismo, com o intelectual indígena; o locutor populista, com o bem-sucedido empresário. Enquanto isso, a população aposta numa coisa: a estabilidade.

**A herança de Jaime Paz.** Jaime Paz Zamora terminará o mandato em agosto próximo. Já se estão *mexendo os pauzinhos* há tempo. A maioria dos candidatos assegurou sua nomeação em 1990, o que alguns analistas qualificam como "idéia obsessiva pela ocupação do poder do Estado". Sobre a herança de Paz Zamora há discrepâncias. Seu nível de popularidade era baixo quando iniciou o mandato, com apenas 19,64% do voto popular. Pôde chegar ao poder em 1989 com o apoio do ex-ditador Hugo Banzer, na eleição presidencial realizada pelo Parlamento, segundo o sistema político boliviano. Hoje seu partido, o Movimento de Esquerda Revolucionária (a sigla, em espanhol, é MIR), está quase desmantelado. Sofreu várias cisões dolorosas. Para muitos dos militantes, a "metamorfose" de Paz Zamora

**A** Bolívia não é a Suíça, mas também não é a Somália", dizia há pouco tempo um alto funcionário boliviano. "Nem uma nem outra, talvez o Zimbábue?", perguntava um jornalista. Na fria escala de medição da pobreza manejada pelo Banco Mundial, a Bolívia atinge 80 graus (se contarmos a partir dos países ricos) e 44 graus (se o fizermos a partir dos mais pobres). O estigma da pobreza perdura no país em que mais calou a proclamação "modernização". Muitos de seus indicadores sociais situam-se ainda no nível das nações africanas. Em compensação, o governo pode vangloriar-se de uma das inflações mais baixas da região: 10,4% em 1992.

A Bolívia abraçou cedo o neoliberalismo, faz sete anos (1985). Desde então, o país transita pelo que alguns cientistas sociais chamam uma "refundação social", ou seja, vive uma transformação brutal e inédita. Se em algum país da América Latina se diluíram os conflitos ideológicos, foi ali. Desapareceram, da prática e do discurso políticos, as tradicionais percepções: ditadura-democracia, direita-esquerda. Os atores políticos são outros. Se antes a todo-poderosa Confederação



## BOLÍVIA — O OUTRO LADO DA MOEDA

Desde 1985, o governo da Bolívia vem implantando um dos programas de ajuste estrutural mais dramáticos que se tem notícia. A reestruturação da economia boliviana, baseada no modelo neoliberal, desconhece os interesses do país, como também o direito de desenhar o seu próprio desenvolvimento.

Entre as consequências desse processo, verificam-se prisões com ausência de formalização da acusação, de procedimentos judiciais e com torturas de cidadãos que sempre lutaram pela construção de um mundo mais justo. Segundo palavras de um preso político (integrante do Exército Guerrilheiro Tupac Katari-EGTK), que, no momento, junto com outros, reivindica a condição de preso político e não comum, observa-se a dramaticidade da situação: "Estou nesta prisão há nove meses sem possibilidade de saída e como a maioria dos presos comuns, sem nenhum tipo de alegação, a não ser o que se denomina indícios de culpabilidade. As circunstâncias da justiça em nosso país refletem a situação geral em que vivemos. Após 500 anos de exploração, chegou o momento da transformação. Nosso movimento é a ponta do *iceberg*, que pretende mostrar que as entranhas do povo boliviano estão se movendo em algo que busca mudar nossa história, transformando-a e dando-lhe um novo sentido".

Fonte: Arquivo do CEDI.

## BOLÍVIA EM CIFRAS

- 80% dos lares bolivianos vivem abaixo da linha de pobreza.
- Média de vida é de 53 anos, a mais baixa da América Latina.
- O índice de mortalidade infantil é de 169 para cada 1.000.
- O índice de mortalidade materna é de 18 para cada 1.000.
- 54% da população sofre de desnutrição.
- Somente 34,29% da população tem acesso à eletricidade.
- O índice da população sem serviços básicos é de 72%.
- A maioria da população (59%) não dispõe de água potável.
- O salário mínimo é de US\$ 30 mensais.
- O índice da população escolar marginal é de 36,32%.
- A taxa de desemprego é de 25%.

Fonte: CEPAL.

verdadeiro homem de poder; internamente se comenta que esse privilegiado é antes detido por Oscar Eid, do MIR. Diz-se que não se move um fio de cabelo sem a sua anuência. Para alguns, Paz Zamora tem sido um "conservador" — no sentido de que conservou o que fez —, porém avançou muito pouco, sobretudo quanto à reforma política. O certo é que soube administrar a economia e conseguiu manter a estabilidade, uma urgência nacional em seguida ao trauma do governo da UDP (Siles Suazo, 1982-85), que precipitou o país no abismo da hiperinflação (28.000% ao mês).

**A obsessão.** A maioria dos analistas aponta aqui apenas diferenças de estilo entre Paz Estenssoro e Paz Zamora. Contra qualquer prognóstico, Paz Zamora continuou ao pé da letra — e até mesmo aprofundou — o modelo conhecido como a Nova Política Econômica (NPE), a vitrine da experiência neoliberal na região. A primeira obsessão foi o controle da inflação, o qual superou todas as expectativas. Os outros componentes já são conhecidos. O balanço macroeconômico é positivo, embora

vários economistas observem que muito do êxito da NPE tem a ver com a economia informal da coca e da cocaína, que geraria US\$ 700 milhões ao ano.

Em princípio, o modelo recebeu a majoritária adesão cidadã. Contudo, muitos setores começaram a falar do tremendo custo social do estilo "antivida". Segundo organismos internacionais, 70% da população é afetada pela pobreza, e 35% vive em extrema miséria. Cara a cara com as eleições, todos os candidatos incorporaram esse ingrediente a seu discurso, mas nenhum deles se opõe ao modelo como tal nem apresenta alternativas. Nos comícios de maio de 1989, 65% dos cidadãos votaram a favor de partidos afins ao neoliberalismo; nas eleições municipais de 1991 esse percentual foi de 50%. Entretanto, para muitos, o resultado eleitoral não é o termômetro ideal. A declaração de vários estados de sítio, o surgimento de três grupos subversivos, o constante protesto operário, as arbitrariedades de poder dão conta de um generalizado descontentamento, como afirma a *Hoy* Waldo Albarracín, presidente da Assembléia dos Direitos Humanos.

De qualquer modo, a reação social não tem sido explosiva, absolutamente. Os protestos já não convocam como antes, o que se explica, em parte, pelo recente surgimento de dois "fenômenos" políticos que estremeceram a elite de poder na Bolívia: as correntes União Cívica Solidariedade (UCS) e Consciência da Pátria (CONDEPA), de corte populista, que canalizam o descontentamento. Os freiteiros, as domésticas, os trabalhadores informais, os indígenas, os desempregados, toda essa massa decepcionada, todo esse "outro país" voltou-se para essas correntes. Elas representam um terço do caudal eleitoral e serão forças decisivas nas eleições de 6 de junho.

Artigo publicado no jornal equatoriano *Hoy* (17/3/93).

(sua adesão ao modelo neoliberal instaurado por Víctor Paz Estenssoro e sua aliança com Banzer, verdugo do MIR) foi uma irreparável traição. Apesar de ter proposto o socialismo nos anos de 1970 e de ter sido um duro crítico do neoliberalismo até 1989, o MIR é hoje um "respeitável membro do *establishment*", segundo o politólogo Carlos Salinas. Alguns duvidam da capacidade de mando de Paz Zamora. Pessoas próximas a ele confessaram a *Hoy* (jornal da Bolívia) que o vêem como uma "criança volúvel". No exterior costuma-se pensar que Banzer é o

# A DOENÇA SEM CURA

*Preferiria ser acordado pelo canto de um galo. Porque cantos são mais que cantos de galos. Cantos de galo são lugares onde moram universos inteiros, cenários e tempos que podem ser reconhecidos por aqueles que em algum tempo do passado moraram neles. Galos são arautos de um mundo. Seria bom ouvi-los de novo, pois então eu voltaria àqueles mundos onde vivi e que agora moram infinitamente longe, no passado. Ao invés dos galos, são os bem-te-vis que me acordam. Da árvore do meu quintal, eles anunciam o começo de um novo dia. E eu me admiro do imenso acordo que existe neles. Todos iguais. A começar dos uniformes. Como se fossem um partido onde não existem dissidências. Nenhum deseja ser diferente do que é. E a julgar pela convicta repetição do mesmo refrão, "bem-te-vi", parece que todos têm as mesmas idéias. Nunca soube de algum que compusesse uma partitura diferente. Estão contentes. Por séculos, milênios, têm estado cantando a mesma coisa sem dela se cansar. Iguais por dentro e por fora. O que me faz supor que devam ser muito amigos uns dos outros, pois quem assim está de acordo só pode ser amigo.*

*A mesma admiração me causam os meus peixes. Por muitos meses eles têm vivido dentro do mesmo aquário. Se eu fosse um deles, creio que já há muito teria enlouquecido de claustrofobia. Pois o aquário é um mundo sem alternativas. Não há saídas. Sempre as mesmas coisas. No entanto (o que pode ser um equívoco de minha parte), eles parecem contentes. Contrariando a máxima sartriana de que o inferno é o outro, compartilham o mesmo espaço limitado, sem que haja manifestações visíveis seja de batalhas, seja de loucuras. Como os bem-te-vis, imagino também que, de tanto se verem, de tanto fazerem juntos as mesmas rotinas, devem ter-se tornado amigos. Afinal de contas, todos eles partilham de um mesmo destino do qual não podem fugir.*

*Ontem achei um bem-te-vi morto no meu quintal. Estava coberto de formigas. Achei-o por acidente, pois nada no canto dos bem-te-vis me sugeria que eles tivessem sido golpeados pela morte. O bem-te-vi morto*

*estava sozinho. Nenhum dos companheiros de mesmo uniforme e mesmo canto que expressasse tristeza. Como se ele não fizesse falta alguma. Como se ele nunca tivesse existido! Como se os seus companheiros de canto nunca o tivessem notado! Não havia tristeza no ar. Seu canto não fazia falta. Era apenas um bem-te-vi sem nome, como todos os outros. Qualquer outro seria o mesmo.*

*A mesma coisa aconteceu no aquário. Um peixinho vermelho morreu. Ainda no dia anterior, ele brincava com todos os outros peixes, nadava nos mesmos lugares, comia a mesma comida. Agora ele boiava inerte na superfície da água. Mas era como se nada tivesse acontecido. Os outros não sentiam a sua falta. Continuavam suas rotinas, indiferentes, sem demonstrar sofrimento algum.*

*Quando eu era menino, numa cidade do interior, quando alguém morria as igrejas faziam soar o repique fúnebre dos sinos. Não importava que fosse um desconhecido. Todo mundo ficava sabendo que em algum lugar se chorava. Abria-se um espaço sagrado — pois o sagrado é isto, ali onde os homens choram juntos.*

*E fiquei a pensar em como somos diferentes: a felicidade dos animais e o choro dos homens. Nossos corpos são diferentes. O dia continuava belo para os bem-te-vis, o aquário continuava o mesmo para os peixinhos — porque, sem que tenham isto aprendido com qualquer filósofo estóico — eles praticam naturalmente a ataraxia, a absoluta indiferença ante os golpes da vida. Não sentem. Ou melhor, só sentem aquilo que diretamente atinge a sua pele. Disto o*



Marta Cerqueira Leite

*budismo já nos adverte: que a nossa intransigência se deve ao nosso desejo. Elimine-se o desejo e o sofrimento se reduzirá à dor que se sente no corpo.*

*Acontece que os deuses brincaram conosco e fizeram nosso corpo de uma outra substância. Em nossa carne mora o desejo. E desejo é isto: uma abertura para o universo inteiro, braços que abraçam desde as mais distantes estrelas até as mais ínfimas das criaturas. Pois Fernando Pessoa não tinha dó das estrelas? Não, não se tratava de figura retórica: ele sofria mesmo ao vê-las brilhando sem cessar, sem jamais descansar. Que vale dizer que as estrelas não sentem se, no corpo do poeta, elas vivem como uma ferida pulsante?*

*Um dos meus maiores amigos — amigos de todas as horas — é o seu João, pedreiro único, não existe outro igual. Pois todos os dias, antes de começar o seu trabalho, ele vai até a beirada da piscina e salva todos os bichinhos que ali haviam caído durante a noite — abelhas, marimbondos, besouros. Tolice, dirão. Pois não fazem falta. Morrerão de qualquer forma e nenhum dos seus*

*companheiros está demonstrando qualquer sentimento face à tragédia daqueles que ainda ontem voavam com eles. Haverá outras abelhas, outros marimbondos, outros besouros... Certo. Isto vale para os bichos. Mas não vale para o seu João. Pois a sua carne, doente de afeto, sofre com o sofrimento dos pequenos animais.*

*Nosso corpo padece desta doença: o amor. Seu limite não é a pele. Ele contém o universo inteiro. Dizia Pablo Neruda: "Sou onívoro de sentimentos, de seres... Comerá toda a terra. Beberá todo o mar". E o nosso sofrimento tem a ver justamente com isto: que gostaríamos, como uma mãe, de acolher, proteger, acalantar tudo o que existe. E é por isso que o destino de um pássaro perdido, de uma gaivota coberta de óleo, de uma árvore que geme consumida pela queimada, são tragédias internas, que fazem nosso corpo estremecer e chorar.*

*Pensei estas coisas depois de ter tentado aprender com os animais e com as plantas o segredo da sua tranquilidade. E concluí que esta é uma lição que nos está vedado aprender. Nunca poderemos participar da sua*

*felicidade. Para sermos tranquilos como bichos e árvores, seria necessário que não tivéssemos coração. Estamos condenados ao sofrimento porque estamos condenados ao amor. Nas palavras de Wordsworth,*

*"graças ao coração humano que nos faz viver, graças à sua ternura, alegrias e temores, a mais singela flor que o vento sopra faz-me pensar pensamentos profundos demais até para as lágrimas".*

*Este é o preço que se paga por se ter dentro de um corpo tão pequeno um coração que abraça um universo tão grande.*



# AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A MISÉRIA E PELA VIDA

Mauro Morelli

**E**m nosso Brasil a ordem cassa a cidadania da imensa maioria, e o progresso exclui do banquete da vida uma legião de seres humanos.

O estado de indignância e de miséria a que foram proscritos 32 milhões de brasileiros tornou-se matéria de primeira página nos meios de comunicação social nas últimas semanas.

O crescente e iníquo processo de total empobrecimento do povo brasileiro será detido pela ação da cidadania indignada contra a mais terrível forma de corrupção.

O Movimento pela Ética na Política está retomando em todo o País o processo mobilizador que lutou contra a corrupção instalada na cadeira da Presidência da República, buscando agora canalizar e dinamizar as mesmas energias no combate à miséria e à fome.

A solidariedade no resgate da dignidade humana haverá de se manifestar em múltiplas e variadas formas de partilha, desde ações comunitárias nos bairros e vizinhanças até atingir a esfera internacional.

A formação de ampla rede destinada a saciar os famintos é tarefa de todos os que sejam capazes de superar barreiras e limites ideológicos, partidários ou religiosos.

A ação da cidadania deverá articular e organizar uma cadeia de comitês de ação solidária e política em todos os municípios e estados do Brasil.

Para erradicar totalmente a miséria dentro do espaço de uma geração faz-se necessário mudar os rumos da economia brasileira, definindo-se como prioridade absoluta o combate à fome, ao desemprego e à recessão.

Retomar o crescimento; abrir frentes novas e trabalho; adotar uma política salarial que faça justiça a quem trabalha; definir uma política agrária e agrícola que descapitalize a terra e que priorize a produção de alimentos para consumo do povo e não para a exportação; são medidas urgentes e que não serão tomadas pelos governantes sem demonstração da força política da ação da cidadania.

Para responder à proposta que lhe foi feita pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pela coordenação nacional do Movimento pela Ética na Política, o presidente da República, em reunião com todo o seu ministério (18 de março), proclamou que o Brasil se encontra em estado de emergência social, definiu como prioridades absolutas do governo a erradicação da miséria e o combate à fome, convocou a cidadania e as municipalidades a tomarem iniciativa em todo o território nacional para afirmarem essa prioridade e realizar esse objetivo, determinou que os ministros, no prazo de duas semanas, apresentassem planos, programas e projetos relativos à erradicação da miséria e ao combate imediato à fome. Uma comissão especial foi criada para apresentar ao presidente, no prazo de um mês, recomendações legais e administrativas para implementar um plano de ação governamental e da sociedade. Como instrumento de colaboração crítica da ação governamental foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e uma secretaria executiva.

Minha participação na Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida e como secretário do Conselho

## ALERTA AOS CIDADÃOS

Não se pode viver em paz em situação de guerra. Não se pode comer tranquilo em meio à fome generalizada. Não se pode ser feliz num país em que milhões se batem no desespero do desemprego, da falta de condições mais elementares de saúde, educação, habitação e saneamento. Não se pode fechar a porta da consciência, nem tapar os ouvidos ao clamor que se levanta de todos os lados. A insanidade de um país que marginalizou a maioria deve terminar agora.

Fonte: Extraído da Carta da Ação da Cidadania, de Herbert de Souza.

Nacional de Segurança Alimentar será uma forma de anunciar e de celebrar a Páscoa do Senhor no coração da história.

Assumindo a bandeira da cidadania e da solidariedade, creio que nós cristãos haveremos de superar muitas crises de fé e vamos ultrapassar as barreiras do medo, da discórdia e da mediocridade. Caminhando pela estrada do pão partilhado e da cidadania reconhecida e afirmada, seremos testemunhas de que Deus não está morto ou indiferente ao desespero e à humilhação de milhões de seres humanos na Terra da Santa Cruz e por todos os quadrantes do mundo.

Sem o pão partido, abençoado e repartido na mesa da fraternidade, a vida na Terra se transforma em maldição, e Deus, proscrito.

Dom Mauro Morelli é 1º bispo da Igreja Católica Apostólica de Comunhão Romana em Duque de Caxias e São João de Meriti. Atualmente é secretário-executivo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

# AI! COMO?

Rosângela Soares de Oliveira

No Rio de Janeiro, 1993 começou com o impacto da morte de uma das Mães de Acari, Edméia da Silva Eusébio. O fato deu publicidade à história de dez mulheres que desde 1990 procuram os corpos de seus filhos — 11 jovens e adolescentes assassinados em uma casa em Piabetá (Baixada Fluminense), onde estavam passando o fim de semana. Desde esse dia, a vida dessas mulheres mudou. A peregrinação que empreenderam em busca dos filhos levou algumas ao desemprego, ao casamento rompido e, no caso de duas delas, à própria morte.

Por outro lado, o enfrentamento com a polícia, por terem denunciado policiais envolvidos com a chacina, dá à luta dessas mulheres um caráter político não apenas no plano pessoal e familiar, mas também público. Elas travaram, anonimamente, essa luta por três anos. A publicidade dessa experiência as coloca em paralelo com as Mães da Praça de Mayo (Argentina) e provoca a sociedade brasileira e a opinião pública internacional a uma solidariedade e reflexão sobre a vida da juventude e suas mães neste país.

Essas dez mulheres não estão sós. Há muitas outras mães como elas, chorando a morte dos filhos, indignadas pelo desrespeito à sua dignidade humana e às suas vidas. E mais do que isso: vivem na maternidade uma dimensão de desterro que, por um lado, as aproxima da fome, da morte, do choro, e, por outro, dá coragem de lutar e de resistir pela vida. O desterro faz faltar o chão não apenas no sentido simbólico, mas efetivamente. Esta é a chave de leitura para entrarmos nas Lamentações de



Maria Strauch

Jeremias e percebermos qual a maternidade vivenciada no desterro.

## CÂNTICOS DE LAMENTO

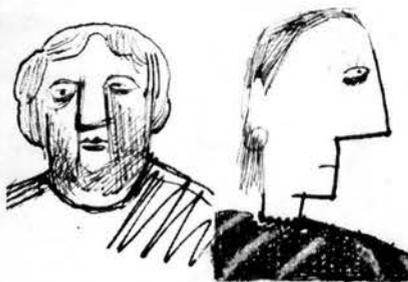
São cinco lamentos. Nos capítulos 1, 2 e 4 o pranto é coletivo, chora-se a morte de Jerusalém, a cidade que jaz solitária; no capítulo 3 a dor é invocada de forma mais individual, ao mesmo tempo que se esboçam palavras de esperança.

Qual é a dor? Quem sofre? A dor vem da cidade destruída, do Templo destruído — lugar privilegiado da presença de Deus. A imagem mais forte que vem da leitura de Lamentações é a de uma pessoa ou um grupo de pessoas que, ao percorrerem a cidade destruída após a conquista, encontram um e outro vagando pelas ruas, e perguntam o que lhes está acontecendo. “Por isso, choro e meus olhos se derretem, pois não tenho perto alguém que me console, alguém que me reanime. Os meus

filhos estão desolados, porque o inimigo venceu!” (1.16).

A cidade é a imagem de uma mulher viúva e solitária. O poeta descreve a situação política de Jerusalém como quem caracteriza o “desmoronamento” de uma mulher formosa, sedutora. “Como jaz solitária a cidade, outrora populosa! Tornou-se como viúva, a que foi grande entre as nações” (1.1). “Passa a noite chorando, pelas faces correm-lhe lágrimas. Não há quem a console entre os seus amantes: todos os seus amigos a traíram, tornaram-se seus inimigos” (1.2). “A filha de Sião perdeu toda a sua formosura!” (1.6).

Mas quando o lamento é entoado de forma mais pessoal, individual, apontando a causa da destruição como uma infidelidade a Deus (na linguagem da espiritualidade), então a imagem predominante é a masculina. Assim como é dessa relação de Deus com o homem que vem a espe-



rança. “Eu sou o homem que viu a aflição pela vara do furor de Deus” (3.1). “Bom é para o homem suportar o jugo na sua mocidade. Assente-se solitário e fique em silêncio; porquanto esse jugo Deus o pôs sobre ele” (3.27ss).

Historicamente, Jerusalém viveu uma experiência de derrota política diante do império babilônico por volta do ano 587 a.C. Essa derrota significou a destruição da cidade e de sua organização social, do Templo, com a deportação da corte, do rei e parte da população, especialmente a urbana, para o cativeiro na Babilônia. Aconteceram várias deportações e até mesmo derrotas anteriores a essa. No entanto, essa experiência de desterro deixou profundas marcas na memória do povo de Deus.

O livro de Lamentações, embora atribuído a Jeremias — o profeta que denunciou a corrupção e a infidelidade dos reis e anunciou a esperança nas horas de dor exílica —, não parece ser, de fato, de sua autoria. Trata-se de uma coleção de cânticos de diversos autores, possivelmente os cantores do Templo, os quais, com a destruição de Judá, dirigem as reuniões de luto e de arrependimento (Milton Schwantes. *Sofrimento e esperança no exílio*. Ed. Paulinas, 1987).

Lamentações são cânticos muito fortes, que deixam vivos na memória histórica o sentido do exílio babilônico e a esperança em Javé. Das várias imagens que usam para descrever a realidade, tomemos mais uma, que nos remete à chave de leitura — a maternidade do desterro.

Trata-se de uma maternidade que se vê diante da morte dos filhos, tendo apenas como opção a forma da morte. “Dizem a suas mães: ‘onde

há pão e vinho?’ quando desfalecem como o ferido pelas ruas da cidade, ou quando exalam a alma nos braços de suas mães” (2.12). “Mais felizes foram as vítimas da espada do que as vítimas da fome; porque estas se definham atingidas mortalmente pela falta do produto dos campos” (4.9). “As mãos de mulheres outrora compassivas cozeram seus próprios filhos; estes lhes serviram de alimento na destruição da filha do meu povo” (4.10).

Há duas opções: a espada ou a fome. Se a espada, por um lado, é a luta pela sobrevivência, por outro é no sangue dos seus mortos que “jaz solitária a cidade”.

A fome também não escolhe vítima: das criancinhas de peito aos guerreiros. A situação de fome aparece quase como um refrão nessa cantilena fúnebre. Ela desfigura o corpo. “Nossa pele queima como um forno por causa dos ardores da fome” (5.10).

A maternidade do desterro é uma maternidade sem filho; carrega-se dele apenas a lembrança, a dor de seu choro e a certeza de que estar vivo nessas condições o coloca diante da circunstância da fome ou da espada.

É um pouco deste jeito que vivem as Mães de Acari: segregadas em suas casas, resguardadas por um esquema de segurança feito por amigas e amigos, empenhadas na memória dos filhos mortos e desaparecidos. Dessa vez, não pela fome ou pela espada, mas pelas mãos daqueles que perambulam nas periferias e favelas, escolhendo jovens e circunstâncias favoráveis ao extermínio.

Em nome de que matam os jovens? Em nome de que morrem esses jovens? Há esperança possível em uma maternidade de desterro?

Rosângela Soares de Oliveira é teóloga metodista e integra o Projeto Sofia: Mulher, Teologia e Cidadania, do ISER.



## ARAWETÉ

O POVO DO IPIXUNA

Eduardo Viveiros de Castro

- CEDI, 192 páginas
- Formato 14 x 20
- Encarte com fotos coloridas
- Fotos p/b, mapas e desenhos

Versão condensada e atualizada de uma extensa pesquisa antropológica sobre um povo tupi da Amazônia brasileira contemporânea, os Araweté: seu modo de vida, sua visão de mundo, sua história, seus desafios do presente e perspectivas de futuro.

### PEDIDOS

CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação  
Av. Higienópolis, 983 – Cep 01238-001

☎ (011) 825.5544

# HERANÇA PROTESTANTE E TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

Paulo Roberto Garcia

A REFORMA PROTESTANTE  
E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO  
Richard Shaull  
Editora Pendão Real, 1993  
152 páginas, 13 x 20 cm

**R**ichard Shaull é uma personalidade que marca a história de nosso continente. Colhemos, ainda hoje, os frutos de sua influência sobre a geração da década de 1960 e, conseqüentemente, sobre as que se seguiram.

Por isso, é difícil comentar uma publicação de Shaull somente a partir dela mesma. Cada escrito desse teólogo é uma peça de um mosaico que vai formando o retrato de sua inserção na realidade latino-americana.

Shaull busca no livro travar um diálogo entre a herança protestante e a práxis da Teologia da Libertação. A tese é a de que cada reformador, dentro de seu contexto, deu uma resposta libertadora à crise que enfrentava. Esse é o caminho para a Teologia da Libertação apropriar-se da tradição protestante.

O interessante é que o livro destinava-se originalmente ao público norte-americano. Tanto que a tradução para o português conservou, felizmente, a introdução à versão norte-americana. Ressaltamos o aspecto positivo de conservá-la devido ao fato de ser mais detalhada que a introdução à versão portuguesa, e, por isso, servir de guia para a leitura.

O autor pretende que esse diálogo, descrito acima, desafie e aponte caminhos às igrejas norte-americanas.

O livro nasceu da formação protestante do autor, somada à expe-

riência na América Latina, e foi aprimorado no diálogo com pastores, pastoras, sacerdotes, leigos e leigas, promovido pelo Departamento Ecuemênico de Informação (DEI), com vistas a contribuir com as igrejas norte-americanas.

Da tradição da Reforma, o autor destaca quatro pontos fundamentais: a justificação pela fé; o livre exame das Escrituras; *ecclesi reformata semper reformanda* (igreja reformada submetendo-se sempre à reforma); e a doutrina anabatista sobre Igreja e Estado. Da América Latina, destacam-se as Comunidades Eclesiais de Base, a novidade que representou para o Continente a Teologia da Libertação e a experiência ecumênica que o marca.

Devemos destacar como uma das grandes contribuições, além do conteúdo, a busca de diálogo entre a tradição da Reforma, a realidade e a novidade latino-americana e realidade das igrejas norte-americanas. É um desafio que o autor abraça no livro e que vai traçando a cada linha os limi-



tes, as possibilidades e os novos horizontes a serem descortinados pelas comunidades envolvidas nesse diálogo.

Por esse motivo, o livro, embora escrito às igrejas norte-americanas, é um desafio enriquecedor às nossas comunidades. É mais uma pedra no mosaico da teologia latino-americana em sua veia protestante.

**Paulo Roberto Garcia**, pastor metodista, teólogo e biblista, é professor na Faculdade de Teologia da Igreja Metodista (São Bernardo do Campo/SP).

## DEUS NUMA ECONOMIA SEM CORAÇÃO Pobreza e neoliberalismo: um desafio à evangelização

Jung Mo Sung  
Edições Paulinas, São Paulo, 1992  
144 páginas

Este livro trata de Deus, evangelização, revolução tecnológica, pós-modernidade e esperança. Neste momento tão crucial da nossa história, quando estão sendo gestadas uma nova ordem econômica internacional e novas formas de trabalho; e no qual vive-se uma crise econômica e social; anunciar a boa-nova aos pobres não é uma tarefa fácil. O autor se propõe a dar uma contribuição ao desafio da reconstrução da esperança.

DEUS  
NUMA ECONOMIA  
SEM CORAÇÃO  
Pobreza e neoliberalismo:  
um desafio à evangelização



**Vítimas culpadas**

**Aumento da miséria**

**Trabalho escravo**

**Privatização  
dos presídios**

**Esperança apesar  
de tudo**

